

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS – CCHN
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DEPGEO
MONOGRAFIA**

ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR

**GEOGRAFIA RETROSPECTIVA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO
Distrito do Município de Serra- ES**

**VITÓRIA
2009**

ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR

GEOGRAFIA RETROSPECTIVA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO
Distrito do Município de Serra- ES

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli

VITÓRIA
2009

Ao Professor Claudio Luiz Zanotelli; quem primeiro estudou a problemática, abrindo possibilidade às descobertas.

Aos que acompanharam próximos ou distantes, cada etapa deste trabalho...

... e a todos aqueles que, independente da consciência que os mantêm, transformam o espaço em motivo da Ciência Geográfica.

RESUMO

Apresenta critérios metodológicos na busca pelo resgate de parte do passado de São José do Queimado, Distrito do Município de Serra-ES, investigando e identificando os fenômenos comerciais, políticos e sociais responsáveis pela sua decadência econômica e conseqüente esvaziamento populacional.

Hoje praticamente desabitado, este lugar concentrou no século XIX um dos maiores contingentes populacionais da então Província do Espírito Santo.

Desempenhou na região da Comarca de Vitória importante papel como reduto comercial e produtor de gêneros agrícolas contribuindo diretamente para o desenvolvimento da região central do Espírito Santo.

A crise do sistema escravista, “sensível” à dinâmica produtiva capixaba a partir de meados do século XIX, associada às mudanças políticas estruturadas a partir do último decênio deste mesmo século, início do período republicano, conduzem a então Freguesia de São José do Queimado para um processo de crise econômica responsável pela sua decadência produtiva.

Apesar de recente, o passado que marcou as cercanias deste antigo povoado, encontra-se esquecido ou pontualmente narrado pela historiografia capixaba segundo o contexto da Insurreição de Escravos deflagrada em março de 1849.

Seu espaço vivido, resultado de apropriações e fundamento para a compreensão dos processos sociais ocorridos em Queimado tem sido negligenciado pelas narrativas históricas, condicionando a memória deste sitio histórico a referenciais temporais restritos a apenas um fragmento de sua História, nesse caso a revolta dos escravos de Queimado.

Este trabalho, portanto, representa uma busca pela salva-guarda da memória deste espaço histórico, justificando a relevância de suas transformações para todo o contexto histórico capixaba, sobretudo para as unidades políticas que se relacionaram diretamente com esse passado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População de Vitória nos anos de 1824 e 1827.....	60
Tabela 02. População de Vitória nos censos provinciais de 1789, 1824 e 27.....	65
Tabela 03. Diminuição na produção açúcar da Província do Espírito Santo entre os anos 1858 e 1861.....	69
Tabela 04. Produção anual de café na Comarca de Vitória 1852.....	70
Tabela 05. Evolução demográfica do Distrito de Queimado, Município de Serra – ES	79
Tabela 06. Evolução Demográfica dos Distritos do Município de Serra.....	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Rio Santa Maria da Vitória e povoamento.....	25
Mapa 2. Distâncias entre os Aldeamentos e Vila de Vitória século XVI.....	38
Mapa 3, Fazendas Jesuítas Séculos XVII e XVIII.....	40
Mapa 4. Limites Regionais de Queimado Século XIX.....	50
Mapa 5. Eixos Comerciais.....	57
Mapa 6. Planta da Província do Espírito Santo 1878.....	63
Mapa 7. Rotas de Tropeiros e Principais Portos Século XIX.....	72
Mapa 8. E. F. Vitória Minas Trecho Porto Velho – Alfredo Maia.....	76
Mapa 9. Modificações no território da Região de Queimado, 1886-1938.....	86
Mapa 10. Comunidade de Regência em Santa Leopoldina.....	89
Mapa 11. Baixada da Vargem Grande.....	90
Mapa 12. Localização do Porto do Una Relativa ao Distrito e Vila de Queimado.....	92
Mapa 13. Mapa Conjectural da Vila de Queimado Década de 50.....	98

LISTA DE CROQUIS

Croqui A. Ocupação da Região de Vitoria. Vetores do povoamento no sécXVI.....	21
Croqui B. Primeiros Aldeamentos na Região de Vitória.....	28
Croqui C. Tentativas de Ocupação dos Temininós no século XVI.....	31
Croqui D. Localização da aldeia de Imaculada Conceição	35
Croqui E. Localização da Aldeia de São João e mudança da Aldeia de N. S. Conceição	36
Croqui F. Povoamentos com Origem Desconhecida.....	43
Croqui G. Esboço de Uso do Solo da Região de Queimado.....	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROBLEMÁTICA	12
3 JUSTIFICATIVA	15
4 OBJETIVOS	16
4.1 OBJETIVO GERAL	16
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
5 METODOLOGIA	17
6 FATORES INICIAIS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DE VITÓRIA	19
6.1 ECONÔMICOS E POLÍTICOS.....	20
6.2 FÍSICOS	22
6.2.1 RIO.....	24
6.2.2 CIRCULAÇÃO E ACESSO AO SERTÃO	24
6.3 HUMANOS.....	26
7 TERRITORIALIZAÇÃO PRETÉRITA DA REGIÃO DE QUEIMADO	29
7.1 ALDEIA DE CONCEIÇÃO VETOR DE POVOAMENTO	29
7.2 ENTORNO.....	40
8 QUEIMADO	44
8.1REGIÃO E LUGAR	49
8.2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	51
8.2.1 AGRICULTURA.....	52
8.2.2 ESPAÇO CONSTRUÍDO.....	55

8.3	AUGE	58
8.4	INSURREIÇÃO	64
8.5	DECADÊNCIA	68
8.5.1	ENGENHOS E TRABALHO LIVRE	69
8.5.2	POLÍTICA DE CIRCULAÇÃO	73
8.5.3	ULTIMAS DÉCADAS	79
9	EVOLUÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	80
10	MEMÓRIA DE QUEIMADO	87
11	CONCLUSÃO	95
12	REFERÊNCIAS	99

1 Introdução

Este trabalho constitui uma tentativa de retrospecto analítico à Geografia de São José do Queimado, Distrito que se localiza na porção sudoeste do Município de Serra-ES.

Figurando entre os mais movimentados povoados capixabas do século XIX, na região de Queimado se desenvolveu toda uma geração que vivenciou a prosperidade de um relevante comércio que interligava economicamente Vitória, Serra, Santa Leopoldina e localidades vizinhas.

Entretanto, o fluxo de mercadorias e pessoas que alimentava os vínculos econômicos e a comunidade de Queimado bruscamente cede lugar à repentina decadência econômica que domina o cotidiano de suas relações no início do século XX.

Fugazes e determinantes, as circunstâncias econômicas de então, tornaram arruinados os principais atributos econômicos da vila de Queimado.

Mediante a decadência econômica marcada no período de transição do século XIX para o XX, esse distrito, que contava entre seus limites cerca de 5 mil habitantes, sofre um forte êxodo que acarretará em seu quase completo esvaziamento em menos de um século.

O período ao qual se faz referência marca as transformações acarretadas pelo desenvolvimento econômico de Vitória, onde a crescente demanda pela eficiência mercantil no contexto republicano impulsiona investimentos que fragilizam o principal eixo de circulação capixaba naquele momento: a navegação fluvial.

Dentro desta perspectiva acontece em São José do Queimado um forte movimento de diminuição populacional desdobrado a partir de uma surpreendente retração econômica, que se supõe a principal responsável pela sua decadência.

Hoje Queimado significa uma lembrança que se orienta principalmente na órbita do tímido movimento de reconhecimento à Insurreição de 1849, curto período em que foi palco de uma revolta de escravos.

Este sítio histórico atualmente se resume a escassos testemunhos materiais dispostos em ruínas quase totalmente tomadas pela vegetação. Entres as ladeiras e encostas onde existiram em meados do século XIX mais de 400 habitações restam apenas às ruínas da Igreja de São José, no topo da ladeira as margens do rio (FIGURA 1) e resquícios do antigo cemitério, localizado atrás desta (FOTO 1).

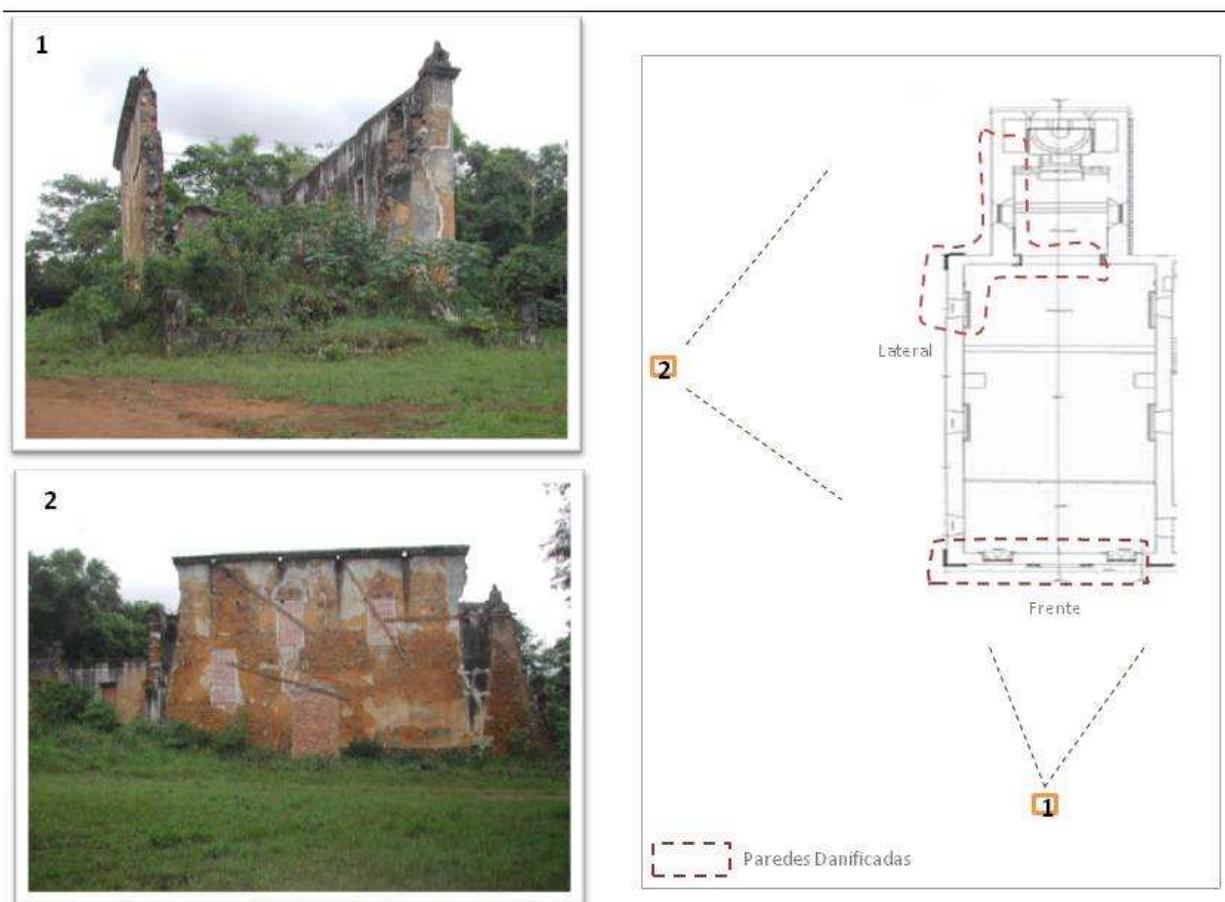


Figura 1 Ruínas da Igreja de São José do Queimado
Fonte: Acervo Pessoal



Foto 1. Cemitério de São José do Queimado
Fonte: Acervo Pessoal

Resgatar o que Queimado representou à história capixaba para além do que foi o episódio da Insurreição de 1849 ocorrido em meados do século XIX, constitui uma tarefa difícil em função da forma pontual e descontextualizada como tem sido recuperado seu passado, tornando alguns significados abstratos a qualquer análise que derive do contexto social daquele determinado acontecimento.

Significa que o tempo comumente narrado como representação de seu passado, identifica a Insurreição de Queimado como única temporalidade de sua história, tendendo desencontrar-se de seus outros e não menos relevantes fenômenos históricos (MARTINS apud LEFEBVRE, 1996), nesse caso, eventos da organização espacial e econômica ocorridos no seu espaço.

É o que se percebe quando tentamos compreender as transformações ocorridas em Queimado a partir da historiografia capixaba. Muitas vezes, as referências analisadas e descritas nestes trabalhos restringem o contexto histórico à linha temporal, generalizando os fenômenos sócio-econômicos a referenciais universais (ABREU, 98).

Apesar de necessária, por contextualizar os processos sociais de Queimado com a realidade histórica de seu tempo, a análise deste passado recupera apenas seu tempo histórico.

Ao buscar por elementos do espaço construído que remetam à materialidade do lugar, também necessários à restituição da lógica social daquele passado, nos deparamos com a ausência de referenciais específicos do espaço construído, capazes de identificar e relacionar seu passado aos demais contextos espaço-temporais de sua época.

Por isso, como tem ocorrido, o que normalmente se consegue obter do passado em estudo, são apenas análises generalizadas dos processos sociais ocorridos em Queimado, sem, contudo identificar seu necessário complemento, a especificidade *daquele lugar*.

2 Problemática

A Geografia Histórica como disciplina tem se diferenciado das demais correntes metodológicas pela sua íntima relação com o tempo e, portanto, com a história. Esta relação é concebida desde os estudos clássicos de Richard Hartshorne (1899-1992)

Essa tradição, contudo, não tem relação com a conservação de antigos conceitos e temas, uma vez que em sua trajetória, acompanhou os mais atuais debates das ciências humanas no século XX, produzindo desde abordagens cartográficas a partir da identificação de territórios e povoamentos, até Fenomenológicas, admitindo novas compreensões temáticas às categorias de análise geográfica.

Atualmente no Brasil, as perspectivas de investigação do passado dos lugares têm se apropriado majoritariamente de estudos que:

- Buscam resgatar o espaço colonial a partir das transformações sofridas em suas importâncias cultural e econômica de acordo com os respectivos contextos históricos ou;

- Dialogam com os fenômenos responsáveis pela significação dos lugares do passado, em busca dos valores destas construções simbólicas e concretas na atualidade.

A segunda perspectiva, com a qual lidaremos neste estudo, fornece possibilidades de análise que variam conforme as categorias a serem trabalhadas.

Assim tomaremos a leitura de “*paisagem*” como documento concreto e simbólico que admite significados de um ou vários tempos expressados pelo cotidiano, costumes, poderes estabelecidos e culturas (SILVA, 2007, p.22). Por ser concreta, esta paisagem possui historicidade, e por representar diferentes significados segundo usos e vivências, é fenomenológica. Sua duração acontece dentro de um tempo intermediário (BRAUDEL, 1996) nos quais sistemas econômicos e estruturas se desenvolvem.

Ainda nesta abordagem, o “*lugar*” será entendido como esforço de periodização da paisagem, admitindo, portanto, redefinições simbólicas, porém, em um tempo mais curto (BRAUDEL, 1996) marcado geralmente por contextos internos.

As redefinições simbólicas remetem à formulação do problema em estudo. A partir delas, se buscará identificar os eventos temporais que tornaram São José do Queimado um lugar esquecido. Junto a isso, as *formas* que permaneceram neste espaço servirão de parâmetros para o entendimento das lógicas espaciais sob as quais se deram às relações humanas durante o tempo em que existia socialmente.

É importante ressaltar que as concepções de *forma* e *tempo* devem ser analisadas uma paralelamente a outra para que seja percebido o maior número de fenômenos e conseqüentes significados possíveis.

A forma pode se representar pelas estruturas¹ construídas e apropriadas neste passado, sendo passíveis a outras apropriações no presente e no futuro. No entanto à medida que vão se tornando escassas e residuais estas formas se tornam mais difíceis à compreensão prejudicando novas possíveis apropriações.

¹ A definição de “estrutura” nesta leitura envolve o funcionamento do que é construído no espaço. Estas são plenas no tempo presente, portanto, mais fáceis de se apropriar já que funcionam simbolicamente ou objetivamente segundo contatos mais freqüentes com as sociedades que o habitam.

Enfatizando sob tal dificuldade, Milton Santos coloca que estas formas geralmente se encontram ancoradas em visões fenomênicas do passado, que apesar de refletirem parte da identidade do lugar, perdem com freqüência seus reais sentidos espaciais, tornando-se suscetíveis a errôneas interpretações.

Este é o primeiro aspecto da problemática, pois em São José do Queimado os escassos testemunhos materiais do que foi construído ilustram a dificuldade em se compreender como se deu a formação e funcionamento deste espaço, tornando a paisagem passível a confusões interpretativas.

A pouca especificidade dos textos e demais fontes disponíveis, quando investigados tende ao empobrecimento da análise e procedente significação dos elementos constituintes do território outrora existente em Queimado.

Portanto, resgatar estes elementos sob as outras lógicas espaciais deste passado torna-se parte fundamental deste trabalho.

Vale a ressalva de que, mesmo quando as formas permanecem intactas do ponto de vista estrutural, suas apropriações podem variar de acordo com as ideologias, uma vez que estas se transformam entre os períodos, derivando de acordo com cada campo do conhecimento científico trabalhado.

Paralelamente, a concepção temporal de uma análise geográfica pode ser dividida em dois eixos. Tem-se assim o eixo das sucessões e o eixo das coexistências (SANTOS, 94).

O tempo das sucessões, também chamado de tempo histórico, refere-se à distinção dos sucessivos eventos do acontecer social, periodizados como ontem e hoje.

Este ordenamento temporal, muito utilizado em análises geográficas, deve ser relativizado segundo as distintas maneiras como os agentes sociais se utilizam desse tempo, pois cada ação humana neste espaço admite uma temporalidade

diferente. Estas temporalidades, embora distintas, acontecem simultaneamente, compondo o eixo das coexistências.

“Não há espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens” (SANTOS, 96), portanto, o tempo como sucessão torna-se “abstrato” se a ele não forem acrescidas simultaneamente as outras diversas temporalidades humanas, que entrelaçadas formam o viver comum, ou o tempo “concreto”.

A investigação do passado de Queimado deve proceder a um diálogo entre estas duas visões, onde o tempo histórico dos fenômenos seja continuamente complementado pelo tempo concreto dos agentes sociais, empresas e instituições que marcaram aquele território, desta maneira, a história das atividades realizadas “em” Queimado, seriam articuladas com as histórias da circulação, da propriedade, e demais estruturas que atuaram sobre a formação “de” Queimado.

Este se constitui outro e mais importante aspecto da presente problemática.

Diante do quadro apresentado, e valendo-se da concepção de tempo concreto, acima exposta, buscaremos responder as perguntas: como se deu a construção da espacialidade de Queimado? De que forma sua realidade coexistiu no contexto histórico de seu entorno e quais desdobramentos desta história podem indicar como se deu a sua decadência?

3 Justificativa

De acordo com Relph (1976), a persistência do caráter de um lugar relaciona-se com as experiências de mudança que as comunidades ali instaladas atravessam mediante o envolvimento com seus rituais e tradições. Estas seriam responsáveis por reforçar o senso de associação e apego ao lugar.

Os significados por sua vez, mudam com o crescimento e declínio dos lugares que são redefinidos simbolicamente, por isso, suas permanências dependerão da maneira como suas tradições serão mantidas, persistindo ou não, no tempo.

Estes elementos são importantes pistas para a reconstituição dos lugares.

Para Tuan (1983) a identificação pelo lugar comporta fundamentos que excedem os colocados por Relph, acrescentando a cognição e a interação entre os organismos humanos com o meio. O fundamento orgânico é colocado por ele como fator da construção destes valores no espaço. Sendo assim, indivíduos usuários constroem no espaço (lugar) todos os valores simbólicos, afetivos e cognitivos junto a sua materialidade.

No caso do lugar onde se realizou o presente estudo, a relação entre seus símbolos com o cotidiano presente demonstra claramente a relação colocada por TUAN, uma vez que suas *formas*, mesmo hoje pairando no ermo, permanecem de acordo com os valores sensíveis que os fenômenos ali ocorridos carregam.

São estes valores que não permitem o seu total esquecimento.

Nesse sentido, resgatar algo que se aproxime do que foi o espaço concreto de Queimado significa proporcionar o reconhecimento de identidades que não foram perdidas e encontrar-se-ão latentes e dispersas no cotidiano cultural dos descendentes deste espaço enquanto seus significados forem mantidos.

A relevância deste estudo repousa justamente sobre a possibilidade de entendermos estes significados do passado de Queimado não somente justificando o presente a partir dele, mas tornando inteligíveis as mudanças na ordem espacial delimitadas pelas práticas sociais ou pelos significados que as mantinham.

4 Objetivos

4.1 Geral

Este estudo tem o objetivo de buscar conhecer o contexto histórico das transformações espaciais ocorridas no Distrito de São José do Queimado analisando a Geografia dos fenômenos que fundamentaram este espaço. Espera-se com isso compreender os processos históricos responsáveis pelo desaparecimento da vila que existiu no distrito.

4.2 Específicos

Contribuir com estudos científicos afins, proporcionando o uso de ferramentas metodológicas ao público interessado pela problemática dos lugares esquecidos.

Fornecer às Autarquias municipais estaduais e federais competentes subsídios científicos que venham a colaborar em estudos e processos que apontem para a salva-guarda do patrimônio histórico material e imaterial de Queimado.

Propiciar a população capixaba, sobretudo da Serra, o acesso e resgate de parte de sua identidade cultural.

5 Metodologia

Na etapa inicial deste trabalho foram levantadas informações pertinentes à problemática em discussão. Os documentos históricos, trabalhos acadêmicos, jornais impressos, plantas e mapas foram então selecionados para compor uma base para o conhecimento enquanto, paralelamente, foram selecionadas outras leituras que permitissem a construção do arcabouço teórico.

Depois de organizados os primeiros dados e escolhida a base cartográfica, foi feito um campo de reconhecimento ao espaço em estudo. De posse de caderneta, máquina fotográfica e GPS foram anotadas algumas considerações a cerca do espaço com objetivo de validação da base cartográfica utilizada². Buscando pelas reminiscências, foram retiradas fotografias dos locais onde se faziam possíveis a identificação de resquícios de antigas habitações e outros testemunhos materiais.

Ainda nesse campo as observações pertinentes foram complementadas com croquis e orientadas por pontos de marcação salvos em G.P.S.

Em um terceiro momento, dada a inicial insuficiência de dados históricos encontrados, foram consultados documentos pertencentes aos acervos do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo - IHGES, Arquivo Público do Espírito Santo -

² Base extraída das cartas topográficas de Serra, Nova Almeida e Vitória, IBGE 1976. Escala 1:50 000.

APEES, Instituto Jones dos Santos Neves - IPES e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo, nos dois primeiros, conduzidas as pesquisas por referências textuais e iconográficas e nos dois últimos, dados quantitativos, como anuários estatísticos, além de delimitações mais atuais do Distrito.

Após efetiva conceituação e revisão bibliográfica pertinentes a problemática, iniciou-se a quarta etapa da pesquisa, dentro da qual, foram realizadas duas entrevistas com vistas a um enfoque qualitativo de informações exploradas a partir de ex-moradores de São José do Queimado.

Fundamentada no conceito de memória coletiva definido por HALBWACHS (2004), a utilização destes relatos distinguiu como relevantes, as lembranças do cotidiano social vividas em Queimado, oferecidas pelas pessoas entrevistadas.

Após esta etapa, deu-se início a quinta etapa da pesquisa. Esta se divide em dois momentos: seleção e cruzamento das informações relatadas com os documentos pesquisados na primeira e terceira etapas, e utilização dos traços espaciais impressos no conhecimento relatado para planejamento do segundo campo.

Segundo trabalho de Campo

Momento exploratório da presente pesquisa, este trabalho de campo teve como objetivos proporcionar o enriquecimento dos relatos conseguidos a partir da segunda entrevista realizada e precisar uma maior identificação com o que fora relatado como espaço do Distrito, seus limites e outros aspectos no período em que a entrevistada residiu em Queimado.

Para isso, foi alugado um veículo, necessário ao traslado, e utilizados GPS, Máquina fotográfica, base cartográfica³, além de caderneta de anotações.

Por fim foram elaborados mapas conjecturais (ABREU, 2006.) e croquis do passado de Queimado, ambos produzidos a partir da documentação existente e dos relatos

³ Esta se diferencia da base utilizada no campo anterior, contendo um mosaico de imagens Ikonos resolução espacial de 1m, adquiridas em 2003 e cedidas gentilmente pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

aproveitados nas duas entrevistas realizadas, bem como estabelecidos os parâmetros para outras possíveis abordagens relacionadas com os lugares esquecidos.

6 Fatores Iniciais da formação do Território da Região de Vitória

Inicialmente serão definidas as denominações comumente utilizadas nas estruturas administrativas coloniais.

Para fins administrativos, no período Colonial convencionou-se subdividir hierarquicamente o território em Capitanias, Comarcas e Freguesias. Estes termos possuíam funções tanto para a Coroa Portuguesa, quanto para a Instituição Cristã, atuante no Brasil durante este período, já que ambas as instituições administravam conjuntamente o território. Isto explica porque a administração religiosa dos redutos cristãos no Brasil Colônia era dividida em Prelazias (Abadias), Dioceses e Paróquias.

A definir, uma Freguesia correspondia, no período colonial, ao conjunto Paróquia e Distrito Civil. Desta forma o registro de batizados, nascimento, casamentos e mortes ficavam sob o controle Eclesiástico. A identidade política das freguesias conferiu a estes territórios, em alguns casos, o status de Municípios e em outros, o de Bairros após 1890, com o início do período Republicano. Esta diferença ocorria dependendo do processo de desenvolvimento em que se encontrava o território, contudo, essa transformação era mais comum entre as vilas.

A Comarca por sua vez representava os territórios jurídicos, correspondendo a grandes divisões de terra nas Províncias. Demarcavam instâncias penais e fiscais e administrativas.

A denominação Arraial deriva de ajuntamentos com fins militares, empregada nas divisões de infantaria portuguesa do período colonial. No Brasil, este vocábulo obteve outros significados, simbolizando, no princípio do Período Colonial, núcleos de ocupação que surgiam independentes, pelo menos quando formados, da

organização colonial. Geralmente ocorriam à revelia dos Aldeamentos Jesuítas, promovidos por expedições dos próprios colonos portugueses.

O vocábulo vila se refere a uma localidade constitutiva do centro de uma jurisdição territorial, a sede do município. A vila era composta de um governo local, câmara e pelourinho na praça central. A expressão implicava, portanto, uma dimensão político-administrativa, e referia-se a uma pequena comunidade "urbana" dotada de certa autonomia política na esfera municipal. Empregada desde a época colonial, a palavra manteve esta conotação política e administrativa até 1938.

Após definidas as atribuições institucionais impressas no Território, será explorado o contexto em que se iniciaram os primeiros aldeamentos e fortificações nesta capitania, a fim de possibilitar o melhor entendimento a cerca da ocupação e organização da região onde o povoamento de Queimado surgirá, e aproximação com a formação do território de Vitória.

O que se ressalta desta exposição é a forma com que esta porção do território colonial, no processo de apropriação, se constitui num primeiro momento a partir dos espaços previamente ocupados pelos nativos, e gradativamente, com auxílio da Companhia de Jesus, adentra o território pelos principais rios e córregos, de forma a consolidar a estrutura colonial.

Essa transformação se dá nas sesmarias distribuídas ao norte e noroeste de Vitória, sob ocupações que, como veremos, simbolizarão o foco dispersor de grande parte dos povoamentos que irão compor a futura Comarca de Vitória.

6.1. Econômicos e Políticos

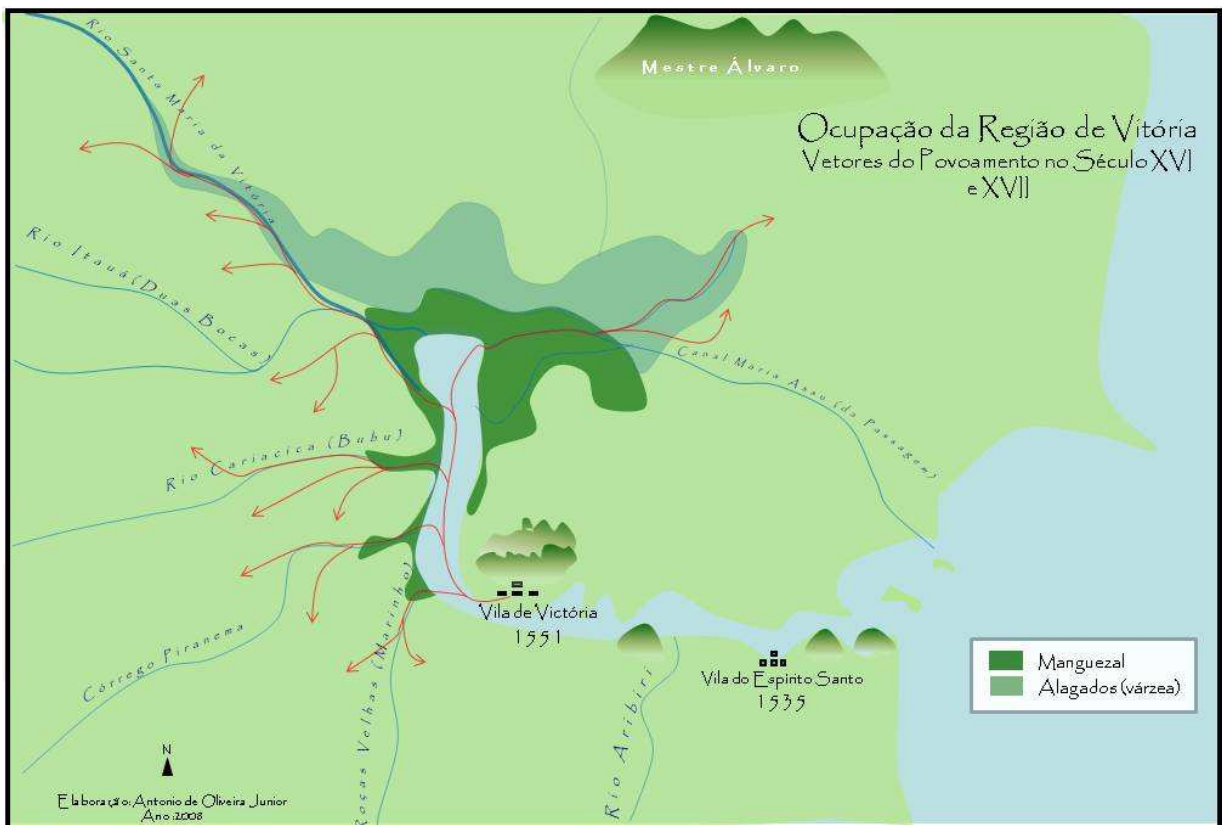
Simbolizando a principal motivação econômica da coroa, o exclusivo colonial trouxe a esta porção da capitania de Vasco Fernandes Coutinho duas faces bem definidas quanto ao caráter da ocupação, identificação que, aliás, não fugirá a regra nas demais regiões capixabas.

Guardar o território com fortificações e erigir feitorias onde fosse facilitado o escoamento de quaisquer produtos a serem explorados na capitania significavam a própria montagem do sistema de exploração, principal objetivo da coroa.

Uma vez restritos a um diminuto número de pessoas estes requisitos tiveram sua implementação dificultada, tornando a ocupação prejudicada. No entanto, a relativa limitação perante as escassas possibilidades econômicas vislumbradas, sobretudo quanto à ocorrência de metais preciosos, culminou em mudanças quanto ao apelo comercial.

Modificações que se desdobraram na dispersão dos colonos para terras onde seriam favorecidos com melhores condições de terreno para o arado, e fomentaram o contato com os nativos implicando em crescente atrelamento a mão de obra indígena.

As direções que esta dispersão assumiu (CROQUI A) apontaram a ocupação para datadas de terras as margens dos rios que deságuam no canal de Vitória.



Croqui A. Ocupação da Região de Vitória. Vetores do povoamento no século XVI
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Dentro das perspectivas possíveis, a Companhia de Jesus atuou diretamente na geração e organização da mão de obra disponível visando o cultivo de suas propriedades produtivas, além de participar da manutenção política e estrutural das Aldeias por onde passava, fortalecendo o contato entre os nativos e os colonos.

Desenvolve-se com isso uma crescente dependência pelo conhecimento dos índios, principiada pela expressão do trato com a terra e força de trabalho nas fazendas e aldeias situadas nos rios que deságuam na Baía de Vitória, evoluindo para auxílio nas expedições exploratórias a montante do Rio Santa Maria da Vitória e áreas vizinhas.

Embora frágeis do ponto de vista de sua formação econômica, as aldeias e fazendas formadas durante a segunda metade do século XVI e século XVII, representarão a base da organização territorial de Vitória como centralidade administrativa. Sua expansão condicionará todas as posteriores alternativas de uso e ocupação da região, como ocorrerá com o surgimento de Queimado.

6.2 Físicos

Uma conjunção de elementos físicos compõe o jogo de influências que justificou a ocupação portuguesa no decorrer dos séculos de colonização. Entre os primários, e já tratando da região onde Queimado surgirá, a larga condição hídrica e perene, aliada à disponibilidade de terras de gradiente suave, significou a possibilidade de extrair alimento em curto prazo permitindo a permanência dos colonos mesmo em tempos difíceis.

No entanto, à medida que avançavam as divisas, eram espontaneamente promovidas distinções quanto ao uso do território, tendendo a ocupação a configurar-se geralmente nas porções do terreno onde houvesse condição de relevo aplainado; possibilidade de manutenção de fertilidade e oferta hídrica sem maiores dividendos; localização com mobilidade e circulação facilitadas.

Estes fatores serão caracterizados mais detidamente a seguir, focalizados na região entre o baixo curso do Rio Santa Maria da Vitória e seus tributários.

Como primeiro fator, a condição do relevo estivera relacionada ao que se buscava produzir sobre ele, assim, dentro da mentalidade agro-exportadora, que gradativamente se assumia, tiveram preferência as pequenas depressões e planícies próximas as margens do Rio Santa Maria da Vitória, posto que, o reduzido recurso humano e técnico, inviabilizava outras possibilidades.

Plantava-se preferencialmente nas baixadas até o momento em que os vales não comportassem mais a demanda dos cultivos, associados sempre à extração de madeiras, geralmente usadas nas fundações de casas e engenhos e embarcações.

Os esforços em seguida se concentraram nas terras a montante dos córregos e rios, até que o próprio gradiente do terreno dificultasse o empreendimento.

Conforme se estruturava o engenho canavieiro na Província do Espírito Santo, as formas e critérios de uso se alteravam, trazendo as divisas da ocupação para as encostas e finalmente áreas mais altas como topos de morro.

O vale do Rio Santa Maria da Vitória não foi exceção, este movimento das divisas tanto de ocupação quanto de uso⁴ (produtivas) avançaram as vertentes com a cana-de-açúcar primariamente, depois cultivos de menor escala, como milho, mandioca e, posteriormente, o café.

O mesmo pode-se afirmar a respeito da vegetação, da qual se retirava madeira para esteio, fundações e construção de canoas ou outras embarcações (OLIVEIRA, 1975, p.155). Espécies arbóreas como graúna, sapucaia, jacarandá e peroba foram largamente exploradas para construção dos casarios de fazendas e engenhos, retiradas da mata que cobria encostas e morros de toda a região no entorno do rio Santa Maria da Vitória.

Se inicialmente as chances de produzir foram influenciadas pelas características do relevo, a disponibilidade hídrica foi fundamental para que os colonos se fixassem

⁴ Para melhor visualizá-las vide o Croqui G, p. XX

nesta terra. As porções naturalmente irrigadas formavam a principal alternativa para o sistema de feitorias frente à tacanha estrutura investida pela coroa.

Foram, portanto, a partir de rios e córregos que nasceram praticamente todas as povoações a oeste da Vila de Vitória, e por meio dos vales destes mesmos rios que se desenvolveu o arranjo produtivo do território econômico da Comarca de Vitória.

Houve tentativas de ocupação das baixadas (DAEMON,1879, p.120) que margeavam o Mestre Álvaro. Contudo, o regime hídrico dos alagados aliados à proliferação de mosquitos e outros insetos tornaram dificultosas e, por vezes, traumáticas as estadas em épocas mais úmidas.

6.2.1 Rio

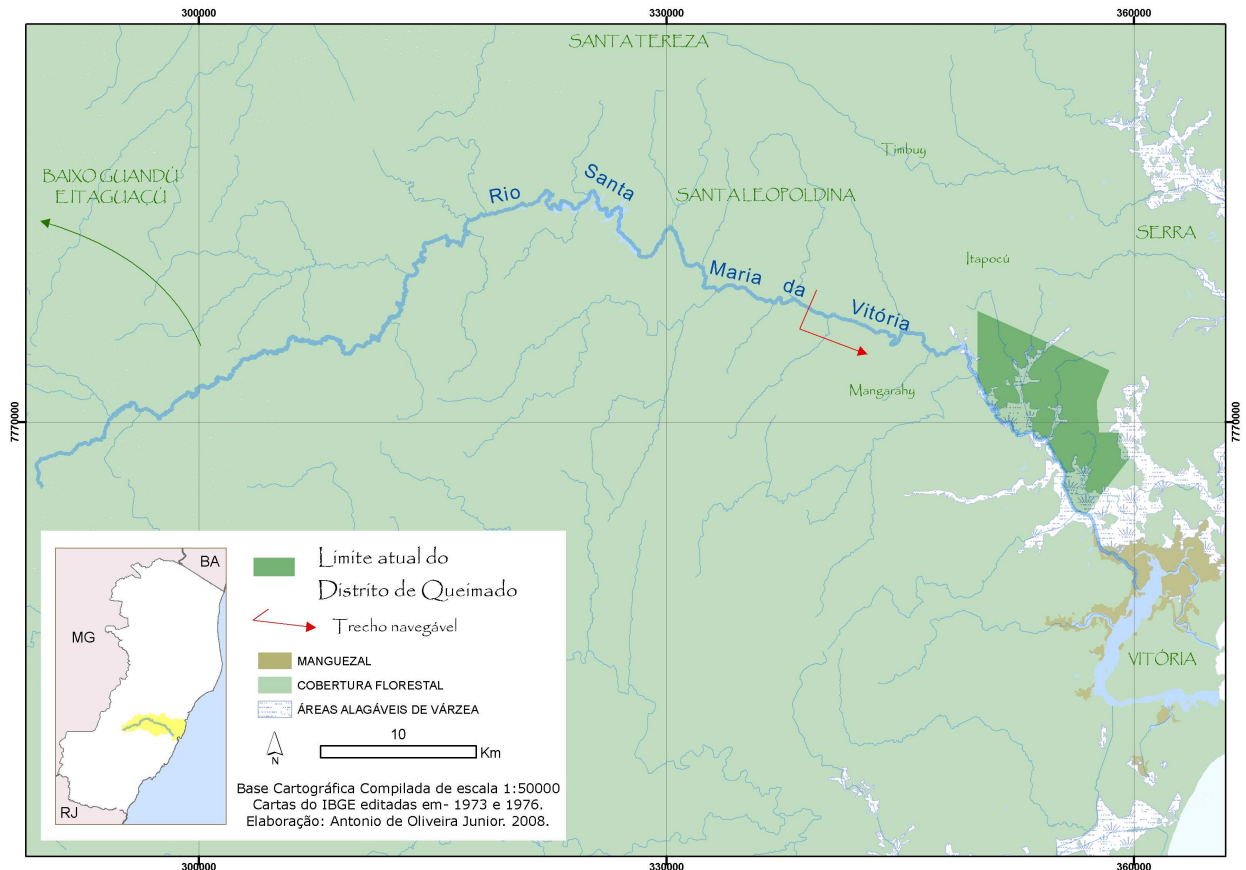
O Rio Santa Maria da Vitória terá sua caracterização de acordo com os papéis que desempenhou dentro dos eventos históricos de uso e ocupação nesta região.

6.2.2 circulação e acesso aos sertões

Meio de acesso a terras férteis e agricultáveis, sem o qual a circulação e ocupação ficariam restritas e dificultadas, o rio Santa Maria da Vitória, representou, nos primeiros séculos, uma das principais alternativas de acesso ao interior. Foram inúmeras expedições de entrada ao sertão, motivadas pela cobiça aos metais preciosos, ou pelo aumento da demanda por terras decorrente do crescente movimento de ocupação.

No decorrer dos séculos, a região banhada pelo rio Santa Maria da Vitória sofreu alterações quanto ao uso, a partir do qual, evoluirá de um simples e objetivo canal de acesso as novas descobertas para tornar-se parte fundamental a circulação comercial da capital do estado.

Com cerca de 60 quilômetros⁵ de extensão navegáveis, (MAPA 1) seu trajeto fora largamente utilizado para o escoamento dos produtos cultivados desde os terrenos as suas margens, como Timbuy, Santa Leopoldina, Mangaraí, Retiro, Itapocu, até regiões mais longínquas, provenientes de propriedades onde hoje se limitam os municípios de Serra, Itaguaçu, Santa Teresa, Baixo Guandu e Mutum.



Mapa 01. Rio Santa Maria da Vitória e povoamento
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Considerado um dos mais importantes condicionantes para o surgimento de povoados em toda a região de Vitória, o rio Santa Maria da Vitória, se relaciona com a origem e decadência de Queimado.

O uso de seu traçado serviu como eixo de circulação responsável pelo florescimento das fronteiras agrícolas às suas margens, entre estas, grande parte das propriedades que compunham o território de Queimado.

⁵ Trecho que compreendia toda a extensão entre o antigo Porto do Cachoeiro, em Santa Leopoldina, até sua foz, na estação ecológica do Lameirão, a Noroeste da Ilha de Vitória. Informações extraídas do livro Canoeiros do rio Santa Maria da Vitória, João Ribas da Costa, 1982.

A mesma relação com o rio, responsável pelo crescimento de Queimado, contribuiu para sua decadência econômica, posto que o contexto de inovação traçado a partir do século XIX apontava para alternativas de circulação que tornaram a navegação fluvial pouco atrativa para os comerciantes do interior.

6.3 Fatores Humanos

É importante ressaltar que outros fatores atuaram diretamente como agentes da formação deste território.

Sob a perspectiva das sociedades envolvidas, a transformação das relações de poder no decorrer do tempo possibilita outras óticas de análise sob o espaço construído, ligadas à restrição da ocupação em alguns momentos e a expansão em outros.

Como se sabe, as convicções e aspirações iniciais que trouxeram os portugueses para o Brasil colônia pouco se relacionavam com a oportunidade da lavoura. No entanto, a partir da experiência com a empresa agrícola empreendida nas ilhas do Atlântico, perceberam as rentáveis possibilidades de se explorar esta colônia, nunca abandonando, claro, a busca pelas aluviões e minas que viessem a descobrir.

Na ocupação de Vitória, esses conhecimentos foram somados aos dos Tupis e Goitacás que se distribuíam pelas baixadas limítrofes à baía do Espírito Santo, ou a experiência dos Temininós trazidos pelos colonos portugueses do Rio de Janeiro anos mais tarde.

Buscando explorar a mão de obra indígena, de onde construíram as primeiras estruturas e deram início ao trabalho na lavoura, portugueses, utilizando da força para tal intento, desencadearam as primeiras reações de resistência da população indígena.

Como traços desta resistência, a história relata que, “Goitacás e tupiniquins no desespero da perseguição, aliaram-se para aniquilar o estrangeiro que os espoliava

(OLIVEIRA, 1975, p.56). Houve destruição quase total dos povoados e mortes entre os colonos.

A partir de então, não cessaram os conflitos entre estes e o risco de ataques fora gradativamente sendo considerado mais eminente, influenciando diretamente nas decisões do pretense povoamento.

As datas de terra mais isoladas passaram a ser preteridas pelo risco de novas ofensivas e as que reuniam maior número de pessoas cuidavam de guarnecer seus limites contra novos acometimentos.

Sítios foram inteiramente abandonados e o confinamento próximo ao litoral passa a sofrer alterações apenas com as esporádicas entradas ao sertão.

Este período refere-se ao início da ocupação, época em que os abandonos forçaram Vasco Fernandes Coutinho Filho em 1565, promover uma redistribuição de terras doadas. Datas cujos sesmeiros tinham morrido ou haviam deixado em estado de abandono⁶.

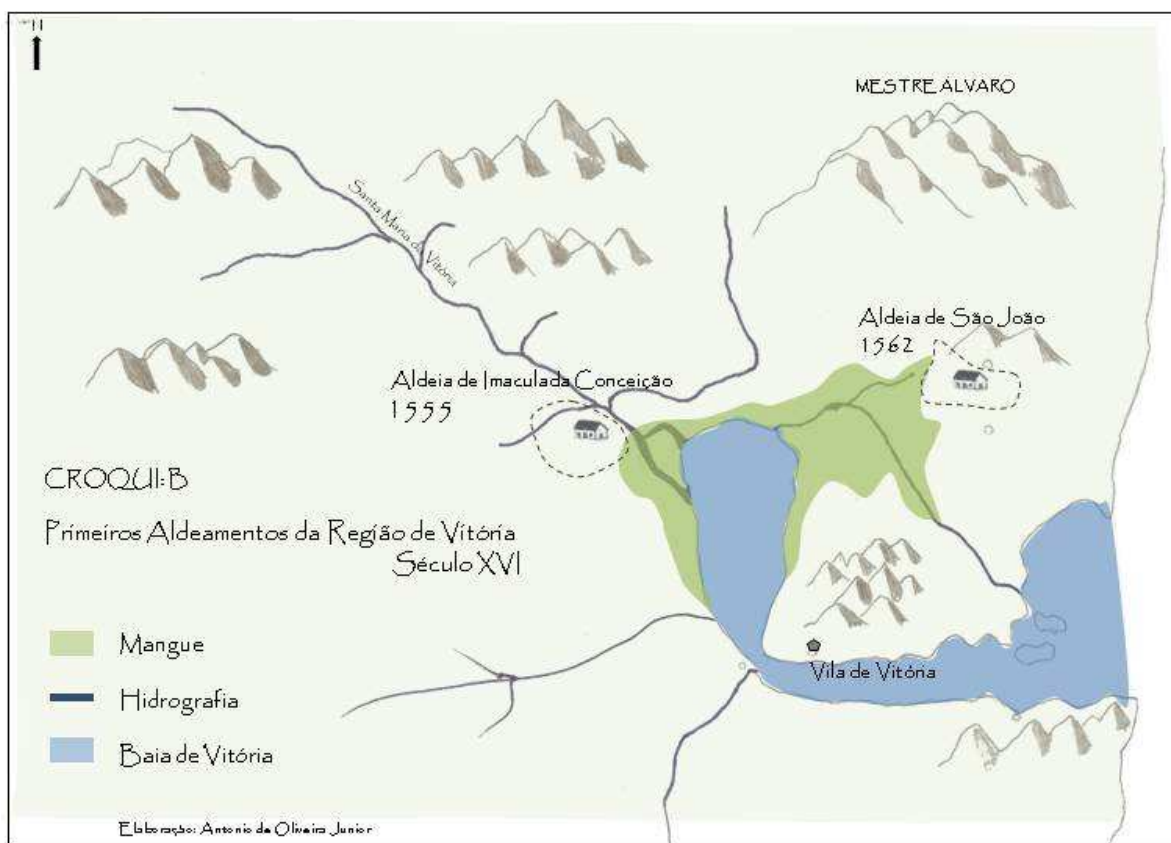
Sob tais condições, as melhores posses de terra eram destinadas a quem possuía mão de obra, ou a quem podia se guarnecer contra possíveis investidas dos índios.

Quem mediava às relações entre o gentio português e os nativos detinha maiores poderes dentro da estrutura produtiva, passando a articular, por exemplo, o destino de boas remessas de terra para produzir açúcar e derivados.

Presente nos movimentos de transformação coloniais, a ordem jesuíta dá início a seus trabalhos e rapidamente assume o papel de principal responsável pela manutenção da “harmonia”, apropriando-se com isso das principais sesmarias distribuídas pela coroa portuguesa.

⁶ Principalmente ao norte da ilha de Vitória. F. A. Rubim, Memórias para Servir, 6; Rubim, memórias, p.222.

Essa apropriação se dá de forma indireta na medida em que seus representantes, os padres jesuítas, tomam a frente das expedições de reconhecimento e formação de novas aldeias, como ocorre com as Aldeias de Imaculada Conceição e São João de Carapina (CROQUI B), por exemplo.



Croqui B. Primeiros Aldeamentos na Região de Vitória
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Gradativamente, a responsabilidade administrativa de futuras extensas fazendas recairá sobre a administração eclesiástica, propriedades que influenciarão expressiva parcela da rareada população branca residente na vila de Vitória e arredores, definindo consigo a dinâmica de subsistência de aldeias e freguesias⁷ nascentes no contexto.

Percebe-se que a efetiva ocupação iniciada no flanco sudoeste da ilha e as margens do rio Santa Maria sofreu alterações de acordo com as aspirações sociais envolvidas, oscilando entre o “desenvolvimento” e sobrevivência.

⁷ Freguesia *sf.* Povoação sob o aspecto eclesiástico. Definição de acordo com o dicionário Aurélio.

Se por um lado as expedições ao sertão, justificadas pela cobiça aos metais, concentraram os esforços dos colonos inibindo as potencialidades de uso deste território durante os dois primeiros séculos de colonização, pelo outro contribuíram para o desbravamento de outros tantos terrenos ao interior.

Ao iniciar do século XVII, encontravam-se na capitania poucos aldeamentos, alguns dos quais mal sobreviveriam senão fosse o precário auxílio da coroa (OLIVEIRA, 1975), contrastando com extensas datas de terra sob o domínio da Companhia de Jesus.

Estes três fatores relacionados fornecem indicativos à ocupação em Queimado sob a ótica das condições históricas estabelecidas nesta porção da Capitania, a partir dos dois primeiros séculos de exploração. O primeiro, estruturado sobre as possibilidades econômicas e políticas de instalação do aparato colonial desta província. O segundo, referente às condições físicas da terra nos arredores de Queimado. E o último, mas não menos importante, que era a garantia de seguridade buscada pelos colonos mediante os incessantes focos de litígio e conseqüente apropriação de poder territorial por parte da Companhia de Jesus.

7 Territorialização Pretérita da Região de Queimado

Serão percorridos neste capítulo aspectos da origem e organização dos povoados relacionados com a formação da região onde Queimado surgiu.

Para isso, a formação da aldeia indígena de Conceição Imaculada, um dos primeiros aldeamentos da Companhia de Jesus e hoje Município de Serra, será sinteticamente analisada, pois se pressupõe que seu surgimento tenha relação direta com a origem e identidade territorial de Queimado.

7.1 Aldeia de Serra como vetor de povoamento

Acompanhando algumas fontes históricas, percebe-se repetidas vezes que a organização cristã se fez representada como primária e ao mesmo tempo principal agente do povoamento às terras capixabas, sobretudo nos séculos XVI e XVII.

Seus ofícios nesta Capitania até metade do século XVII revelam que a simples e objetiva tentativa de povoamento do território transformou-se substancialmente em uma espécie de re-ordenamento do gentio nativo claramente voltado para a segurança e conseqüente prosperidade de suas estruturas produtivas.

Foi sob o jogo destas intenções, portanto, que a mão de obra indígena preencheu as expectativas portuguesas.

Entretanto, os diversos focos de conflito, relacionados ou não com a resistência indígena e epidemias modificaram o andar dos acontecimentos nesta Província, oferecendo limitações à pretensa estrutura colonial em instauração.

Como conseqüência, a dinâmica de fundação de aldeias empenhada pela Igreja e pela Coroa, quase sempre imperativa aos costumes indígenas, acabou perdendo o controle da organização e ritmo no povoamento tentado.

Supõe-se que, sob a iminência deste relativo descontrole marcado por conflitos e descobertas, tenham surgido pontuais e desordenadas iniciativas de povoamento, marcadas por processos que, apesar de estanques, culminarão no surgimento de Queimado e de outros povoamentos na mesma região.

Com o objetivo de melhor explorar estes acontecimentos, será inserido neste contexto o surgimento da aldeia que dá origem ao município de Serra, pois, é possível que sua origem marque o início do processo de formação de grande parte dos povoados ribeiros ao rio Santa Maria da Vitória.

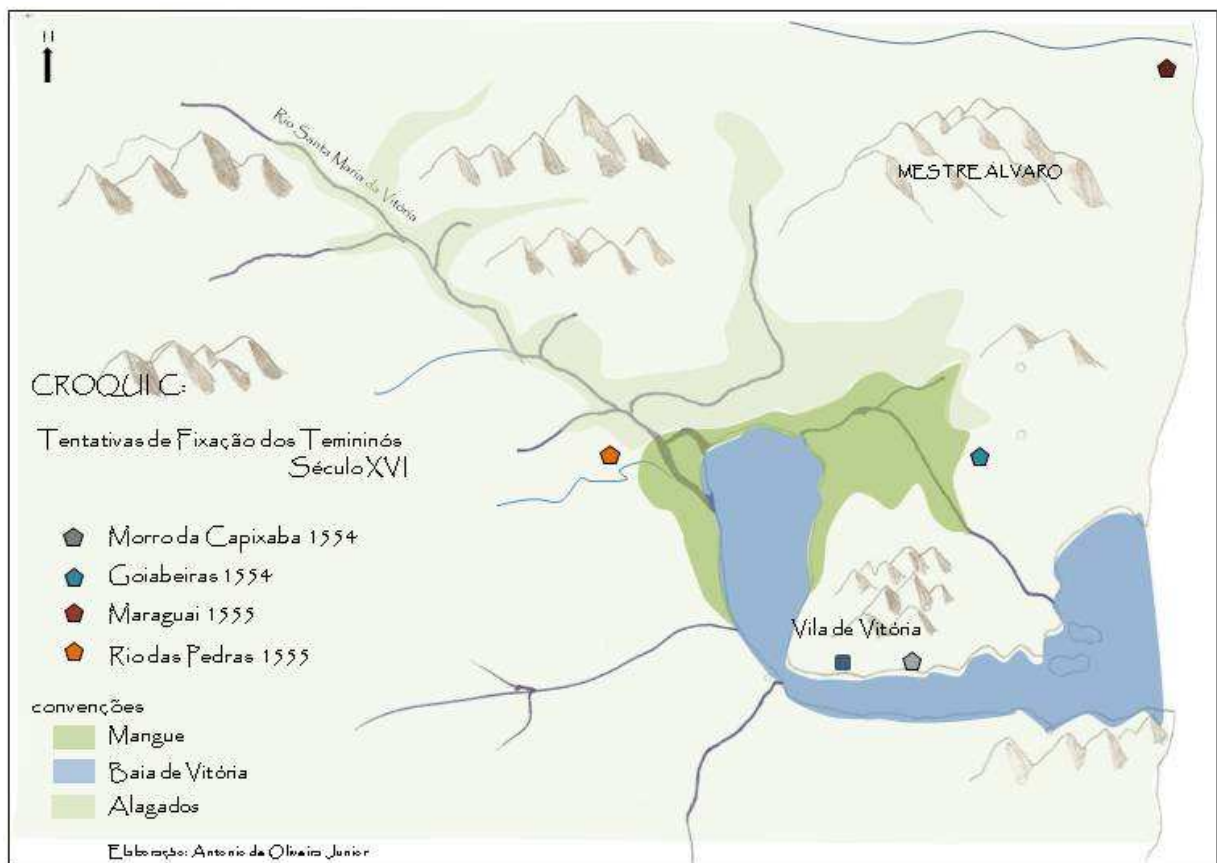
Os desdobramentos da chegada dos índios Temininós nesta Capitania, trazidos afugentados do Rio de Janeiro para servir aos desígnios do donatário contra as invasões francesas, compõem o princípio das tentativas de ocupação para além da ilha de Vitória.

Neste período se torna inevitável o choque entre as intenções da igreja e dos índios. A mínima garantia de desenvolvimento que os colonos possuíam dependia da

necessária fixação e organização baseada na força de trabalho e segurança que os nativos ofereciam.

No entanto, o ato de fixar-se constantemente preocupava os clérigos da Companhia de Jesus, já que era comum entre estes índios o costume de mudar-se de sítio⁸.

Contrariando as expectativas, estes Temininós ocuparam três diferentes sítios (CROQUI C), em cerca de menos de um ano. Inicialmente, por volta de 1554, teriam sido instalados vizinhos à Vila de Vitória, nas proximidades do morro da capixaba⁹ (MORAES, 2004) atendendo aos desígnios de Vasco Fernandes Coutinho.



Croqui C. Tentativas de Ocupação dos Temininós no século XVI,
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

⁸ Carta de Luiz da Grã, padre que narrou a primeira origem da Aldeia de N.S. de Conceição. *Abril de 1555, Brás. 3(1), p137v.*

⁹ Também conhecido como morro do Vigia, local onde hoje funciona o Parque Gruta da Onça (BORGES, 2003).

Posteriormente, em conseqüência de conflitos com colonos, teriam se transferido para a baixada de Goiabeiras. Mediante novos focos de litígio, o Padre Brás Lourenço, encarregado da manutenção da ordem entre os Temininós acompanha o Cacique Maracaiaguaçu e toda sua tribo até Santa Cruz, onde fundam a aldeia de Maraguai, em local vizinho à aldeia de Gerabaia¹⁰, às margens do rio Piraqueaçu.

Entretanto, sob a constante ameaça de invasão holandesa e francesa, o Donatário, em 1555, visando melhor guarnecer seus domínios, exige a transferência dos Temininós para local próximo a sede.

Migram novamente, desta vez para terreno ao norte da Ilha de Vitória, supostamente as margens do rio Santa Maria da Vitória.

Existe em Cariacica uma localidade de nome “Rio das Pedras”, cujo acesso antigo se dava através de um afluente do rio Santa Maria da Vitória, o córrego Vasco Fernandes Coutinho. Este local, onde ainda hoje possui reminiscências do período colonial, teria sido o local onde o Donatário os alocou.

Este episódio narra a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição Imaculada¹¹, núcleo que supostamente daria origem ao município Serrano.

Uma vez fixados próximos à Vila de Vitória, imediatos do Colégio Santiago, teriam feito um acordo com o cacique Maracaiaguacu, esperando que os guerreiros os ajudassem na construção da paróquia, assim, naturalmente conteriam neles o ímpeto migratório.

Em 1564, nove anos após sua fundação, uma epidemia de varíola recai sobre a aldeia acarretando em muitas mortes e na dispersão dos sobreviventes. Uma parcela destes sobreviventes teria se agrupado em São João¹², sítio menor

¹⁰ Fundada dois anos antes pelo padre Afonso Brás, considerada como marco inicial do povoamento de Nova Almeida. (LEITE, *HCJB*, 1950)

¹¹ A forma como foi narrada pelos Jesuítas, Curiosos e Historiadores, permite transparecer em certos escritos certa variação quanto à denominação desta aldeia. Portanto, visando acompanhar e respeitar tais descrições, seu nome aparecerá também como N. Senhora da Conceição, Aldeia de Conceição Imaculada e Imaculada Conceição.

¹² Aldeia que dá origem ao povoamento de Carapina, formada em 1562.

(CROQUI A p.20), pré-ocupado pelos familiares do Cacique Temininó Maracaiagaçu, em uma colina a sudeste do maciço Mestre Álvaro.

A outra parcela dos índios da aldeia de Conceição teria migrado e formado outro sítio com a ajuda dos Jesuítas. Todavia, existem dúvidas a respeito do local onde a nova Aldeia teria se fixado.

Os questionamentos surgidos a partir destas supostas imprecisões servirão como pretexto para o entendimento da ocupação de grande parte da Região de Vitória, pois acreditamos que a origem do povoado de Queimado seja um dos desdobramentos da evolução deste aldeamento.

A epidemia de 1564 trata da quarta dispersão ocorrida na aldeia em menos de dez anos. Registros posteriores demonstram que estas andanças repetir-se-ão por décadas a fio.

Algumas destas migrações sequer foram conhecidas pela ordem religiosa. Além do relativo desconhecimento e ausência de relatos mais ricos a respeito, compreender o surgimento destas outras ocupações torna-se difícil, por serem estas muitas vezes comuns a uma só fonte, a Igreja Católica (PRADO JUNIOR, 1994, p. 35).

Ao abordar o assunto, Serafim Leite assinala o quão dificultoso é determinar quais os lugares onde trabalhou a Companhia de Jesus formando aldeias relatando que:

[...] a confusão resulta, por um lado, de usarem às vezes documentos coevos o termo genérico de aldeias, sem mais denominação; e por outro lado, pelo menos ao comêço, do hábito de os índios mudarem as suas povoações de sítio para sítio." (LEITE, *HCJB*, 1950, p229)

A junção destes eventos a outras possíveis migrações pode esclarecer, apesar de estarem muitas vezes ocultos, o aparecimento de habitações quase dois séculos adiante em registros sem qualquer informação que remeta ao passado formador destas, como ocorre com Queimado.

Estes indicativos tornam factível a correlação entre Serra e Queimado, uma vez que, Serra teria inaugurado a ocupação das sesmarias margeadas pelo rio Santa Maria

da Vitória, em terreno com similaridades geográficas inegáveis, se comparadas com a área em que Queimado surge, nos registros históricos do século XIX.

Seria, portanto, plausível pressupor Queimado como fruto de uma das dispersões do núcleo de Nossa Senhora Conceição Imaculada, ou concebê-lo como reminiscência deste primitivo aldeamento, considerando seu passado indígena.

Dentro dessa perspectiva, serão discorridas algumas das considerações que a historiografia capixaba possui acerca da formação do Município de Serra, afim de que se obtenha, comparando-as, indicativos da relação acima indicada.

Tornaram-se perceptíveis, após análise de alguns documentos, algumas incoerências entre as leituras mais recentes¹³, dadas às genéricas alusões a distâncias e referências espaciais utilizadas em suas descrições.

“Com auxílio e orientação de Brás Lourenço, os Temininós de Maracajaguaçu, são fixados [...] na região do Mestre Álvaro e próximo ao rio Santa Maria.” (BORGES apud LEITE, 2003, p. 25)

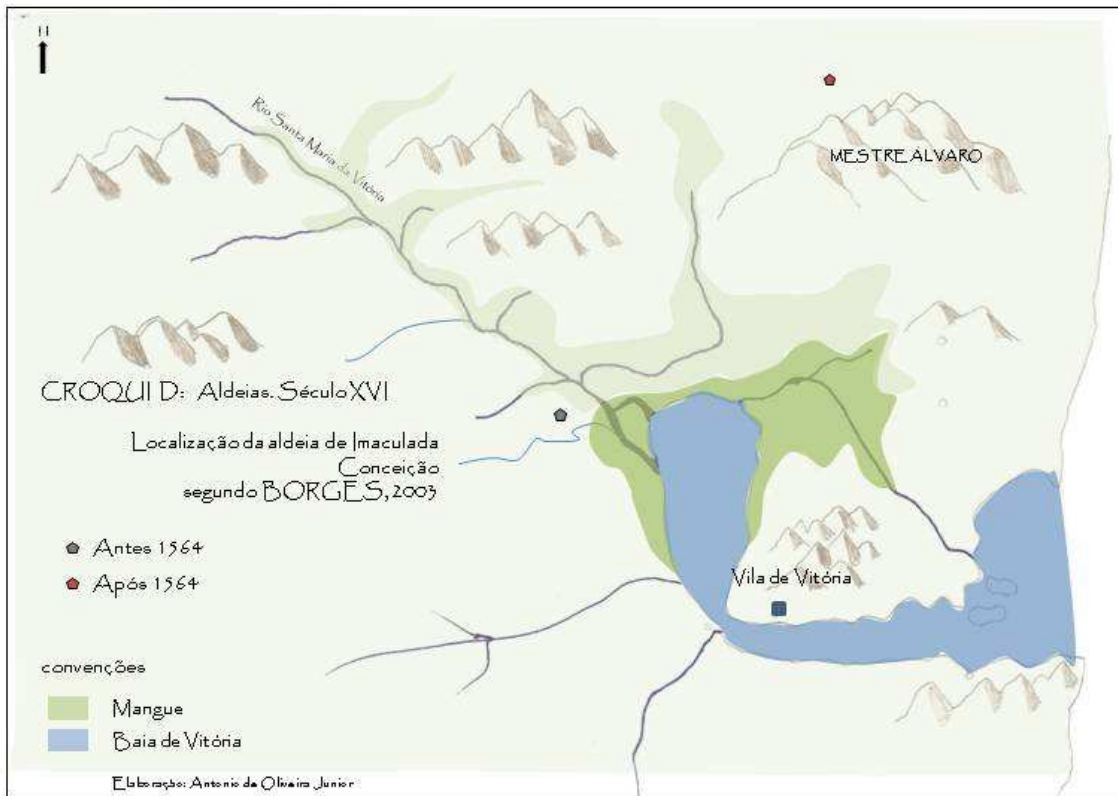
Na sentença acima, o autor descreve o local onde teriam sido fixados os guerreiros vindos do Rio de Janeiro. Fica destacado que a fixação citada se deu próxima ao Rio Santa Maria da Vitória.

No entanto, concluindo a idéia mais adiante, o Historiador Clério José Borges afirma que a Aldeia de Conceição é deslocada para outro lugar após epidemia de varíola;

‘Assim que a epidemia de varíola passou, a aldeia foi localizada em outro local, pois, o “mau cheiro parecia que ainda estava nas mesmas casas”. Com a mudança de local passa para uma colina, do outro lado do morro Mestre Alvaro’. (BORGES, 2003, p.40)

De acordo com o historiador, a Aldeia de Conceição, por consequência da epidemia de varíola ocorrida em 1564, teria sido relocada para o local onde atualmente situa-se a sede do Município de Serra. (CROQUI D)

¹³ Historiadores como Naly da Encarnação e Clério Borges oferecem releituras das obras de Serafim Leite. José Teixeira de Oliveira e Basílio de Carvalho Daemon entre outros que abordaram o assunto.



Croqui D. Localização da aldeia de Imaculada Conceição segundo BORGES, 2003
 Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

No entanto, as passagens narradas, apesar de fundamentarem-se, em sua maior parte, nas referências da história da Companhia de Jesus, apresentam distinções

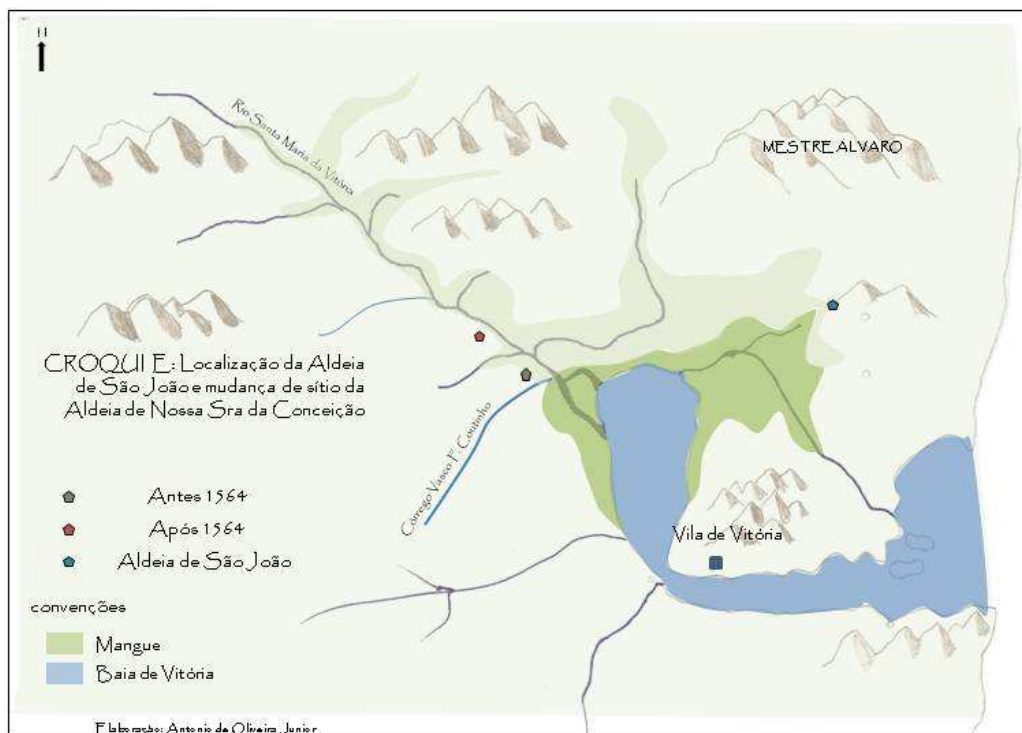
interpretativas quanto a mudança de local na época referida, quando comparadas as demais descrições.

Em alusão expressa a epidemia, LEITE,¹⁴(1938-50, p. 237) escreve;

No ano de 1564 grassou violenta epidemia nesta Aldeia. [...] As mortes eram às três e quatro por dia. Os índios fugiam dos doentes e por fim, da própria aldeia, mudando mais uma vez de sítio. [...] Reorganizada a aldeia, os Padres não deixaram de ir a ela, aos domingos e festas de guarda. Assim era em 1573.

Fugas são claramente apontadas neste documento, geradas pelo risco que a epidemia representava, além do odor exalado pelos corpos enfermos. Todavia, outro relato, registrado por ANCHIETA em 1585 afirma que após formarem outra Aldeia, a nova instalação teria ocorrido em local “próximo” a aldeia de São João, há menos de uma légua desta e três léguas do Colégio Santiago em Vitória, local distinto, portanto, de onde afirma BORGES (2003).

“[...] a três léguas da vila, por um rio muito ameno a riba, uma aldeia de índios de invocação de Nossa Senhora da Conceição, e outra a meia légua desta que se diz São João”. (LEITE, em citação atribuída a ANCHIETA, 1585, p. 73) (CROQUI E)



¹⁴ Serafim Leite. *HCJB, Tomo I – Livro III – Capítulo IV - § 2.*

Croqui E: Localização da Aldeia de São João e mudança de sítio da Aldeia de Nossa Sra da Conceição
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Analisando os relatos, conclui-se que o sítio teria sido formado próximo à confluência do córrego Vasco Fernandes Coutinho com o Rio Santa Maria da Vitória e restaurado após a epidemia em local próximo, a montante do rio Santa Maria da Vitória.

Como se sabe, a aldeia de São João situava-se onde hoje existe o bairro de Carapina em Serra, e interligava-se a Vila de Vitória pelos canais fluvio-marinhos que formam o manguezal no norte da Baía de Vitória. Ainda segundo o relato transcrito por Serafim Leite, a distância relativa entre a Vila de Vitoria e a Aldeia de Conceição, embora de forma imprecisa, após a epidemia não teria sofrido grande alteração, permanecendo próxima a aldeia de São João, possuindo seu acesso ainda pela via fluvial.

Dadas às distancias médias¹⁵ narradas, em prático consenso com outras fontes pesquisadas e com as demais características apresentadas, verifica-se que ambas as aldeias mantiveram-se próximas as suas respectivas referências iniciais de fixação e circulação, administrando, apesar das adversidades, suas proximidades relativas aos rios que margeavam. (MAPA 2)

Não há narrativas da existência de um rio com estas características nas proximidades da atual sede do Município de Serra, o que torna improvável a mudança de local para a Serra Sede nesta época conforme afirma o Historiador Clério Borges.

Nesta passagem, em que Fernão Cardim e Padre Gouveia visitam a aldeia de São João após a epidemia, são colocados à reflexão elementos espaciais que indicam mais aspectos a respeito da localização, expondo singularidades da vegetação;

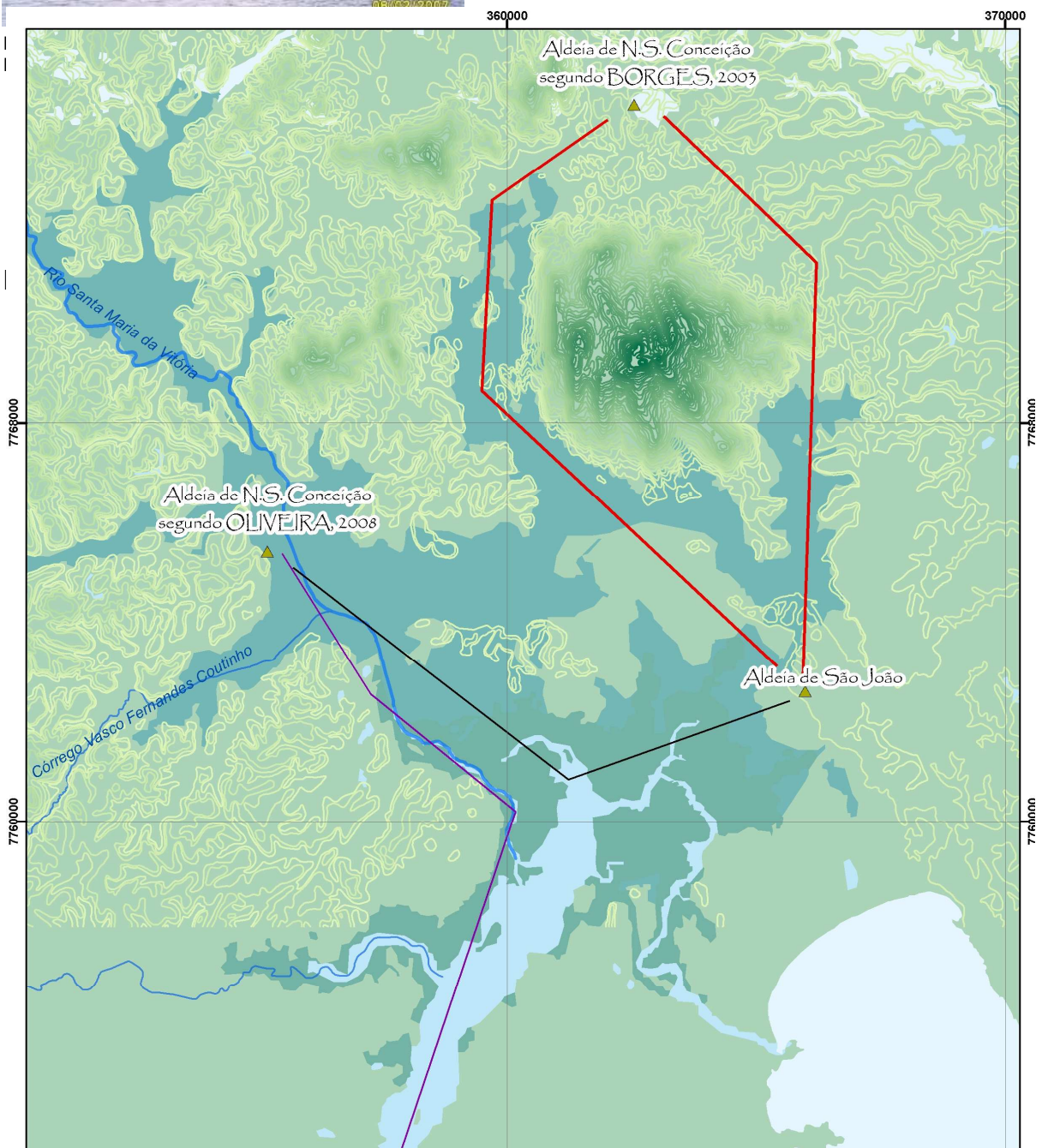
“A aldeia de São João estava a meia légua da Conceição. Foram por água, por um rio acima mui fresco e gracioso, de tantos bosques e arvoredos que não se via a terra e escassamente o céu”. (LEITE, HCJB 1935, p. 241)

¹⁵ Assumindo os reconhecidos exageros contidos nas descrições de algumas delas.

Os predicativos da sentença permitem notar algumas características do meio que os cercava. Ilustrando o que observou no percurso, o padre Fernão Cardim denota que raramente vê o céu ou mesmo as margens do rio por onde navegava, se referindo as galerias do manguezal do Lameirão, ecossistema onde o rio Santa Maria da Vitória deságua com seus labirintos que interligam vários canais a terra firme.



Imagem comum das galerias que se interligam entre a foz do Rio Santa Maria da Vitória e o Canal da Passagem. Ao Fundo o Monte Mestre Álvaro.



Mapa 2. Distâncias entre os Aldeamentos e Vila de Vitória século XVI
Elaboração: Antonio de Oliveira Junior

Nota-se que em todos os documentos consultados a denominação “Serra” não acompanha o nome da Aldeia de Conceição. A designação passará a ser usada após a efetiva formação do Povoamento no altiplano onde atualmente está situada.

O motivo que envolveu a mudança citada relaciona-se com o processo de reorganização interna da Companhia de Jesus ocorrido durante o último decênio do século XVI, no qual, novas aldeias foram formadas e outras antigas foram abandonadas.

Entre aquelas que foram abandonadas se inclui a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que teve sua sede mudada para a Aldeia de Reis Magos, deixando de existir como estrutura mantida pela Companhia de Jesus.

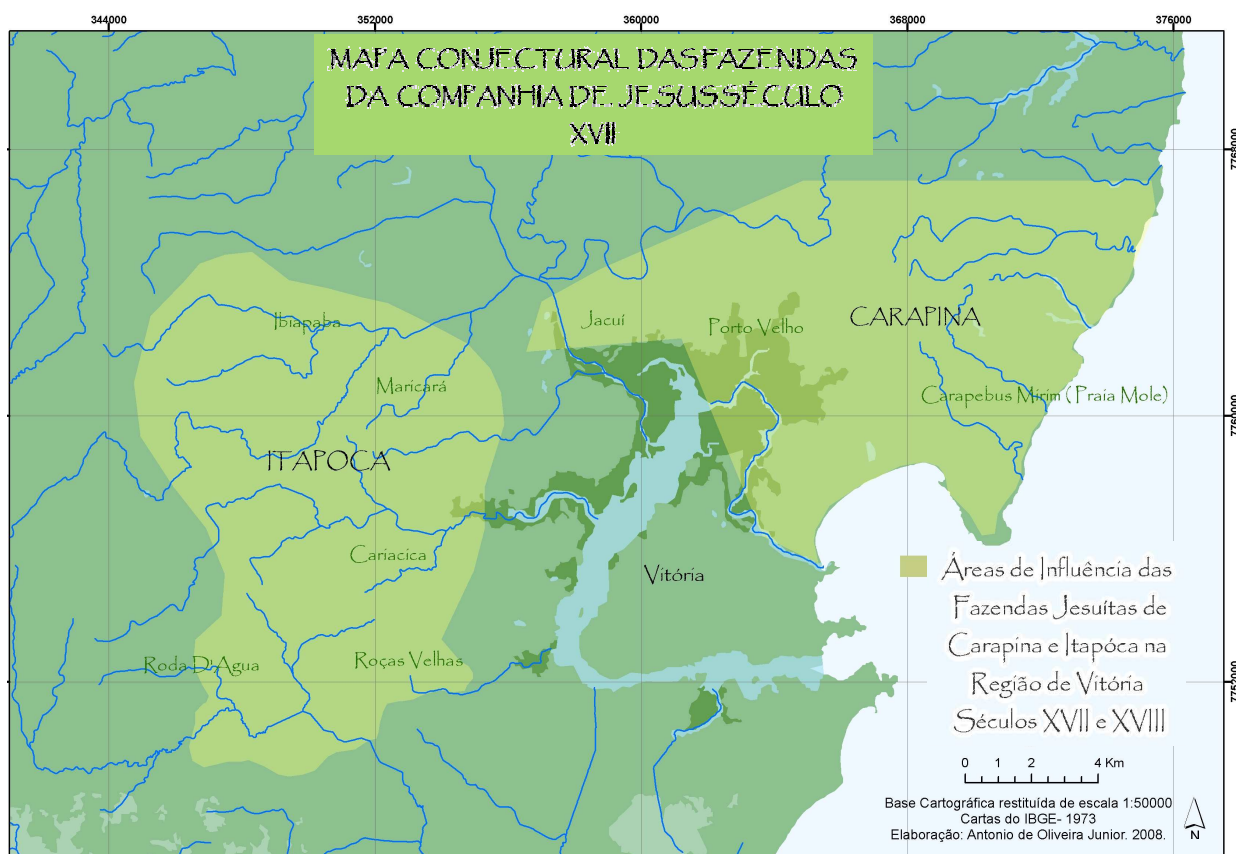
Analisando a dinâmica dos aldeamentos jesuítas do século XVI, Gabriel Soares de Souza, colabora com informações importantes a respeito desta reestruturação;

“Acreditamos, pois que a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, em 1619, refere-se só a Guarapari¹⁶, ao sul de Vitória, e não àquela de mesmo nome, que havia no norte e que deixou de existir...” (SOUZA, 1971, p.74).

Nem todos os índios residentes abandonaram a Aldeia acompanhando os Padres, pois se tratava, segundo afirma Serafim Leite (1938-50, p. 241) de um povoado com quase 2 mil pessoas, logo, muitos continuaram ocupando as terras as margens do rio Santa Maria da Vitória, livres, ou condicionados aos serviços nas fazendas que surgem na região.

O contínuo processo de ocupação levou para a região décadas depois, propriedades produtivas da Igreja e de portugueses, como as Fazendas de Carapina e Itapoca.

Criadas no século XVII, estas fazendas (MAPA 3) demonstravam que o domínio territorial dos Jesuítas na região ia além da redução nas aldeias. Embora não se tenha noção real de suas dimensões, sabe-se que, no caso de Itapóca, as localidades de Maricarará, Roda D'água, Ibiapaba e Roças Velhas eram redutos desta fazenda. Em Carapina, por ter sido doada por um Colono à Igreja, obtinha-se noção do limites, que apesar de precária, se expressava nos marcos contidos no relatório do Colégio Santiago (LEITE, 1935, p. 151).



Mapa 3, Fazendas Jesuítas Séculos XVII e XVIII
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

7.2 Entorno

Uma vez exposto como se deu, ainda no século XVI, o processo por meio do qual se fixaram as primeiras aldeias regidas pela Ordem Jesuíta em terras vizinhas a ilha de Vitória, serão evidenciados os possíveis desdobramentos do povoamento ao entorno desta aldeia.

Pontua-se, à medida que aumentava o número de índios na aldeia oriundos, especialmente do trabalho de descimento deste gentio vindo do “sertão”, maiores se tornavam os problemas relacionados ao controle do trabalho e catequese. Já se sabe também que, no decorrer desta evolução, diferentes pessoas se encarregaram de administrá-la fazendo surtir entre os índios, estranhamento e resistência, maiormente nos momentos em que as relações de trabalho invocavam doses de imposição e violência.

Não seria outra a verdadeira explicação para o fato de serem os capitães seculares, os principais responsáveis pela decadência de várias aldeias e freguesias, quando, em pleno período expedicionário¹⁷ despendido à conquista das minas, a Companhia de Jesus se obrigou a permitir o compartilhamento de suas funções administrativas com a coroa. Em uma de suas últimas cartas, Anchieta, por expressão máxima de sua preocupação com a cobiça dos portugueses de “servir-se dos índios a torto e a direito [...]”, acrescenta: “Mas como esta é guerra antiga, e no Brasil não se acabará senão com os mesmos índios¹⁸ [...]”.

É importante mencionar que o reconhecimento da liberdade civil concedido aos índios, atrelado muitas vezes aos dotes religiosos semeados como falsos símbolos de tolerância por parte dos colonos portugueses lhes conferiu, “certo distanciamento

¹⁷ Importante ressaltar, que em todo o momento houve a busca pelos metais, embora, como procuro colocar, tenha se intensificado a partir do século XVII.

¹⁸ ANCHIETA, Carta ao geral padre Cláudio Aquaviva, do Espírito Santo a sete de setembro de 1594, in Cartas, 291. apud José Teixeira de Oliveira, História do Estado do E.S p.116)

do estigma social ligado à escravidão” (HOLANDA, 1936, p.49), no entanto, fora talvez pela metamorfose de seu caráter tutelar¹⁹ que tenham se originado as conflituosas e recorrentes questões de poder levantadas pelos portugueses.

Uma das razões para os incessantes focos de conflito entre colonos e nativos, reside no fato de os lusitanos não admitirem atribuições que se assemelhassem com a própria condição social lusitana da qual descendiam.

Tal incontinência, comum entre os portugueses colonos, neste sentido pode ser explicada pela interessante similaridade entre a retratada “aversão a todo esforço disciplinado” apresentada no comportamento de índios e os “tradicionais padrões de vida das classes nobres portuguesas”. A ociosidade que enxergavam os portugueses no modo de vida e costumes dos nativos, nada mais era que uma representação de seus antigos privilégios.

Deste estranhamento, pequenos expurgos foram gerados e novos possíveis inimigos foram criados. Às futuras aldeias decorrentes destes litígios, contrapõem-se fatores que denunciavam uma tendência na província; onde se fixar em pleno período de partilha em que divisas constantemente surgiam²⁰?

Assim, substanciais remessas de índios do tronco tupi, como os tupinankis²¹, abriram longas temporadas de luta contra outros dos seus. (DAEMON, 1879).

Uma outra questão, não menos importante, ajuda no raciocínio. Atentando para a forma com que aparecem na historiografia capixaba, alguns vilarejos a partir do final do século XVII, alheios as referências documentais da Companhia de Jesus e da Coroa Portuguesa surgem com topônimos indígenas em diversos locais da Província.

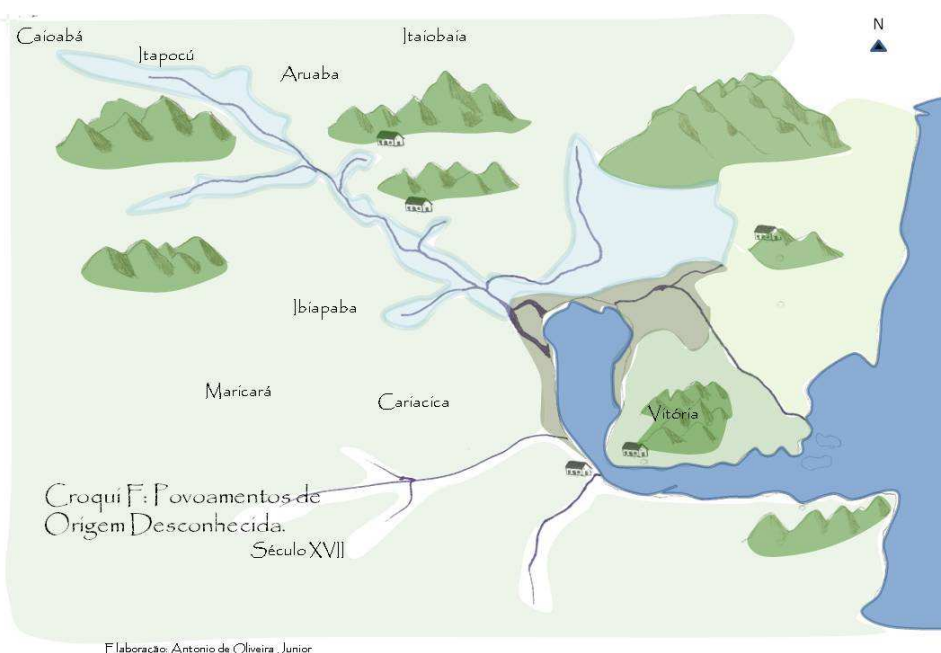
¹⁹ A concordância legal com o termo também empregado por (HOLANDA, 1936, p56) é explícita até o presente momento, quase um século adiante.

²⁰ Não se indica neste momento, a falta de terras, mas uma temerária, e transformante condição fundiária. Estes disputavam sua territorialidade, não mais, somente com os seus.

²¹ Ou tupiniquins, eram “descidos” do sertão e compunham os aldeamentos de Conceição, Reis Magos, misturados aos Temininó. Não são raros os períodos de guerra interna entre estes aqui retratados. LEITE, cap IV item 3, p239.

O “não controle”, ao menos em registro, por parte do Colégio Santiago, aponta para a possibilidade de muitas destas povoações terem surgido a partir das pioneiras aldeias fundadas ainda no século XVI.

Comparam-se a estas, localidades²² como Caioaba, Maricarã, Aruaba, Itaiobaia e outras inscritas (CROQUI D, FIGURA XX) à região que compreendem a porção do baixo curso do rio Santa Maria da Vitória.



Croqui F. Povoamentos com Origem Desconhecida
Elaboração: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Estes “lugarejos”, percebidos pela História no final do século XVII, têm origem no crescimento e ou dispersão de antigas aldeias, como no caso de Cariacica, Aldeia Goitacá que se transfere para o interior, como forma de resistência ao contato com o homem branco.

As próprias reestruturações da Companhia de Jesus, conforme citado anteriormente, por vezes, propiciaram migrações entre aqueles que acompanhavam os Padres nas fundações de novas Aldeias e aqueles que permaneciam nos aldeamentos

²² Denominação adotada para lugares onde quase sempre havia agrupamentos sem, contudo, serem minimamente caracterizados ou possuírem referências diretas quanto a ocupação. Citados nos registros históricos da coroa portuguesa, estas *localidades* associam-se ao que hoje se define como distritos ou comunidades.

desencadeando contra-fluxos aos re-ordenamentos territoriais pós-invasão portuguesa.

Cabe acrescentar que nestas terras circundantes ao Mestre Álvaro há registros de ataques indígenas ocorridos no fim do século XIX (PENA, 1898.); ocorrências que indicam a possível existência de outras aldeias desconhecidas na região.

HOLANDA, (1936), em *“Raízes do Brasil”*, ilustra a regra geral quanto à expedição de forais, através dos quais sempre se buscava por áreas ribeiras a largos rios, espelhando os costumes tupis de circulação e uso do espaço, deixando no sertão desconhecido outras tribos e culturas tapuias. “[...] os tapuias continuaram largamente ignorados durante todo o período colonial(...) . E é significativo que a colonização portuguesa não se tenha firmado ou prosperado muito fora das regiões antes povoadas pelos indígenas da língua geral”. (HOLANDA, 1936, p.105,106)

Na medida em que mais sesmarias são distribuídas, ganha força uma tímida estrutura açucareira, restrita as aldeias de São João, no planalto de Carapina e Conceição Imaculada, no rio Santa Maria. A partir de 1584, algumas poucas propriedades cercam estas aldeias, havendo com estas, relações de trabalho nas quais índios eram utilizados como escravos. Somando mais de 2 mil índios a aldeia de Conceição significava referência aos que chegavam à Capitania, colaborando para que outros colonos se instalassem em suas mediações.

Tem-se, portanto, entre os processos de ocupação desta região, a ocorrência paralela de duas formas de apropriação que se definem primeiramente por; aquela iniciada por colonos e jesuítas, e com a qual a história dialoga constantemente por meio de seus testemunhos temporais, dotados de significados e ideais; e aquela em que os processos sociais são marginais, limitados pelos contextos políticos e pelas relações sociais estabelecidas entre os detentores de poder.

É por esta última forma que surgirão, São José do Queimado e uma série de outros núcleos de ocupação. Marginais a ordem econômica e social, apenas se tornam parte do processo de ocupação histórico a partir de sua re-contextualização como fenômeno econômico e político da Comarca de Vitória.

Enfim, expostas as circunstâncias iniciais da organização social nesta porção do território, se faz conveniente aumentar a escala para que seja procedida a análise sobre as singularidades da formação de Queimado.

8 Queimado

Em princípio, fundamentando-se na busca pela redefinição do passado segundo o histórico das possibilidades que o presente permite concretizar LEFEBVRE, (1991), foram sobrepostos os limites do atual distrito de Queimado às áreas destes sítios previamente citados. Assim foram levantadas possíveis relações entre as formas naturais e construídas deste passado em diferentes épocas, que servissem para indicar aspectos da identidade destes territórios.

Córregos, feições do relevo, fazendas e casas situariam temporalmente os momentos históricos do desenvolvimento de São José do Queimado, ao passo que os processos econômicos enredariam o contexto por outras escalas menores e passíveis a outras comparações.

Mediante as dificuldades enfrentadas com a escassa fonte documental encontrada, buscou-se contextualizar o desenvolvimento das comunidades por meio dos efeitos político-administrativos decorrentes do século da mineração no Espírito Santo, que compreende praticamente todo o século XVIII²³.

As lavras de ouro, após descobertas, irão definir importantes transformações na administração de algumas capitâneas, sobretudo, para aquelas envolvidas diretamente no sistema de extração do metal. É o momento em que Portugal busca centralizar a administração colonial buscando obter o controle irrestrito e eficiente da extração nas Minas Gerais.

²³ Reconhece-se que as lavras e aluviões tenham sido exauridos já a partir do final do sexto decênio deste século, entretanto, a província capixaba mantém-se sob as ordens régias instituídas neste período por todo o século XVIII e início do séc XIX.

Para isso, investiu na construção de fortificações, no recrutamento de praças e proibiu por decreto real qualquer tentativa de exploração do território capixaba, buscando garantias de defesa e controle da província.

Se antes o tímido e precário deslocamento terrestre tornava esta província desinteressante à coroa, agora, passará a ser usado como profícuo obstáculo à circulação *marginal* de ouro, tão temida pela coroa.

“Por muitos anos os representantes de Portugal no Brasil estiveram convencidos de que qualquer ataque estrangeiro dirigido contra as minas gerais teria o espírito santo como base de desembarque [...] a proibição de se fazerem estradas que ligassem a Capitania à sua vizinha do oeste e a atenção dedicada às fortificações locais demonstram suficientemente a procedência daquela afirmação”. (TEIXEIRA DE OLIVEIRA, 1975, p173).

A concentração de esforços na implementação de estratégias militares trouxe consigo facilidades quanto à captação de investimentos, que, a partir do relativo afrouxamento fiscal sobre as demais práticas produtivas da Província, resultaram em recursos para aumentar a exploração produtiva da cana, além da diversificação da lavoura.

Tomando a Comarca de Vitória como exemplo, percebe-se que seus povoados passam a receber recursos provenientes diretamente da coroa, medidas que com o passar do tempo tornaram a conferir maior volume na produção de gêneros como; milho, mandioca e açúcar.

Há que se considerar a gradativa substituição da mão de obra indígena pela negra, reconhecidamente geradora de maior volume de produção, como outro benefício transformador deste contexto comercial.

O aumento freqüente do número de escravos²⁴ na província deve-se primeiro à larga militarização de cativos negros nos recrutamentos do período aurífero, e em segundo pela expulsão dos Jesuítas e conseqüente onda de fuga e conflitos entre nativos e portugueses.

²⁴ Segundo Maria Stella de Novaes, desde 1549, por Alvará de D.João III, era facultado aos senhores de engenho a introdução de escravos da Guiné e Ilha de São Vicente.

A produção açucareira nesta capitania chega a ser contraditório ao contexto das demais capitanias, pois, mesmo com a crise externa que a colônia atravessava pela concorrência com a produção holandesa nas antilhas, ocorre durante o ciclo da mineração, visível incremento no número de engenhos e mão de obra envolvida.

Nestas condições, à medida que aumenta a demanda produtiva das glebas, cresce consigo a importância da circulação fluvial responsável pelo escoamento desta produção. O fluxo de mercadorias transportadas por cabotagem até Bahia e Rio de Janeiro já era assunto entre os funcionários e comerciantes, como demonstra este depoimento feito em 1767.

“A capitania tinha oito mil almas [...] **exportava mantimentos, madeira, panos de algodão e açúcar para Bahia, Rio de Janeiro e portos do sul [...]. O transporte se fazia em embarcações pertencentes aos próprios comerciantes de Vitória**, ‘que neste continente disfrutam o commercio mais regular’. (ALMEIDA, apud TEIXEIRA DE OLIVEIRA, 1975, p206, grifo nosso)

Contexto deveras elucidativo levando-se em consideração o destaque que alguns arraiais passaram a obter nos registros comerciais de Vitória, principalmente sob a luz da relevância fluvial que o rio Santa Maria passa a obter neste contexto.

Sobressaem neste momento as denominações locais relacionadas às vilas que se tornaram importantes para a manutenção da circulação e florescimento de vários portos fluviais.

Como relata a disposição do regimento de infantaria militar sob a responsabilidade do capitão Bernadino F. Gouvêa em 1787;

“[...] pertenciam à vila da vitória os seguintes distritos: Maruípe, Capoeira Grande, Lucú, Campo Grande, Murundu, San't Ana, Carapina, Serra, Praia, Caraípe, Boapaba, Curipe, Una, Taiobaia, Itaonga, Jacariacica, Cangaíba, e Maricarã [...]” (ALMEIDA, apud, TEIXEIRA DE OLIVEIRA, 1975, p232).

Excetuando Serra, a grande maioria dos distritos localiza-se bem próxima às planícies dos rios que deságuam na baía de vitória ou situam-se na própria baía,

expressando com esta uma relação condicional para que circulassem as pessoas e produtos nesta região.

Assim era a comarca de Vitória em meados do século XVIII, expressamente condicionada à circulação fluvio-marinha. Dos povoamentos às margens de seu entorno os gêneros eram escoados, e por consequência desta circulação alguns destes povoados prosperaram.

Desta maneira depósitos e áreas destinadas à triagem de alimentos tornaram-se pouco a pouco mais utilizados, demandando serviços de transporte a paragens como *Una Grande, Porto do Engenho, Porto das Pedras*, além de conformar nos últimos decênios do século XVIII fecundas alterações econômicas na região²⁵.

Mudanças que se tornam visíveis quando parte do cultivo de cana de açúcar passa a ser alienado diretamente com a Comarca de Vitória, gerando uma factível possibilidade de investimento em mão de obra escrava como forma de incrementar os engenhos das fazendas ribeiras ao rio Santa Maria.

A partir de então o tempo denotará os portos a prosperar e quais fenecerão. Esse mesmo tempo permitirá que se entendam tais distinções de acordo com o posicionamento absoluto e relativo destes ancoradouros segundo suas áreas de influência.

Das mais proeminentes famílias, detentoras de algum prestígio político-econômico, até os típicos núcleos familiares com suas quintas de subsistência com raro excedente produtivo, qualquer forma de organização comercial pensada para incrementar as opções mercantis, espontaneamente tinha o transporte fluvial como principal meio de circulação.

A larga utilização de embarcações faz com que ganhem expressão gradativamente neste contexto os canoeiros, atravessadores incumbidos da circulação humana e de

²⁵ Não se tem informação a respeito da data em que surgiram, mas sabemos que estes portos provavelmente tenham surgido muito antes da criação dos distritos, conforme a própria ocupação realizada demonstra.

espécies, que interligavam as demandas da comarca de Vitória com as ofertas das pequenas propriedades que compunham seu entorno.

Este será o contexto do nascimento de Queimado, terreno de várzea, envoltos a ladeiras suaves entrecortadas por pequenos cursos d 'água, formados pelos mais antigos sítios de ocupação dentro do período colonial e um dos mais buscados trajetos de entrada ao sertão.

8.1 Região e lugar

Buscando respeitar a evolução do uso neste território, será feita uma distinção entre a “região” do Queimado e o Arraial de São José do Queimado.

A “Região” ficou conhecida pela freqüente fumaça decorrente da prática de atear fogo nos canaviais, largamente usada já em fins do século XVII.

Conforme indicado, o breve surto produtivo, em pleno ciclo aurífero, será responsável pela dinamização, ainda que precária, dos engenhos na região que abrange desde a porção norte da planície do rio Bubu, até parte do médio curso, margem direita do rio Santa Maria da Vitória e tributários.

Portanto, quando for citada a “Região de Queimado”, a referência corresponderá às diversas localidades que compunham a região.

O Arraial por sua vez, será formado posteriormente, logo que se inicia o século XIX, como conseqüência do incremento populacional e da movimentação que os portos da Região expressavam naquele momento, concentrando tropeiros que o utilizavam como entreposto comercial.

Cabe ressaltar que a “formação” do Arraial mencionada se refere unicamente ao surgimento da “denominação” administrativa utilizada nos registros históricos, posto que, sua visibilidade, enquanto povoado, fora constituída junto às demais habitações

e localidades da Região conhecida como Queimado. Em suma, o Arraial representaria o povoado que mais cresceu economicamente dentro da região (MAPA 4).

De acordo com as informações levantadas, a “região” de Queimado teria

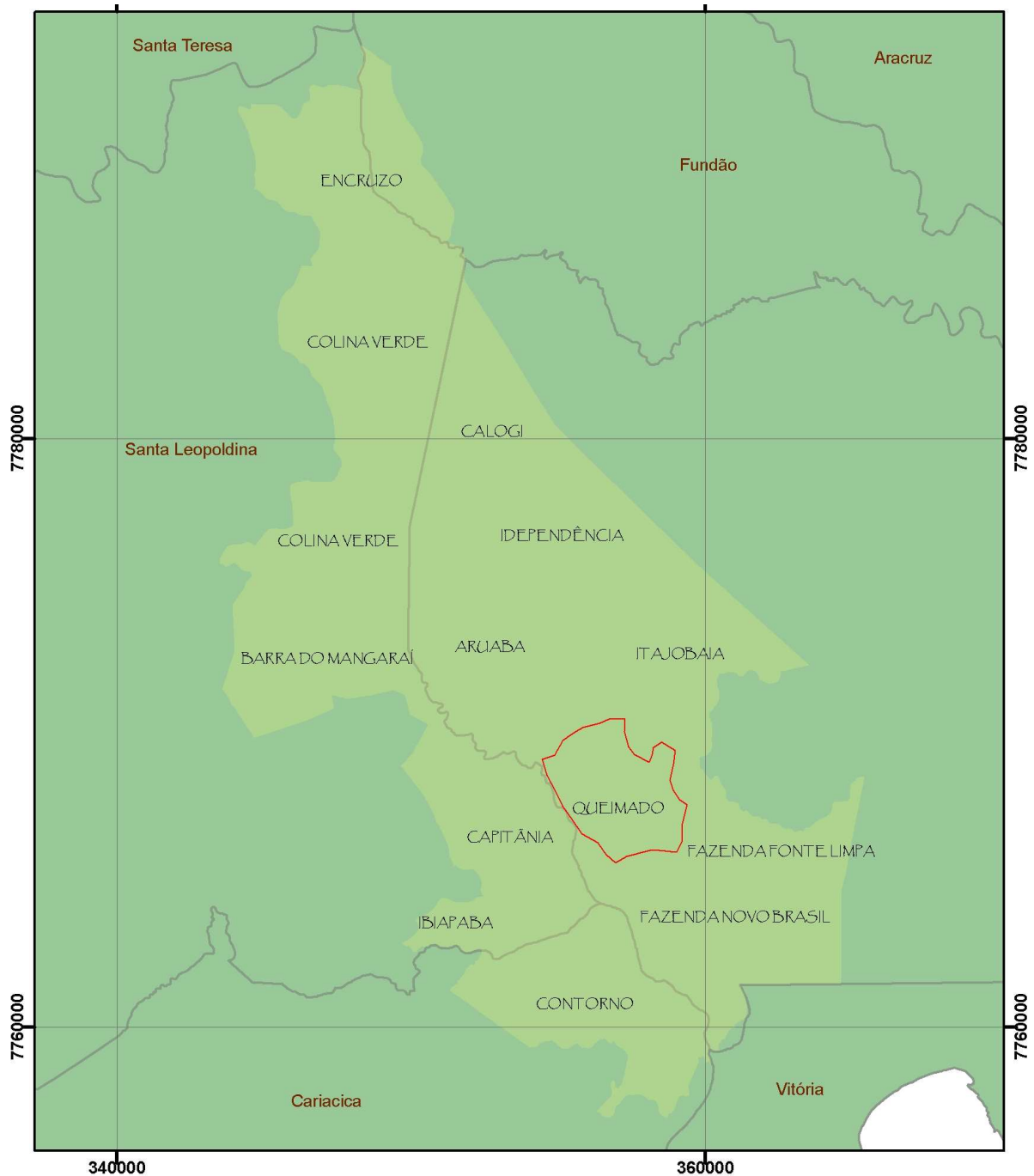
abrangência maior que aquela representada pelo atual distrito, compreendendo

desde as fazendas Tauá e Boapaba no sul, margeando a Serra de Samambaia pelo

oeste e seguindo desta passando por Itapocú²⁶ e Caioabá, até a Localidade de

²⁶ A partir do decreto 15.177 passou a ser denominado como Calogi.

Encruzo ponto mais ao norte. Sua extensão a leste contornava boa parte do atual Distrito de Calogí, margeando no sentido norte sul, toda a Planície a oeste do Monte



MAPA CONJECTURAL DO
TERRITÓRIO DE QUEIMADO
Século XIX

- REGIÃO
- ARRAIAL

Base Cartográfica restituída de escala 1:50000

Cartas do IBGE- 1973

Elaboração: Antonio de Oliveira Junior. 2008.



0 1 2 4 Km

Mestre Álvaro até o rio Itanguí.

Mapa 4. Limites Regionais de Queimado Século XIX

Os limites do Arraial de Queimado circundariam duas de suas principais referências sociais, o Porto de Queimado e a Capela em devoção a São José, posteriormente substituída pela Igreja.

8.2 formação e desenvolvimento

Significativas alterações ocorrem no século XIX, iniciando com a transferência da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e inevitável reformulação da estrutura administrativa da colônia, da qual a família real precisaria para inverter o inflacionário quadro econômico decorrente das imposições mercantis inglesas.

No Espírito Santo a rareada ocupação, restrita a faixa litorânea, refletia a momentânea fragilidade estrutural do império português naquele momento, conjuntura que obriga a administração lusitana a incentivar o povoamento do interior. Um novo regulamento para doação de sesmarias é implementado buscando melhores resultados para a lavoura capixaba. Dá-se continuidade ao movimento migratório, agora como política prioritária de ocupação, inaugurada com a colônia de Viana em 1813.

Paralelamente, em Queimado a organização produtiva das fazendas é alterada pelo retorno dos militares destacados para guarnecer a extração de ouro nas Minas gerais.

Muitos destes soldados, negros alforriados pelos serviços prestados ao império, não tendo condições de sustentar-se em liberdade, retornaram as antigas fazendas de que faziam parte, submetendo-se novamente ao trabalho forçado (ALMADA, 1981, p.250).

Outros, mesmo sem condições mínimas de sobrevivência tornaram a oferecer seus serviços a outros senhores, casas de comércio da vila de Vitória ou em outras propriedades da região. Relata-se também a ocorrência, não raro, de aglomerações

em que escravos fugidos e negros libertos se organizavam em reclusos e independentes mocambos²⁷.

Um dos efeitos desse processo - evidenciado inicialmente pelo incremento populacional e depois pela influência que este relativo aumento no número de africanos ocasiona - reflete-se na própria dinâmica econômica de Queimado com o crescimento do número de tropeiros e canoeiros.

8.2.1 Agricultura

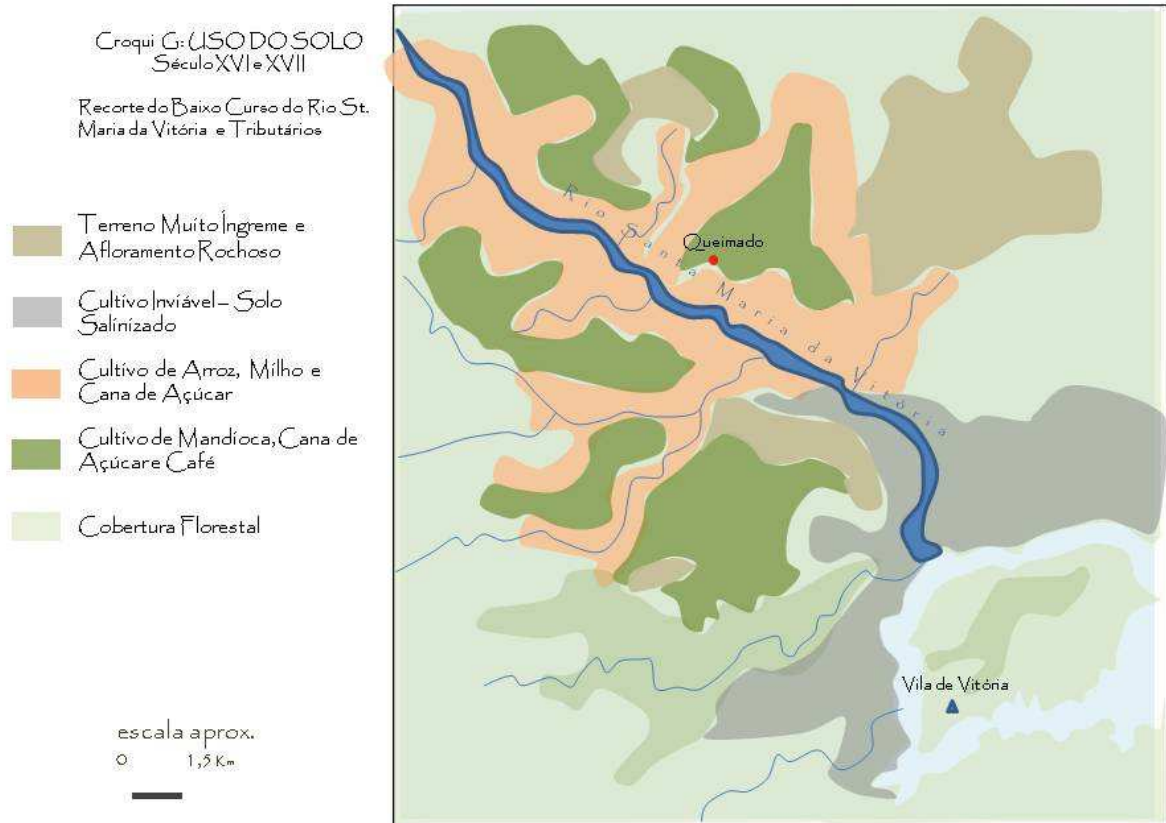
Nos distintos momentos históricos do desenvolvimento agrícola de Queimado, sobretudo até o século XIX, pode-se indicar a cana de açúcar como o principal cultivo de média e larga escala. Munidas de engenhos e trapiches, as fazendas ribeiras ao rio Santa Maria da Vitória prosperaram, influenciando toda a dinâmica da região.

Embora o açúcar ainda fosse, em 1820, base da manutenção de vilas e povoados nesta Província, em Queimado a cultura do arroz sempre fora forte, juntamente com a mandioca, feijão e milho.

O café já era cultivado nesta época, mas em menor escala quando comparado a estes gêneros conforme (BITTENCOURT, 2006).

A cana de açúcar, unida às culturas do arroz e da mandioca, representavam as culturas com maior número de excedentes produzidos em Queimado. Suas respectivas áreas de cultivo seguiam o mesmo ordenamento de uso dos tempos passados (CROQUI G), ou seja, se mantinham as práticas de cultivo segundo o relevo, condições de umidade, escala do terreno.

²⁷ Caracterizados por “pequenos ajuntamentos de casas primitivas, cobertas de fôlhas de palmeira” (CARNEIRO, 1988, p.57). A palavra mocambo aparece nas cartas remetidas ao governo régio no Brasil com pedidos de ajuda para entradas aos mocambos nos sertões das capitanias da Bahia e Espírito Santo. Definiremos como comunidades de escravos fugidos ou libertos que viviam no sertão da capitania do Espírito Santo.



Croqui G. Esboço de Uso do Solo da Região de Queimado
Elaboração : Antonio de Oliveira Junior

Traçando um esboço do uso deste solo, tinha-se:

O cultivo da cana preferencialmente praticado nos topos de morro mais planos e algumas baixadas não alagáveis, concorrendo com poucas áreas de cultivo de milho. Este por sua vez, cultivado em menor escala, era comumente plantado em áreas recém desmatadas e próximas a córregos e riachos.

A mandioca era plantada preferencialmente em “*matos virgens*”, e em pequenas proporções quando em lugares muito ermos²⁸.

²⁸ Evitava-se o cultivo em alguns lugares, com alguns casos de proibição pela coroa portuguesa, OLIVEIRA, 1975(51) pois este servia como sinal para os temidos índios botocudos da presença de habitações portuguesas, possibilitando ataques.

O cultivo do arroz sempre fora dos principais, uma vez que os terrenos sul, sudoeste e leste inscritos ao limite de Queimado, eram constituídos por terras sazonalmente alagáveis. Embora pouco valorizado no comércio da época, este cultivo sempre obteve elevado volume produtivo com relativo destaque no contexto provincial.

Sobre a cobertura florestal, não foram encontrados relevantes e específicas informações. Cabe colocar, que onde os primeiros sítios foram ocupados, existia uma densa mata que gradativamente fora cedendo lugar a pratica da agricultura, tornando-se confinada às galerias e alguns topos de morro de maior declive.

A terra era abundante comparada ao contingente de pessoas a utilizar seus recursos, por isso talvez não compensasse o trabalho empreendido, estender o arado até lugares de dificultado acesso.

Nos raros registros que datam do fim do século XIX, pode-se notar alguns aspectos da vegetação no entorno das habitações.



Foto 2. Vista da Alameda Principal da Freguesia de Queimado. Ladeira de acesso à Vila de São Sebastião
Fonte: LOPES, 2003.

Apesar de panorâmicas e com relativa restrição ao ângulo que foram obtidas, estas fotografias, dada à época, permitem uma breve noção das transformações deste meio, sobretudo quando com outros registros mais recentes.

8.2.2 Espaço construído e formação econômica

Dentro das possibilidades de se contextualizar o espaço trabalhado pelo conjunto de pessoas que viveram em Queimado, definiremos algumas das características do “*Tempo Social*”, BRAUDEL (1978) deste lugar, associando os valores de uso e de troca com as economias praticadas neste território.

A fundamentação destes “valores” toma como apoio a divisão histórica da economia proposta por Fernand Braudel, na qual o valor de uso - primeiro dos três “andares” econômicos de influência do capitalismo - calcaria a “vida material”, e o subsequente *valor de troca* definiria as condições para a transição até uma “economia de mercado”, que marca outro momento histórico de Queimado.

Ainda que admitamos a interferência de outros circuitos econômicos atuantes paralelamente neste território, buscaremos restringir a análise a estes dois níveis econômicos, pela influência com que determinaram à organização social neste momento da história capixaba.

O primeiro, considerado como base, se refere às atividades esporádicas de um comércio auto-suficiente, que seria comum em Queimado e adjacências no século XVIII. Esta economia, basicamente montada na troca de serviços e de caráter informal, possui um curto raio de abrangência, comparada a “Economia de Mercado”, parte subsequente da tripartição econômica pensada por Braudel.

Esta esfera econômica por sua vez, mais abrangente, especializada e comum já na primeira metade do século XIX, apresenta um cotidiano vivido por relações de

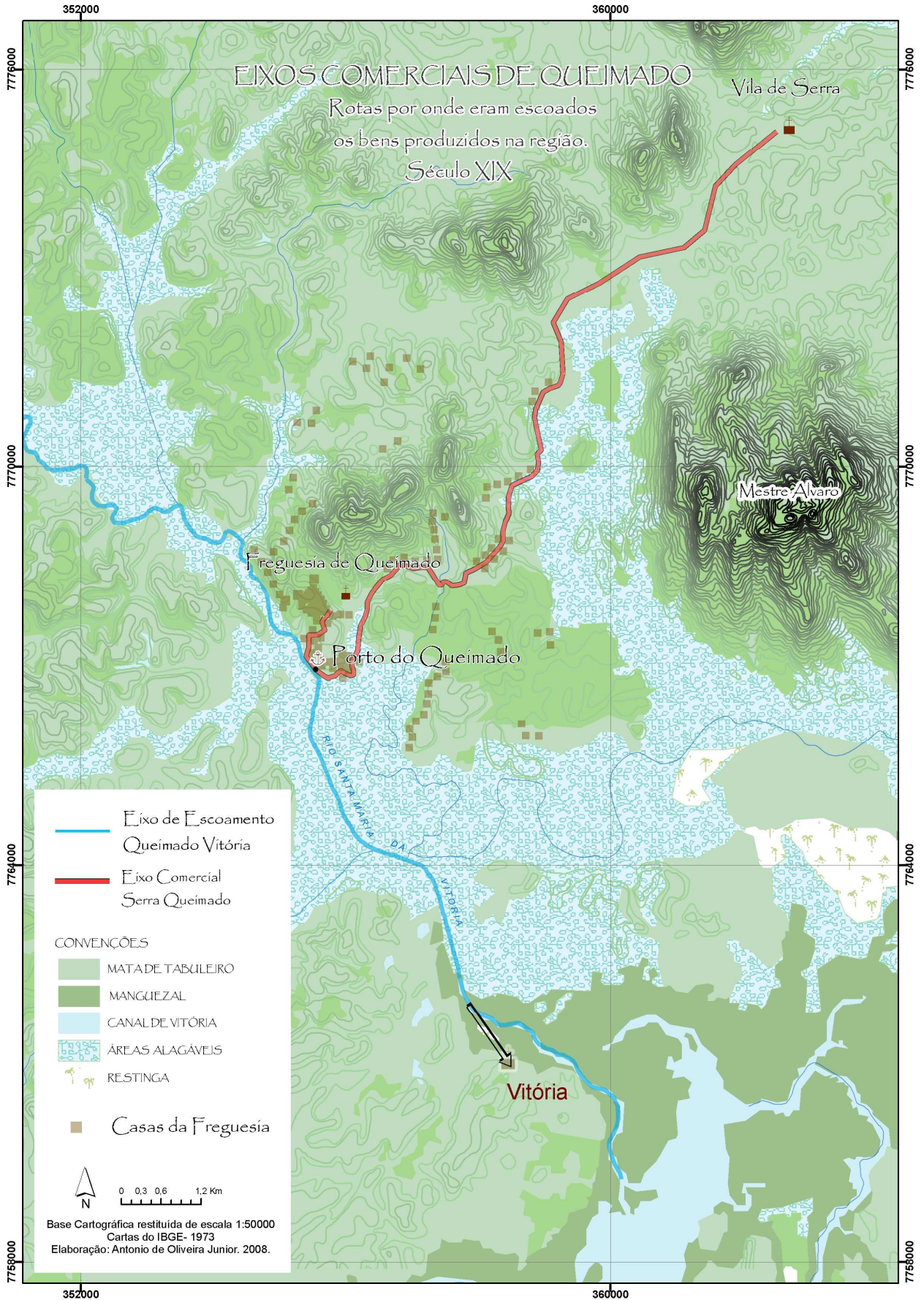
produção voltadas não apenas para a sobrevivência, mas para o mercado, neste caso, o de Vitória.

Sua identidade territorial gradualmente se transforma à medida que aumenta o excedente produzido como “valor de troca”, fazendo com que se desenvolva dentro de suas divisas um comércio próprio, atraente para a iniciativa de ambulantes e comerciantes de vivendas e casas de secos e molhados.

Importante indicativo desta transformação sócio-econômica verifica-se no início do século XIX com a consolidação de sua primeira denominação toponímica, fato que territorializa Queimado como Arraial, embora não fosse oficial, já demonstrava uma precária organização administrativa nucleada naquilo que futuramente evoluirá para Freguesia. Significa basicamente uma distinção mais clara entre a pretérita e genérica Região de Queimado, e a futura Vila de Queimado.

Os reflexos mais importantes desta diferenciação sócio-econômica em Queimado refletirão na forma com que o espaço passa a se organizar, concentrada no Arraial, e sob a conformação de dois eixos de atração de mão de obra e circulação de bens: o rio Santa Maria da Vitória, mais antigo e principal em escala e volume de valores em circulação, e o caminho de cascata (MAPA 5)

Ambos os eixos surgiram das demandas espontâneas de circulação dentro deste território de uso, e próximas a eles se concentrará a lógica social deste Território. Portanto, a partir deles se buscará entender a evolução econômica dentro do “*tempo social*” de Queimado até o princípio do século XX.



Mapa 05. Eixos Comerciais
Fonte: Antonio de Oliveira Junior, 2008

8.2.3 Auge

Será percorrido a respeito da utilidade da ligação terrestre entre Serra e Queimado, seus desdobramentos e relações com a frágil condição de entreposto comercial.

Desde a sua formação, caracterizada por aldeamentos e doações de sesmarias, Queimado passou por transformações fundiárias. No longo período de sua ocupação primária, iniciada no século XVI, havia o predomínio de pequenas propriedades, de colonos estrangeiros, quase sempre vizinhas às fazendas da Companhia de Jesus.

Sem limites definidos, a preocupação destes aquinhoados dividia-se entre explorar a terra obtendo dela o próprio sustento enquanto oportunidades concretas não surgiam. Com a descoberta de ouro, as Minas tornam-se centro atrativo à população, fato que provoca o abandono de sítios e conseqüente concentração de terras nas mãos da Igreja e Capitães-Mores.

Há um predomínio neste período, que atravessa quase todo o século XVIII, de médias propriedades, quase sempre estruturadas com engenhos, e munidas de portos para escoar seus excedentes até Vitória.

Após a expulsão dos Jesuítas (1760) e declínio do ciclo aurífero, outra condição fundiária se estabelece na região.

A coroa portuguesa vê-se forçada a efetivar a ocupação do interior em decorrência do paulatino movimento de retorno condicionado pela falência das lavras de ouro, para isso, promove uma precária redistribuição das terras de “indivisos” buscando incentivar a re-ocupação de sítios abandonados.

As áreas mais afastadas do rio Santa Maria, preteridas à ocupação pelos recorrentes conflitos envolvendo índios, bem como as imensas propriedades deixadas pela Companhia de Jesus constituiriam os focos desta nova frente de ocupação (BITTENCOURT, 2006).

Parte destas áreas é re-apropriada por colonos portugueses, contudo, o estabelecimento destes migrantes se dá de forma dispersa entre as fazendas, em áreas com dificultado acesso aos bons terrenos.

Com parcelas menores de terra e com poucas condições de produzir, muitos colonos passaram a buscar outras formas de sobrevivência, prestando serviços como autônomos na Vila de Vitória ou nos povoados vizinhos mais movimentados da região.

No Arraial de Queimado, esses pequenos proprietários, como autônomos, instalaram-se nas imediações nas paradas de Una e do próprio Arraial, oferecendo serviços como tropeiros, caixeiros ou estruturaram-se próximos ao trajeto dos muelles (MAPA 06), entre a Freguesia de Serra e Queimado, originando “pontos de parada” para troca e comercialização de pescados, aguardente e demais produtos para o consumo.

Atrelada a estruturação da pequena propriedade em Queimado, sobretudo no Arraial, grandes somas de escravos são vertidas para Comarca de Vitória. Em 1789 Vitória consolida-se como maior centro escravista da Província com 4898 escravos. A título de comparação, essa proporção excede o dobro do número de pessoas livres, que totalizava 2.327, (OLIVEIRA, 1975, p.239).

Este será um importante momento para a prestação de serviços na região, pois, esta força de trabalho será absorvida no campo, com o incremento dos engenhos de cana nas maiores fazendas no período. Como resultado há um relevante aumento na produção de cana de açúcar²⁹ na região de Vitória e conseqüente aumento do movimento comercial nos portos e trilhas mencionados anteriormente.

Embora fossem pontuais e restritas, estas práticas de permuta marcaram o desenvolvimento destes pequenos produtores de forma relativamente independente da vila de Vitória, fortalecendo o Arraial de Queimado no final do século XVIII.

²⁹ Este aumento se sustenta apenas até o primeiro decênio do século XIX, quando outro período econômico se inicia na Região, como será tratado a seguir.

Destes locais, inicialmente postos transitórios de comércio alimentados pelo traçado utilizado por tropeiros e canoeiros, consolida-se a ligação entre Serra e Queimado.

O uso deste caminho (MAPA 05) como eixo de ligação sócio econômica entre as duas povoações evidencia um outro Queimado, composto tanto pelas tradicionais fazendas sitiadas nas antigas e privilegiadas posses ribeiras ao rio Santa Maria, quanto por um comércio próprio, com pequenas lojas e vendedores ambulantes.

Reservadas às proporções, em 1820 foram contadas na Comarca de Vitória 35 lojas de *fazendas secas*, e 45 de *molhados e tavernas* (Tabela 1). Uma soma que conta com os pontos comerciais entre Queimado e Serra. Se comparado com as demais vilas, percebe-se que a Comarca de Vitória concentrava quase a metade de todos os estabelecimentos de gêneros perecíveis.

1824	Lojas de Fazendas Secas	Molhados e Tavernas
Vitória	35	45
S. Mateus	8	14
Guarapari	4	5
Benevente	3	3
C. Itapemirim	2	3

Tabela 1. Casas de Comércio de Vitória no ano de 1824
Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo 1824.

Deve-se ressaltar que esta incipiente dinâmica comercial, em Queimado, é formada por meio de uma estreita relação de interdependência entre o rio Santa Maria da Vitória, conhecido e largamente utilizado comercialmente e a estrada Queimado-Serra, acesso da Freguesia de Serra a Vitória.

Mesmo aparentando relativa fragilidade econômica, pela dependência que possuía em relação ao desgastado sistema agrário exportador, este comércio revela outra dinâmica de vida em Queimado, marcada pela constância nas relações de troca, e dentro da qual se concentrarão as menores parcelas de terra da região.

Pode-se dizer, a rigor, que este comércio interno em Queimado, aquele praticado nas paragens por onde tropeiros passavam, era praticado, maiormente como alternativa à falta de condições de se empreender no campo, do que como forma

reprodução de capital, tendo em vista a curta abrangência econômica que obtinham, destinando-se quase sempre ao abastecimento dos próprios senhores de fazendas da região.

Comércio que se distinguia daquele praticado nos portos a beira rio, situados em Queimado, onde, além do escoamento dos excedentes, se comercializava manufaturas advindas de Vitória ou outros centros.

Assim, surgem padarias, vivendas e casas de mantimentos neste espaço, entrecortando trilhas e caminhos de uso cada vez mais freqüentes de acordo com o crescimento da população, durante toda a primeira metade do século XIX.

No âmbito político o desenvolvimento comercial dentro do Arraial de Queimado propicia o aumento na integração religiosa e social com Serra. Não à toa o Arraial será elevado a Freguesia em 1846, pela resolução nº 92.

Marca-se assim o período considerado como auge de seu desenvolvimento econômico e Político.

A identificação política “Freguesia” acrescenta ao território de Queimado a esfera administrativa eclesiástica, passando a pertencer ao circuito de Igrejas, vinculada a Arquidiocese de Vitória e a Paróquia de Serra. Isto simbolizou aos moradores da Região um momento de “prosperidade dada à importância política que a Igreja obtinha, funcionando como captador de recursos junto à administração provinciana.

Outras conseqüências derivam desta transformação política ocorrida em Queimado, implicações de suma importância para o seu desenvolvimento político e econômico.

Conforme descrito no Item 6 deste trabalho, a Freguesia significava aumentar o poder da influência religiosa sobre as cercanias que não possuíam Paróquia própria. Assim, mediante a construção da Igreja de Queimado³⁰, a Freguesia se tornaria referência regional, atrelando a este território novas relações de uso, diretamente

³⁰ Iniciada um ano antes (1845) da Elevação do Arraial de Queimado à Freguesia pelo Frei Gregório Maria de Bene.

ligadas a Paróquia. Em suma, será a Igreja contribuirá substancialmente para a oficialização do território da Freguesia neste momento.

Talvez por isso a representação espacial da Freguesia tenha admitido limites tão claros a partir desta época, a exemplo do recenseamento realizado em 1878.

Sendo a paróquia um órgão, acima de tudo, administrativo, considerava todos os moradores de comunidades vizinhas que possuíssem qualquer relação com a Freguesia como integrantes desta, fomentando assim um sentimento de pertencimento com o lugar.

É o que demonstra o Dicionário Histórico Geográfico e Estatístico da Província editado na década de 70 do Século XIX, no qual constam 3.375 moradores na Freguesia, distribuídos em 400 casas.

Para delinear a importância da Freguesia na época, será ilustrado o recorte de uma Planta da Província datada de 1878 (MAPA 6), mesmo ano em que Cesar Marques conclui o Dicionário supracitado.

Este documento refere-se à única fonte cartográfica encontrada durante a pesquisa, e apesar de não conter limites, permite uma razoável noção do que representava a Freguesia de Queimado nesta época.

Tentando representar um esboço do limite que a Freguesia de Queimado assumia foi sobreposta à figura uma hachura com tonalidade verde.



Mapa 6. Planta da Província do Espírito Santo 1878
Fonte: Inspetoria Geral das Terras e Colonização, 1878

Em 1847, é inaugurada a primeira escola pública em Queimado³¹ simbolizando no período sua importância como reduto de investimentos estruturais da Província e conseqüente integração com a Comarca de vitória, já que, tais estruturas eram geralmente edificadas quando atendendo reivindicações das famílias influentes economicamente ou politicamente ligadas ao poder público³².

Como mostra do poder político destas famílias, as diretrizes da política de imigração em andamento na Província, preconizavam justamente a implementação de escolas públicas de instrução primária e secundária.

³¹ Por meio de ato oficial de 12 de abril de 1847 e cuja inauguração foi a 24 de abril do mesmo ano. BORGES, (2003)

³² Esclarecendo que o Brasil já se encontrava sob as regras do regime constitucional desde 19 de abril de 1824 com a outorga da Carta Magna jurada por Dom Pedro I.

8.4 Insurreição

Enquanto a pequena propriedade se desenvolvia neste território, dotando de autonomia aqueles que participavam das pontuais iniciativas comerciais concentradas nos Portos e na estrada da nascente Freguesia de Queimado, eventos paralelos, porém em sentidos opostos concorriam para desagregar as maiores propriedades da Região, prenunciando a crise do sistema escravista na Província.

A partir de 1830, paralela e consoante à política estadual de incentivo a imigração, proibiu-se o tráfico de escravos, fato que termina por acentuar a comercialização de cativos na província capixaba, redistribuindo a oferta segundo a demanda da fronteira cafeeira sul capixaba.

Vitória, segundo afirma MERLO (2002), não recebeu significativas remessas de escravos que justificassem a demanda interna. Analisando as relações parentais dos negros presentes em Vitória nesse período, percebe-se que, o tímido incremento de escravos se deu em grande parte pelo próprio crescimento das escravarias da região.

Mesmo pequeno, o comércio de cativos enviados a capital e adjacências, advinha de fluxos muitas vezes internos a Província do Espírito Santo ou mesmo entre as pequenas e medias propriedades da região, uma vez que se tratava de escravos especializados ou dedicados à prestação de serviços urbanos (MERLO, 2002).

Conforme citado, neste mesmo período são incentivados e formados os núcleos de povoamento europeu³³, serie de eventos que movimenta as próprias novas colônias, bem como a dinâmica econômica dos povoados vizinhos.

A concentração de recursos aplicados para a estruturação das novas colônias motivou a prestação de serviços tornando flutuantes as mãos-de-obra livre e cativas de Vitória, Queimado e outras cercanias da Comarca, estabilizando, ou, em alguns casos, tornando o registro do numero de cativos com crescimento negativo.

³³ Tem início com a vinda dos açorianos onde foi fundada a colônia de Viana em fevereiro de 1813.

Os três últimos recenseamentos, de 1789, 1824 e 1827 (TABELA 2) expressam a citada estagnação tanto na população branca de Vitória, como em sua parcela de escravos.

VITORIA	1789	1824	1827
Líves	2327	8012	8380
Cativos	4898	5026	4324
Total	7225	13038	12704
Incremento	-	124	-334

Tabela 02. População de Vitória nos censos provinciais de 1789, 1824 e 27.
Fonte: Extraído do livro; *Historia do Estado do Espírito Santo*. 1975, p.307

Incluem-se a essa relativa dispersão no número de escravos, mais dois fatores; o aumento no número de alforrias concedidas para os negros recrutados no final do século XVIII e início do XIX; e a saída de negros e pardos cativos da Província para Bahia e Rio de Janeiro para serviços de boleiros (cocheiros), caixeiros e outras ocupações (OLIVEIRA, 1975, p.315).

O primeiro fator, com o objetivo de guarnecer as demandas de serviços da Bahia, fez com que aumentasse a mão de obra livre diminuindo consigo a tarefa cativa, e o segundo é consequência do aumento na demanda de escravos nos maiores centros³⁴.

No entanto, para além do que demonstram as contagens, outros registros da época relatam um crescente número de negros³⁵, escravos e livres, próximos às fazendas e povoações de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus, reunidos em Quilombos. Estes registros, encontrados nos relatos de políticos e fazendeiros da Província, demonstram um efetivo e recado aumento na concentração e quantidade de negros organizando-se em ajuntamentos em locais próximos às fazendas e engenhos. .

³⁴ A pressão inglesa contra o tráfico de escravos, neste momento, fez com que aumentasse o comércio de escravos nos grandes centros. No Espírito Santo os centros que receberam escravos neste período foram Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus (BITTENCOURT, 2006)

³⁵ Que em sua maioria eram oriundos de fugas, salvo alguns raros casos de negros libertos depois de prestarem serviços militares.

Em relatório apresentado na abertura da Assembléia Provincial, o Presidente Antonio Joaquim de Siqueira se exprimia; “...quilombos que formigam na Província e tanto concorrem para o definhamento da agricultura e desmoralização da escravatura”³⁶.

Relatos semelhantes ocorriam entre os produtores da região de Queimado. Quase sempre direcionados ao presidente da Província, sugerindo que fossem tomadas providências a respeito. Alguns destes questionamentos mencionavam inclusive a localização destes ajuntamentos pela região de Vitória (OLIVEIRA, 1975, p.307)

Portanto, é provável que existisse uma cifra bem maior de negros em toda a Comarca de Vitória como mão de obra disponível, expressando talvez um dos momentos de maior força de trabalho envolvida nestas terras, força de trabalho que constará nos autos dos regimentos militares como cativos fugidos, juntando-se aos crescentes e numerosos redutos³⁷ de resistência.

Estas modificações ocorridas com a mão de obra por toda a Comarca de Vitória, somadas ao período de seca que atingiu a região entre os idos de 1820 e 1835, acarretaram em relativa diminuição da produção agrícola e conseqüente aumento das práticas comerciais autônomas em Queimado, conforme colocado anteriormente.

A quebra dos principais ciclos produtivos, entre estes se incluem o arroz e a cana de açúcar, diminui o poder e a influência dos fazendeiros distribuídos entre Queimado e regiões vizinhas, resultando em relativo aumento no número de fugas de escravos.

Sensíveis as mudanças econômicas e políticas em curso, os escravos de São José do Queimado articulam uma rebelião que será deflagrada em 19 de março de 1849. Cinco dias do seu início, a revolta foi debelada com a Prisão de Elisiário, um dos líderes do movimento.

³⁶ Trecho datado de 11 de março de 1849- Vitória Tipografia Capitaniense de P.A de Azevedo, retirado do livro História da Província do Espírito Santo José Teixeira de Oliveira, p331.

³⁷ Dentro das diversas passagens em que denota a formação destes Quilombos em nossa história, (OLIVEIRA, 1975) cita que estes movimentos de escravos fugidos distribuam-se por entre as fazendas, e povoações, constituindo uma preocupação para os fazendeiros desde o fim do século XVIII.

O freqüente e comum o convívio entre escravos e negros livres, fato que realçava a contradição da sociedade capixaba do século XIX, base da própria condição de existência do negro, e, portanto fundamento para a justa luta por seus direitos compunham o quadro das principais dos fundamentos deste o movimento.

A insurreição deflagrada em Queimado representa em um contexto mais amplo, uma parte do imenso quadro de movimentos abolicionistas do século XIX, período em que constam segundo (DAEMON, 1879) registros de revoltas e quilombos em 1822 em Serra, 1827 São Mateus, 1830 Itacibá, 1832 em Guarapari e 1886/7 em Safrá (Cachoeiro de Itapemirim).

Uma promessa, do frei Capuccino Gregório Maria de Bene, na qual ganhariam a liberdade aqueles escravos que se comprometessem em ajudar na construção da Igreja de São José, teria sido a motivação e estopim da revolta (ROSA, 1999).

No dia 19 de março os escravos surpreenderam Frei Gregório na hora da missa solicitando a ele as Cartas de Alforria. Em meio ao tumulto gerado pelos moradores da Freguesia que assistiam a missa, o cappuccino negou-lhes o apoio incitando a revolta.

Sob tais condições, os principais proprietários da época não tardaram em cobrar das autoridades medidas que viessem combater a suposta onda de rebeliões.

Em meio aos procedimentos administrativos impetrados para punir os insurretos (ROSA, 1999), instaura-se no Distrito de Queimado um clima de medo e desconfiança entre fazendeiros e escravos.

Temerosos com a possibilidade de novas ameaças, muitos moradores da Freguesia de Queimado e Vila de Serra solicitam constantemente o apoio expreso das autoridades visando inibir a insegurança que pairava sobre suas moradas (ROSA, 1999, p.130).

Encontra-se na Monografia de Afonso Claudio, Intitulada como “Insurreição do Queimado”, minuciosas considerações a respeito das medidas tomadas pela polícia buscando a manutenção da “paz” na Região.

Com a fuga de dois dos insurretos no dia 7 de dezembro de 1849, a insegurança dos moradores passa a se refletir no medo de que novas revoltas sucedessem.

Com efeito, esses eventos concorrerão para o início do que chamaremos de período de decadência econômica de Queimado, desencadeado após a Insurreição e agravado pelos projetos que marcarão a transição do século XIX para o XX.

8.5. Decadência

Os fatores relacionados à decadência de Queimado serão divididos nas seguintes partes;

A primeira na qual serão levantados indicativos relativos à falência do regime escravista vigente, portanto, se referem aos eventos que incidiram diretamente sobre a economia de Queimado, alterando e re-significando sua estrutura produtiva em todo o século XIX, e a segunda relativa aos fatores políticos e econômicos responsáveis pelas transformações sobre a circulação e transportes em toda a região que abrange o vale do rio Santa Maria da Vitoria.

Ambas decorrem do mesmo processo histórico, no entanto, se diferenciam pela forma com que cada uma abrange a Freguesia de Queimado, sendo a primeira própria de um contexto escalar mais restrito, mais dependente das estruturas e comunidades de Queimado, e a segunda, proveniente de eventos que abrangem uma escala mais ampla, portanto, que atingem sua dinâmica a partir de um contexto maior, externo a freguesia.

8.5.1 Engenhos e trabalho livre

Seguindo tendências nacionais, a fronteira agrícola do café contextualiza o século XIX no Brasil como período de transição econômica onde será colocado em xeque o arcaico regime escravista vigente.

Em São Paulo e Rio de Janeiro, pós década de 50³⁸, a expansão da lavoura cafeeira se deu por meio da capitalização gradativa nas relações de trabalho dentro das grandes fazendas. No Espírito Santo a economia seguiu tendências peculiares, nas quais pequenos proprietários, em sua maioria colonos não Portugueses, foram os responsáveis pela dinamização econômica expandindo a lavoura cafeeira e transformando as relações de trabalho.

Com parte da economia capixaba seguindo a tendência produtiva do café e a política de imigração sob um novo esforço de investimento, as alternativas comerciais provincianas passam a se dispersar para o interior, dilatando a fronteira agrícola e provocando relativo adensamento das populações rurais.

Estas mudanças relacionam-se com a própria crise que atravessava a lavoura canieira, principal monocultura praticada e símbolo da grande propriedade no Espírito Santo, visto que a exigüidade da oferta de mão de obra desencadeada pela proibição do tráfico de escravos e conseqüente aumento dos preços já provocava na Província a estagnação e conseqüente diminuição da produção de açúcar (TABELA 3) e derivados.

Anos	arrobas	
	café	açúcar
1858	151.227	46.222
1859	136.102	39.822
1860	202.117	29.550
1861	223.809	21.843

Tabela 03, Diminuição na produção açúcar da Província do Espírito Santo entre os anos 1858 e 1861
Fonte: Extraído do livro História do Estado do Espírito Santo, José Teixeira de Oliveira, 1975, p.400

³⁸ Sob os efeitos da Lei Euzébio de Queiroz que proibia finalmente o tráfico de escravos no Brasil.

Dada a evidente incompatibilidade da mentalidade escravista com as novas tendências comerciais da época, os principais engenhos de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica, fundamentados quase integralmente sob a mão de obra escrava, passam a dividir importância econômica com o café produzido nas pequenas propriedades familiares, sitiadas nos altiplanos a oeste.

Não diferente em Queimado, a dinâmica produtiva fortemente ligada ao modelo agroexportador escravista perde forças, levando muitos proprietários a capitalizarem seus bens a partir de investimentos no cultivo do café. A esta efetiva tentativa de adaptação, tem-se como resultado em Vitória, já em 1852, uma expressiva produção da rubiácea (TABELA 4).

Café		
Municípios	Numero de Estabelecimentos	Produção anual em Arrobas
Vitória	197	26.160
Serra	3	780
Barra de São Mateus	13	24.500
São Mateus	5	7.500
Itapemirim	13	18.600
Benevente	20	6.150

Tabela 04, Produção anual de café na Comarca de Vitória 1852, Fonte: Extraído do livro História do Estado do Espírito Santo, José Teixeira de Oliveira, 1975, p.354

No entanto esta mudança se dará dentro das pequenas e médias propriedades, em instâncias com as quais já se trabalhava com menores estruturas e por vezes com a utilização de mão de obra livre.

Para as elites, os prejuízos com a desvalorização da lavoura canavieira, somados ao recorrente medo que a possibilidade de outra insurreição trazia, fizeram com que algumas fazendas estagnassem suas produções mantendo-se com baixas taxas de excedentes.

Enquanto a colônia de Santa Leopoldina se desenvolve intensificando a montante do rio Santa Maria a produção e escoamento do café, Queimado declina em importância comercial, acompanhando as quedas produtivas das fazendas de seu entorno.

O destino de muitas destas fazendas foi narrado pelo Professor e Folclorista João Ribas da Costa na obra *Canoeiros do rio Santa Maria*.

[...] A exploração da parte central do Espírito Santo teve início nas baixadas próximas a capital, facilmente acessíveis pelo rio Santa Maria, em cujas margens prosperaram boas fazendas enquanto a Abolição da Escravatura não as relegou ao mais completo abandono. COSTA, (1951, 1982, p.16)

O porto de Cachoeiro, a 60 quilômetros da foz do rio Santa Maria, se torna referencia a partir de 1860 pelo crescente fluxo de mercadorias embarcadas decorrente das primeiras safras de café plantado na colônia de Santa Leopoldina. O porto de Queimado a partir deste momento passaria a representar a última parada até os portos de Vitória.

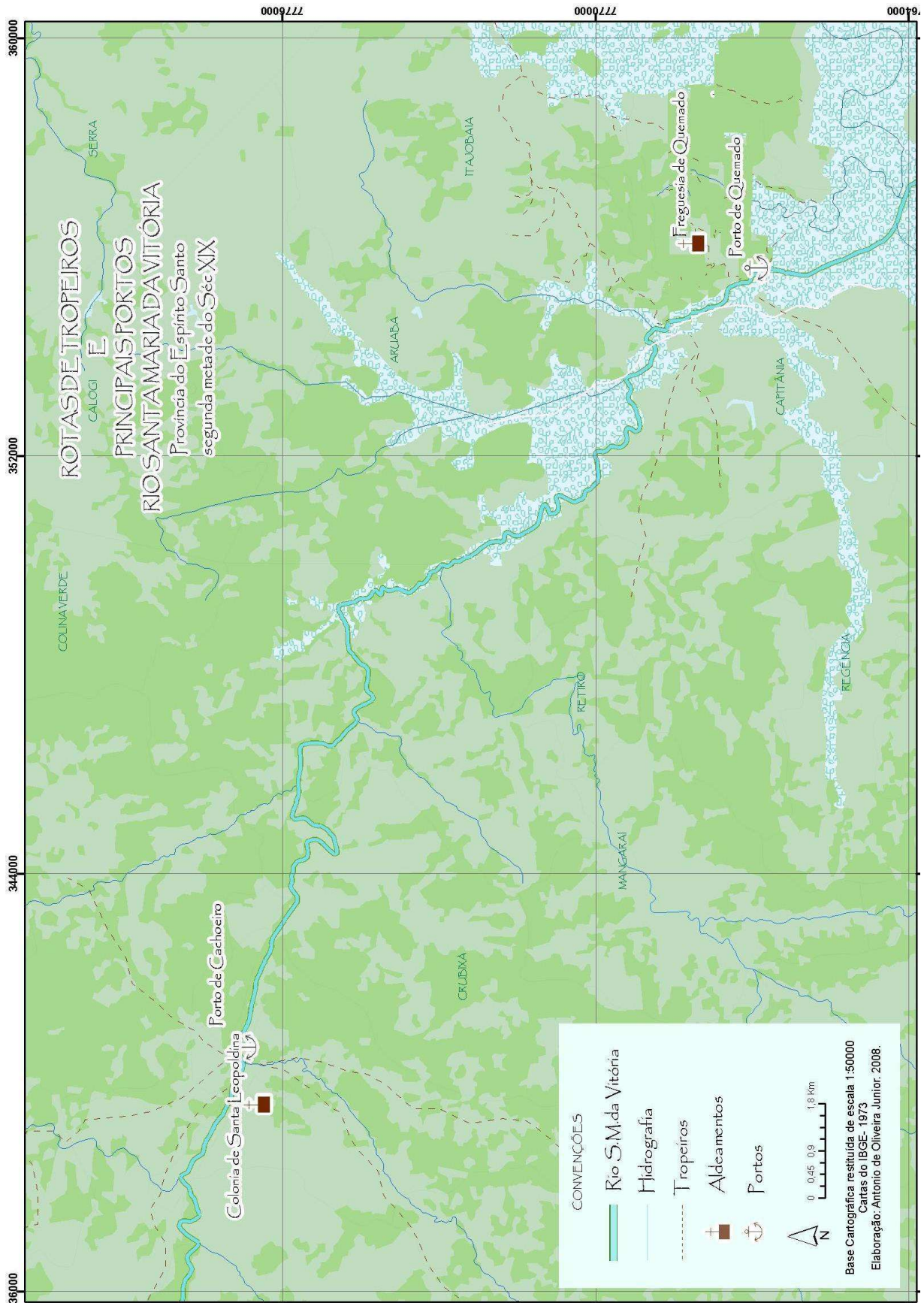
Analisando o momento econômico por que passa Santa Leopoldina é possível comparar a base do crescimento de seu porto (MAPA 7) com a que caracterizou em Queimado seu desenvolvimento como entreposto comercial.

Reservadas as distinções em suas respectivas épocas, podem ser encontrados os mesmos quesitos que de acordo com as lógicas de uso e ocupação, alavancaram a produção e comércio as margens do mesmo rio, porém em distintos redutos de abrangência.

Contextualizando o surgimento do Porto do Cachoeiro, COSTA escreveu;

Tornou-se, pois, inevitável a formação de um povoado no local em que havia permanente baldeação de mercadorias entre os dois sistemas de transporte que se completavam. Com os primeiros ranchos de tropa, armazéns de carga e postos de abastecimento, surgiu o Porto do Cachoeiro [...] (COSTA, 1951,1982,p.17)

Essa mesma baldeação marcou o local onde tropeiros escoavam a produção agrícola no rio Santa Maria décadas antes, formando o Porto de Queimado.



Mapa 7. Rotas de Tropeiros e Principais Portos Século XIX
Elaboração: Antonio de Oliveira Junior

8.5.2 Política de circulação

Considerando o universo de tomadas de decisão importantes medidas administrativas serão tomadas no escopo destas transformações. Dentre as mais relevantes, serão discutidas aquelas que de alguma forma foram pensadas e executadas com a finalidade de modificar as bases da circulação e transportes do Espírito Santo.

Com efeito, em 1800 o príncipe regente, D. João, nomeando o primeiro governador da província, o capitão Antônio Pires da Silva Pontes, justificava seu ato sob a prerrogativa de que era preciso, *”reanimar a quase extinta capitania do Espírito Santo”*. Para isso, acrescentou como fundamental ao exercício *“abrir uma mais fácil comunicação com a capitania de Minas Gerais”*.

Pontualmente, esta data marca o momento de uma nova proposta econômica para desenvolver a Província do Espírito Santo. Eminentemente comercial e fundamentada no modelo europeu, esse projeto constituirá a base das principais transformações ocorridas no Espírito Santo dentro deste século.

O intento de Francisco Alberto Rubim³⁹ inaugurou a série de modificações na circulação capixaba sob a perspectiva de um comércio mais forte e menos concentrado. A principal função da via ao ser construída seria proporcionar entre Minas Gerais e Espírito Santo ligações comerciais por meio das povoações que fossem se desenvolvendo ao longo de seu percurso.

Contudo, subutilizada pela pouca demanda, a estrada demonstrou ser dispendiosa para a administração provinciana, posto que, para mantê-la, eram necessárias dezenas de guarnições militares distribuídas pelo trajeto, contra prováveis ataques de salteadores e dos índios botocudos.

³⁹ Construção do primeiro caminho que interligava Minas Gerais ao Espírito Santo com uma extensão de 72 léguas. Conhecida como Estrada do Rubim sua obra foi iniciada em 1814 e concluída em 1816. Segundo SARTÓRIO, (2007, p.143)

O visível aumento nas receitas decorrente da produção de café incentivou o crescimento dos novos núcleos de ocupação, forçando o interior a buscar alternativas para facilitar a circulação.

A colônia de Santa Leopoldina foi uma das que se expandiu rapidamente, e acompanhando este crescimento novos caminhos foram trilhados pelos próprios moradores buscando ligar suas moradas e terraços de café aos pontos de comércio ou a outras estradas que possibilitassem o escoamento de seus produtos.

Esse fenômeno, recorrente em praticamente todas as colônias, veio a fortalecer a premissa que atravessou os sucessivos governos da província até o início do século seguinte, de que era necessário dinamizar o acesso aos bens cultiváveis no interior com outros sistemas de transporte.

O transporte fluvial, a partir dos três últimos decênios deste século, já era considerado *lento, penoso e caro* (COSTA, 1951,1982, p.29).

A influência econômica da jovem colônia se traduz em referência regional entre os povoados antigos que a cercavam. Isto ocorre quando em 1884, São José do Queimado passa a pertencer a Santa Leopoldina. A justificativa advinha do relativo grau de dependência econômica que a Freguesia de Queimado possuía para com o Porto do Cachoeiro. Esta situação se desfaz quando a Colônia emancipa-se, em 1887⁴⁰ oficializando seus limites.

A partir deste período Queimado integra a jurisdição da capital, sofrendo nesta época sua primeira delimitação oficial, dentro da qual será incluída como território de Vitória apenas a área inscrita à Freguesia, ficando excluídos, portanto, os demais povoados que compunham sua antiga região.

Este constitui mais um reflexo da enfraquecida influência da Freguesia na região, concorrente com o crescimento de outros redutos comerciais.

Muitos destes fizeram parte da região do Queimado, e com o avanço da fronteira agrícola, desenvolveram seus portos e demais estruturas produtivas.

⁴⁰ De acordo com o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a lei que regulamentou sua emancipação, Lei Provincial nº 21, data de 1884, entretanto, fora homologada em 1887.

Até a abolição da escravatura promulgada em 13 de maio de 1888, o movimento nos portos da Pedra, de Mangarai, Una e Cachoeiro, mantinha com Queimado uma estrita ligação econômica em função da quantidade de mão de obra utilizada de Queimado nas embarcações que trafegavam no rio Santa Maria.

Considerando que os mestres das embarcações, quase todos negros, faziam parte de Queimado, e que, contratados como autônomos estes não trabalhavam sozinhos⁴¹, é provável que tenham mantido parte da economia de Queimado funcionando independente das decadentes fazendas de engenho.

Existiam outros portos a jusante⁴², mas funcionavam pelas suas demandas locais.

Com a Lei Áurea assinada, o movimento econômico da Freguesia já se encontra restrito a um tímido comércio, concentrado no caminho que interligava Serra a beira do rio Santa Maria, onde estalagens dependiam do movimento das canoas que desciam e subiam o Rio Santa Maria.

O início do período republicano marcará maior investimento na construção de estradas buscando maior fluidez e diminuição dos custos de escoamento por meio da interligação do interior com Vitória, principal centro exportador.

A abertura do primeiro trecho da ferrovia EFVM: Porto Velho (Cariacica) - Alfredo Maia (Queimado), foi a primeira grande modificação viária implementada pelo governo. Concluída em 13 de maio de 1904 (MAPA 8), a estrada de ferro simbolizou a possibilidade de escoar mercadorias sem a necessidade do rio, enfraquecendo o trabalho dos canoeiros e concentrando o movimento antes comum nos portos, para a estação Ferroviária Alfredo Maia, instalada à margem direita do rio Santa Maria, na altura do Porto de Queimado.

⁴¹ Em cada canoa embarcavam sempre 5 pessoas. O proeiro, sota-proa, contra proa, fogão, além do Mestre. COSTA, 1951.

⁴² No Mapa 6, p.63 constam Todos os Atracadouros a Jusante da Freguesia do Queimado.



Mapa 08, E. F. Vitória Minas Trecho Porto Velho – Alfredo Maia
Fonte: Relatório da Itabira Iron Ore Company.

O acesso a Vitória não dependerá, a partir deste momento, apenas das canoas.

Tratava-se de uma reivindicação dos próprios produtores de algumas regiões como Itaguaçu, Santa Teresa, Afonso Claudio e Guandú, distritos nos quais só se chegava por trilhas acidentadas, construídas e utilizadas pelos tropeiros.

Em 1918, o Governador Bernadino Monteiro inaugura a ES-080, primeira estrada de rodagem do Espírito Santo interligando o núcleo de Timbuy, hoje Santa Teresa a Santa Leopoldina. Esse ramal terrestre, já existia há pelo menos 20 anos, servia aos tropeiros como única maneira de escoar o café até Santa Leopoldina.

Buscando oportunidades de trabalho, a mão de obra livre da Freguesia de Queimado, gradativamente se viu obrigada a migrar para regiões onde houvesse demanda. Entretanto, buscavam manter com a Freguesia de Queimado o vínculo de morada, com relações internas de subsistência quase sempre centradas nos afazeres familiares.

A permanência do pequeno e médio produtor dependia da forma como a identidade com a terra se mantinha, mediada ora pelas relações de uso da terra ora pela organização da estrutura familiar.

Combinado a isso, outro elemento reforçava esta identidade com o lugar. A dinâmica comercial interna, na escala da troca, foi responsável pela manutenção do cotidiano desta Freguesia.

Embora fosse de efeito localista e restrita ao trânsito de insumos agrícolas, utensílios domésticos e bens de consumo não duráveis, as atividades comerciais, praticadas desde o início do século XIX, promoveram a permanência de muitas famílias na Região e na Freguesia de Queimado até meados do século XX.

Será em 1928, portanto, no Governo de Florentino Avidos, com a conclusão do trecho da estrada ES-080 Santa Leopoldina - Cariacica, que a utilidade do transporte fluvial será efetivamente condenada.

Conta-se menos de uma década, a partir da inauguração da estrada, para o fluxo comercial fluvial singrar quase que totalmente pela estrada recém construída, legando às instâncias, armazéns e demais casas de comércio situadas no rio Santa Maria, a inevitável decadência. As “paradas”, pontos onde pensões e edificações condicionadas aos movimentos dos Portos funcionavam, fecharam as portas acompanhando a decadência e abandono dos próprios portos, agora com utilidade substancialmente reduzida.

Os reflexos na Freguesia são vivenciados na intensificação da migração de moradores para as cidades de Serra, Cariacica e Vitória e no crescente fechamento

de estabelecimentos comerciais ligados aos demais Portos situados ao longo do percurso do rio Santa Maria até Vitória.

Enquanto as transformações na circulação privilegiam o acesso as crescentes localidades de Itaquari, Cariacica e Mangaraí, situadas a margem direita do rio Santa Maria, se tornam subutilizados os acessos as decadentes vilas de Queimado, Itapocú, Aruaba, Itaiobaia, situadas a margem esquerda deste.

O rio Santa Maria da Vitória, histórica via de penetração aos sertões vai se transformando em fator limitador para a Região de Queimado, isolando seu Território dos processos econômicos ao seu redor.

O fluxo histórico de escoamento, Serra - Queimado – Vitória, estruturado sob a estrada de cascata, no qual foram vertidos durante séculos os produtos de Serra e cercanias vizinhas, se inverte tornando Serra entreposto comercial de Queimado.

Neste momento o Município de Serra vertia sua produção agrícola utilizando o traçado da *Estrada Geral da Costa*⁴³, que o interligava a Vitória.

Comercializando a produção em Serra, pequenos produtores passaram a vincular suas pequenas economias ao mercado serrano, proporcionando uma conseqüente integração regional com a Vila de Serra.

Em 1943, segundo decreto 15.177, a então Vila de Queimado passa a pertencer ao Município de Serra, confirmando a relação territorial entre Serra e Queimado.

8.5.3 Últimas décadas

⁴³ Antigas trilhas utilizadas desde o século XVI como meio de acesso aos povoados litorâneos. Boa parte destes caminhos fora aberta antes da chegada dos colonos Portugueses. Fora desativada para controle da circulação no século XVIII, aberta e batizada por Francisco Alberto Rubim em 1818 e consolidada com este nome no Governo do Presidente Inacio Acioli de Vasconcelos, em 1828 (SARTÓRIO, 2007, p.135).

Acompanhando os eventos narrados, serão somados e analisados alguns aspectos estatísticos conseqüentes à transformação do território político de Queimado no decurso do século XX.

Em 1938, 5 anos antes do Decreto 15.177, a Freguesia do Queimado é elevada a Vila, todavia esse processo de emancipação contraditoriamente desmembra de seu território as áreas das comunidades de Calogi, Independência e parte de Itaiobaia⁴⁴, demonstrando sua decrescente relevância e abrangência enquanto território.

Com exceção da transição do quarto para o quinto decênio, dentro do qual ocorrerá um tímido surto econômico em Queimado⁴⁵, as contagens populacionais (TABELA 5) expressam um declínio populacional constante.

Evolução Demográfica do Distrito de
Queimado - Serra

1940	1950	1960	1970	1980	1990
793	1065	667	559	---	298

Tabela 05, Evolução demográfica do Distrito de Queimado, Município de Serra - ES
Fonte: Valores compilados a partir dos Anuários Estatísticos do Estado do Espírito Santo dos respectivos anos.
Elaboração: Antonio de Oliveira Junior, 2008

A transição do quinto para o sexto decênio ilustra o momento em que se intensifica o êxodo rural em Queimado em conseqüência da fase pré-industrial iniciada em Vitória e Serra. Um dos principais eventos deste período foi a construção da BR-101, no quilômetro que interliga Serra à Vitória e esta ao circuito regional Bahia – Rio de Janeiro.

É dado início a uma polarização de recursos investidos com a finalidade de se urbanizar os municípios capixabas, fenômeno que atrairá a população de outros Distritos serranos.

A tabela (6) a seguir apresenta os recenseamentos de todos os distritos de Serra no Período entre 1940 e 1970.

⁴⁴ Este se dividiu em duas porções, uma compondo o Distrito de Calogi e outra o Distrito de Queimado.

⁴⁵ Decorrente de investimentos privados na produção de abacaxi. Dados do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Serra- ES www.camaraserra.es.gov.br/hist_municipio.asp

Evolução Demográfica dos Distritos do Município de Serra

	1940	1950	1960	1970
Serra Sede	3416	3341	3330	5823
Calogi	1820	1694	1548	1096
Carapina	2173	1989	2597	7498
Queimado	793	1065	667	559

Tabela 6, Evolução Demográfica dos Distritos do Município de Serra

Fonte: Valores compilados a partir dos Anuários Estatísticos do Estado do Espírito Santo dos respectivos anos.

Elaboração: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Conforme ilustrado, Serra Sede e Calogi também apresentam sucessivas perdas populacionais até a década de 70, que apesar de pequenas, demonstram incremento negativo, contrastando com Carapina que obtém acréscimos em todo esse período.

A partir da década de 60, época em que dá-se início a industrialização no Espírito Santo, os distritos de Serra Sede e Carapina passam a atrair mão de obra, relativa a edificação dos parques industriais em Vitória e Serra⁴⁶.

9. Evolução político administrativa

Para obtermos uma noção de sua dimensão política no contexto histórico, buscou-se construir de forma simples e sistemática, como se deram as alterações político-administrativas, suas factíveis contendas e as modificações pelas quais os limites de São José do Queimado passaram.

Inicialmente os indicativos de sua formação, como mencionado, vinculam-se ao surgimento das glebas que recortavam a planície irrigável do rio Santa Maria da Vitória, sobre datas de terras com os quais portugueses e índios trabalharam a partir da segunda metade do século XVI. Cabe esclarecer que as famílias negras, entrarão neste contexto a partir de meados do século XVII.

⁴⁶ Em 1963 é iniciado o Porto de Tubarão e, em 1969 é iniciado o CIVIT I, o que levou a população do município da Serra, em 1970 de 9.192 para 17.286 habitantes.

O primeiro contato histórico dentro de todos os registros utilizados nesta pesquisa, conforme descrito faz referências indiretas as populações ribeirinhas que, juntas teriam concorrido para a formação de Queimado. Na verdade, a ocupação, segundo os registros de Portugal, apesar de sofrer alterações, refletia na terra a rude manutenção das glebas até então distribuídas. Não havia estruturação de grandes posses, exceto nas medidas administrativas tomadas pelos governadores, convertidas em ofícios para a Companhia de Jesus, com as quais paliativamente se intentava controlar abandonos.

O próximo registro trata fundamentalmente de seu oficial enquadramento como povoado, e data do século XIX, quando em sua primeira metade, é elaborada pelo presidente Inácio Acioli de Vasconcelos a relação das cidades, vilas, freguesias e Arraiais da província do Espírito Santo⁴⁷. Este registro marca a importância de Queimado como Arraial e fornece uma visão mais aproximada do mapa político e religioso do ano de 1829.

Transcrito abaixo, este trecho do citado relatório ilustra o Arraial, permitindo que seja compreendida parte da hierarquia da Igreja como agente administrador deste território colonial.

[...] he fillial á Freguesia de N.S. da Conceição da Serra: a capela não curada = São José. Comprehende á freguezia desta cidade os Arrayaes: Carapebus e Cariassica. Á Freguezia da Serra: O arraial = Queimado..... *Pres ES, V, p. 191/3.*

À primeira vista, considerando o atual nome do distrito, nota-se claramente uma possível dupla menção a Queimado, como se, primeiro fosse citada sua capela como filial à N. S da Conceição e no segundo momento sua sede como arraial.

Entretanto, São José refere-se à outra comunidade formada em local próximo a vila de Serra. Misael Ferreira Penna⁴⁸ relata a respeito;

⁴⁷ Idelfonso Joaquim Barbosa de Oliveira, relação que acompanhou o ofício de 8 de outubro de 1829, de Inácio Acioli de Vasconcelos a José Clemente Pereira, in *Pres ES, V, pp 191/3*

⁴⁸ História da Província do Espírito Santo, 1878, p.86.

[...] povoação que por ordem régia de 24 de maio de 1752, recebeu a categoria de Parochia sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição... . A esta igreja foi reunida outra povoação, também ali formada, com o nome de São José, a qual fica dentro dos limites da actual villa da Serra para os lados da estrada de Jacarehype [...](PENNA, 1878, p.65)

Há semelhante expressão em DAEMON, quando transpõe a mesma ordem régia em sua obra;

A essa freguesia foi reunida outra povoação, também ali formada, com o nome de São José, a qual fica dentro dos limites da actual villa da Serra para os lados da estrada de Jacarehype, conhecendo-se ainda hoje o lugar em que existio essa igrêja de São José. (DAEMON, 1879, p.82)

Fica evidente a relação entre as povoações nas três descrições relatadas, indicando que havia outro vilarejo com a invocação de São José em lugar bem distante da vila de Queimado.

Conforme as datas verificadas, só haverá menção do referido padroeiro dentro da história registrada, após a estada do Frei Capuchino Gregório Maria de Bene, iniciada em 1844.

Até o dado momento, o arraial era diretamente inscrito à competência serrana, e indiretamente à jurisdição da capital Vitória.

Os idos de 1846, o povoado de Queimado é elevado a Freguesia (FIGURA 2) por Lei Provincial nº9 derivando seu nome para São José do Queimado.

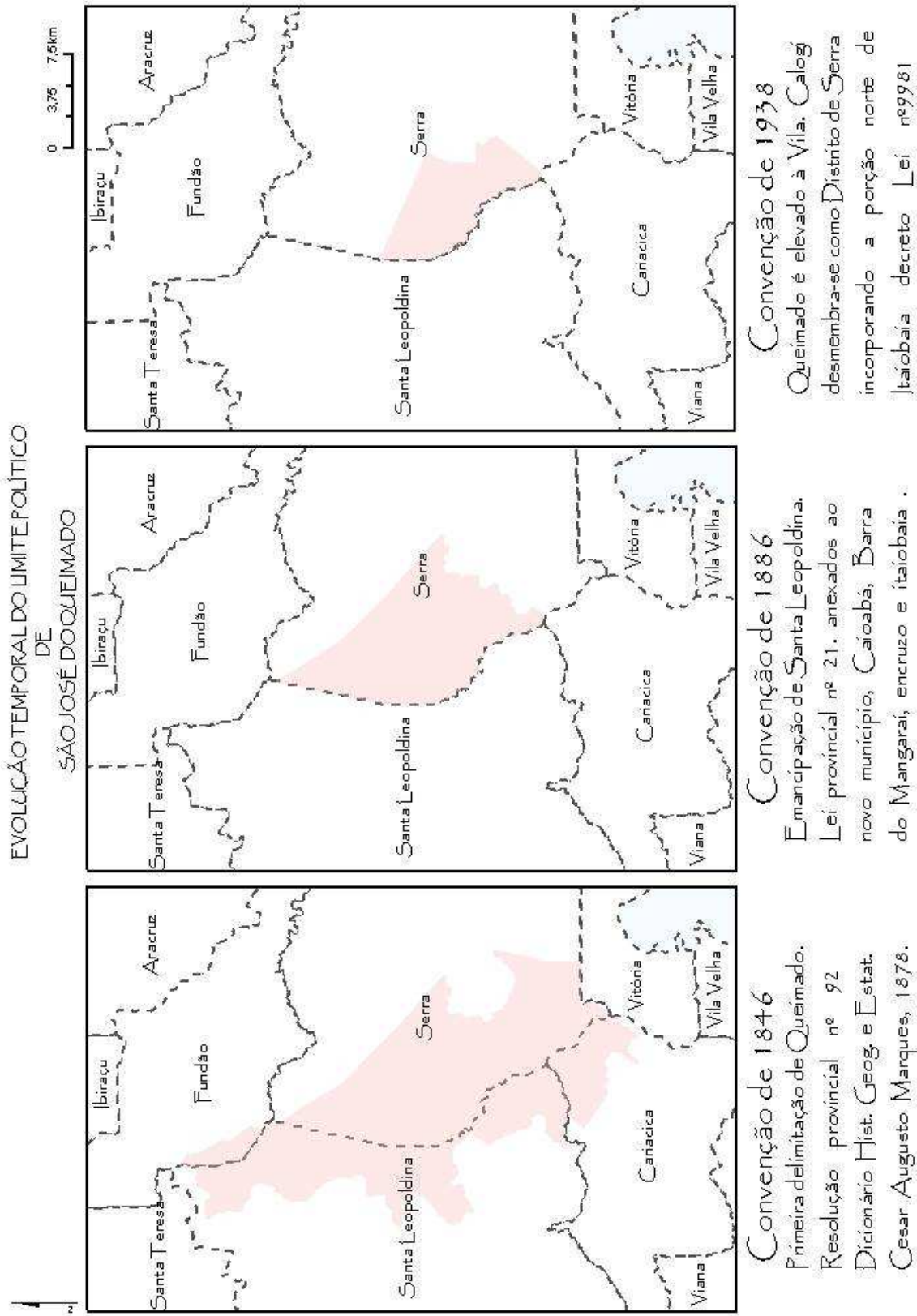


Figura 2. Evolução Temporal do limite político do Distrito de Queimado
Elaboração: Antonio de Oliveira Junior, 2008

A conjuntura forense marcada por emancipações como a de Serra⁴⁹, resumia a tendência política deslanchada pós 1819⁵⁰, momento que as economias locais, após contenda dos “indivisos⁵¹”, passaram a apresentar características produtivas singulares, como São Mateus, maior exportador de mandioca e Serra segundo maior exportador de açúcar⁵².

Destacando-se como produtor de arroz, mandioca, cana de açúcar e feijão, São José do Queimado se torna reduto de trabalho para negros forros, pequenos e médios produtores ligados a um comércio local e próprio, abarcando em suas terras na segunda metade do século XIX um contingente populacional que se ultrapassava da soma de 3500 habitantes (MARQUES, 1878).

A partir da segunda metade deste mesmo século, Queimado ganha expressão nacional com a Insurreição de Escravos que marcou a sociedade capixaba, reunindo escravos de várias regiões.

Na medida em que a produção de café em todo o alto vale do rio Santa Maria e adjacências crescem, o núcleo de Santa Leopoldina se torna pólo de investimento (COSTA, 1951), transformando consigo toda a dinâmica econômica, antes dominada pelos portos de Queimado.

A importância conquistada por Cachoeiro de Santa Leopoldina acaba em sobreposição de limites com Vitória⁵³, quando em 1886, Queimado passa a pertencer ao primeiro. Tratou-se de um curto período, no qual, foram desenhados os limites da maioria dos municípios da Província.

⁴⁹ 1833, ano em que se desmembrou da Capital, emancipando-se como Vila.

⁵⁰ Carta régia de 1814, autorizava a concessão de sesmarias na capitania

⁵¹ ..Terrenos em que muitos tinham posse sem saber o tamanho, mas as porções lavradas dele lhe pertencem particularmente e só perdem passando dez anos sem cultivar... *ACIOLI, Memória Estatística da Província do Espírito Santo, 1828*

⁵² AZAMBUJA, *relatório de atividades exportadoras da província apresentado em sessão ordinária – Vitória - 1852*

⁵³ Na verdade, por falta de iniciativa, talvez, tenha ocorrido tal. lapso, conquanto, a verdadeira questão fronteiriça invocava não apenas, o Queimado, mas Carapina e localidades vizinhas, entretanto, a disputa se fazia entre Serra e Vitória.

Ainda em 1886 o dispositivo legal que retifica a citada sobreposição, incluirá como território de Vitória apenas a área que abarca a Freguesia de Queimado (MAPA 10, p.XX), desmembrando deste os povoados que compunham sua porção oeste, agora limitados pela divisa do Município de Santa Leopoldina.

A transição secular trouxe modificações ao seu memorial descritivo, uma vez que, seus limites inscritos segundo documentos oficiais, contidos no Arquivo Público Estadual - APEES, não refletem em sua totalidade, os limites adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou qualquer outra instituição que utilize dados cartográficos municipais ou distritais capixabas.

Consta no dicionário Histórico e Geográfico:

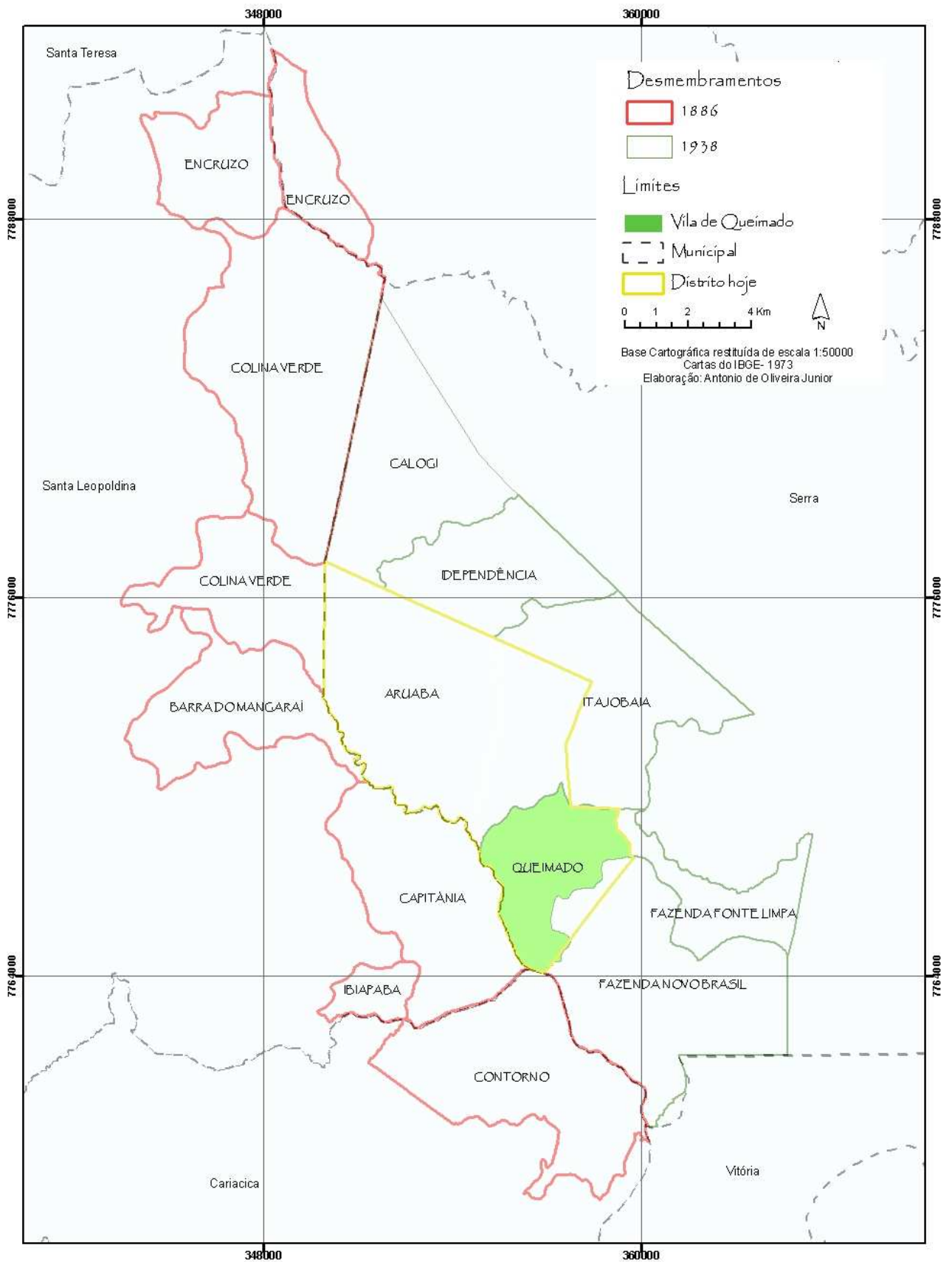
Queimado (São José) *Freguesia*. – Foi criada pela Lei provincial nº9, de 1846.

Limites. Dividi-se em conformidade com as leis provinciais nº12, de 1830, e nº6 de 1856 com a Freguesia da Serra pelo rio Tanguí e Porto do Una seguindo a margem do Brejo até a ponte do mesmo nome, e em linha reta até a estrada de São João na ladeira das pedras compreendendo Itapocu e todo o Caio-abá. (MARQUES, 1878, p.201)

Este é o único documento que ilustra como memória descritiva cartográfica, a disposição das comunidades que compunham naquele tempo o Queimado, permitindo uma breve noção de como, durante a transição de jurisdições, seu território se modificou.

Entretanto, a grande quantidade de alterações toponímicas, inviabilizou a identificação de córregos e demais feições descritas neste documento. Buscando remontar um território que se aproximasse daquele que descreve Cesar Marques (1878), foram incluídas em um mapa conjectural (MAPA 9), as localidades que no decorrer das referências investigadas remetiam à formação de Queimado.

Somente no final do terceiro decênio do século XX, a Freguesia é elevada à vila (FIGURA 2) e seus limites são novamente modificados, simbolizando um movimento contrário ao processo migratório em andamento em Queimado.



Mapa 9. Modificações sofridas no território da Região de Queimado, 1886-1938
 Elaboração: Antonio de Oliveira Junior, 2008

Dentro desta conjuntura, a delimitação de 1938 pode ser contextualizada como último indicativo do declínio populacional em andamento na Vila, visto que são desmembradas de Queimado antigas comunidades como Fonte Limpa e Itapocu⁵⁴, povoados que compuseram a Região do Queimado.

A última grande alteração de ordem administrativa sofrida no distrito se dá no ano em que Jones dos Santos Neves, Interventor Federal, assume o Governo. O Decreto 15.177 sancionado em 1943, anexa São Jose do Queimado e Carapina ao Município de Serra.

10 Memória de Queimado

Serão transcritas a seguir duas entrevistas realizadas com antigos moradores de Queimado em fevereiro de 2008.

Espera-se que, de acordo com os contextos ideológicos e culturais, sua compreensão, apropriada do ambiente em que viveu nesses anos, possa nos ajudar a reconstruir uma parcela da vivência social (TUAN, 1983) que obteve enquanto fazia parte desse cotidiano histórico.

Nesta primeira entrevista conversamos com Dona Ormi Rodrigues, 91 anos, ex-moradora de Boa Esperança, cercania de Queimado, foi entrevistada em casa, Serra Sede, contribuindo enormemente com sua memória ao relatar a respeito do período em que viveu, entre 1948 e 1960.

A: Antonio de Oliveira

O: Ormi Rodrigues

Queimado no final da década de 40.

... A vila nessa época era bem cuidada, a vila se estendia a beira do rio Santa Maria com muitos armazéns, um comércio forte. Eu morei em Boa Esperança, distrito de Queimado mesmo...e todo sábado nós ia a missa, seis horas nós ia a missa.

⁵⁴ A partir de 1938 torna-se distrito com nome de Calogi.

A - e Boa Esperança fica aonde?

O – fica ali no Manel Pinto, era meia hora da minha casa a Queimado, era meia hora.

A- Mas ficava pro lado da Serra ou pro lado de Santa Leopoldina?

O- não.... Ficava pro lado da Serra, perto de Itaiobaia⁵⁵ ali. Era vinte minutos lá de casa em Itaiobaia, “*nós ia as carreira*” trabalhava a pé.

- Limites da Vila

A - e qual era o tamanho de Queimado naquela época?

O – Ah.... Tinha Una Grande, tinha, tinha lagoa das almas, tinha onde seu Aprígio mora, tinha Antério Rosa, se Ovídio Machado....era uma Fazenda....um terrenão grandão...

T – tudo pertencia a Queimado?

O – era, tudo era distrito de Queimado, tudo Queimado... Calogi era distrito de Queimado⁵⁶, Calogi era Itapocú o nome....tinha Cajuza Lima, uma cachoeira bonita, ficava pertinho lá de casa.

A – e ficava aonde?

O – pra cá, perto de cá no município de Serra mesmo, tinha o morro de Contenda⁵⁷ morro do céu onde noís ia e via os navios tudo.

A – e qual a época que a Senhora lembra que Queimado começou a perder muita gente...por que hoje não tem ninguém lá né?

O – ah....

A – de quando que a senhora lembra que começou a ir gente embora...?

O - ah.. de trinta e nove(1939), quarenta, o povo já tava indo tudo embora.

A – é? E pra onde que esse povo ia Dona Ormi?

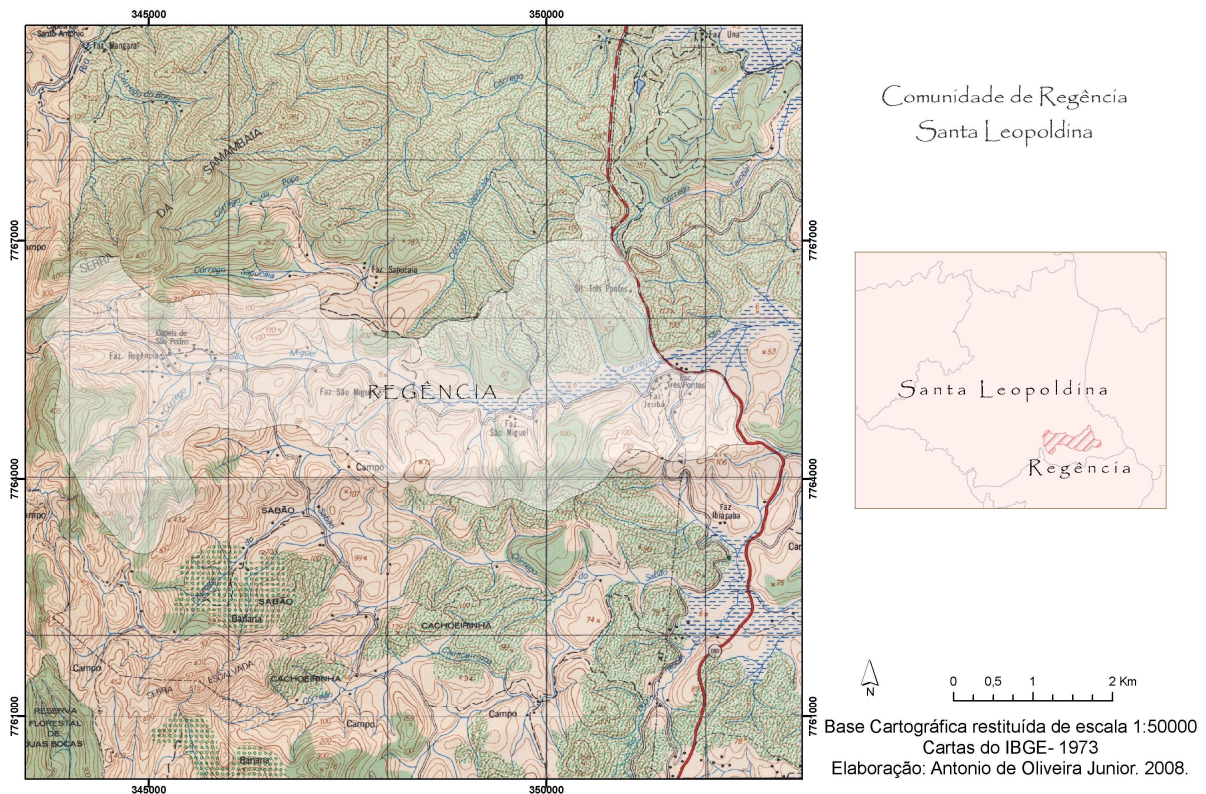
O- eles ia pra Regência⁵⁸ ia Pra Cariacica, ia embora por aí afora né? Eu lembro que papai disse que tinha mais de trinta farmácia lá, era uma cidade né? uma riqueza imensa.

⁵⁵ Ver Mapa 7, pagina 72.

⁵⁶ Apesar de Queimado ter sido desmembrado, permanece na memória da ex-moradora a noção Regional do Sítio, possivelmente o senso comum de sua época.

⁵⁷ Segundo sua descrição esse morro, situa-se entre Itaiobaia e Queimado.

⁵⁸ Local onde funcionava a Fazenda Regência, no Sopé da Serra de Samambaia, Santa Leopoldina (MAPA 10, p.88).



Mapa 10. Comunidade de Regência em Santa Leopoldina

- Habitantes

A – as casas era mais de famílias de brancos ou negros?

O – a família de Olvideo machado era Branco, já a de seu Aprigio era mulatado, tudo mulatado...

A – no geral tinha mais família branca ou negra?

O – tinha mais escuro.

- O Rio Santa Maria

A – na época que a senhora saiu de Queimado o pessoal usava muito o rio ainda?

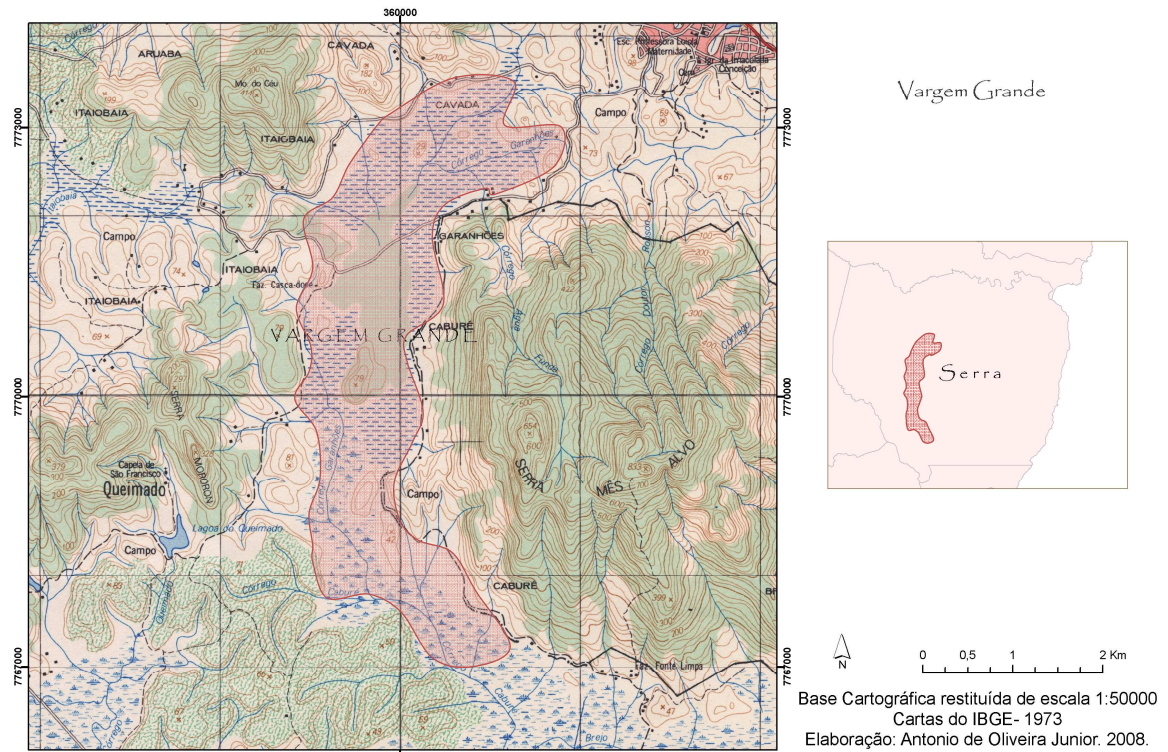
O- andava muito de canoa, muita canoa, tinha dia que a gente nem podia entrar direito, muita canoa transportando banana, transportando arroz, café...muita canoa. Eu lembro que o povo passava e falava com o meu pai:

- Oh Emilio! Tira essas meninas do serviço, plantando arroz! tão bonitas!!

- Detalhe do uso do solo

A – ah, a senhor a morava na Baixada, vocês plantavam arroz....

O – planta arroz, tinha um brejo, o brejo do parú⁵⁹.



Mapa 11. Baixada da Vargem Grande

- Referências de moradores conhecidos

A – e tinha gente que morava pra cá da Rodovia do Contorno⁶⁰?

O – tinha, tinha muita gente, tinha Chico Nascimento, tinha Tunico, tinha Chico Dutra que era Sacristão da Igreja....

A – tinha escola lá?

O – tinha, Olindina Siqueira, “da família dos Siqueira” ia todo dia, saia da Serra pra ir dar aula em Queimado.

A – Os Siqueira eram moradores antigos de Queimado?

⁵⁹ Parte da Vargem Grande. Na toponímia do IBGE não consta tal denominação, mas sabe-se que compõe parte da Grande Baixada que margeia o Maciço Mestre Álvaro no sentido oeste sudoeste(MAPA 11).

⁶⁰ Estávamos em Serra Sede, portanto a Rodovia do Contorno constituía a referência de limite de Queimado ao sul.

O – morreram tudo já, só tem uma filha que mora em Fundão

A – então, muita gente que morou lá foi pra Fundão né?

O- foi, foi, cumadre terezinha foi pra Fundão, tem Cumpadre Jacó que foi pra Fundão, muita gente.

A – então, eu trouxe um mapa⁶¹ pra gente ir comentando os lugares que conhece... tá vendo, aqui tem o morro onde tinha a igreja, lugar que eles falam que antigamente tinha muita casa⁶²....

O – muita casa, tudo de tijolo, derrubaram aqueles muro todinho, procurando dinheiro gente, meu deus!!!risos...devem ter achado muito dinheiro de lá, porque naquela época num tinha banco né? *“naquele tempo não tinha banco não o banco era a terra”*.

Nesse morro⁶³ conheci muita ruína das casas grandes dos senhores antigos de lá, ficavam tudo do lado direito de quem chega na Igreja, depois tinha o caminho onde se ia até a lagoa das almas(MAPA 12).

Era um movimento só a vila, o paradeiro que hoje se vê, uma porção de gente morava na beira da estrada, tinha comércio, um monte de fazenda, sempre com movimento levando mercadoria pra Serra.

Transcrição da segunda entrevista, realizada em abril de 2008, Dona Marilda Boa Morte.

Idade:38 anos

Esta entrevista precedeu o segundo campo realizado, conforme citado na metodologia.

Marilda Boa Morte acompanhou este campo, fato que enriqueceu ainda mais a sua narrativa.

M: Marilda Boa Morte

A: Antonio de Oliveira Junior

⁶¹ Imagem de Satélite com resolução espacial de 1m, com dimensões de uma prancha formato A0 e escala aproximada de 1/16.665. Houve estranhamento e pouca identificação com a base, pela ausência de símbolos contidos na Imagem, ou pela própria idade avançada da entrevistada.

⁶² As informações geradas neste diálogo constam no Mapa Conjectural (13) que finaliza o trabalho.

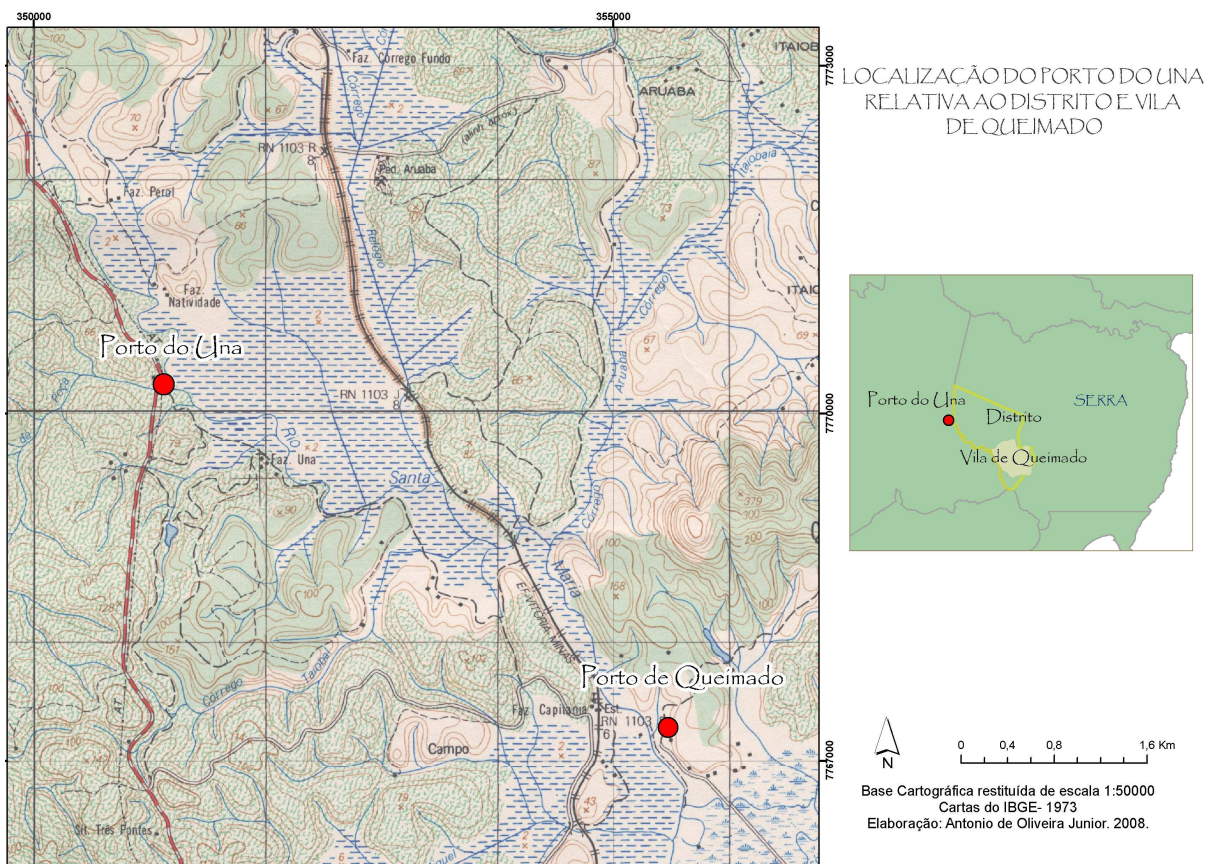
⁶³ Ladeira de São José, Morro da Igreja de São José do Queimado.

- Portos em Queimado

“Minha mãe foi casada com o velho Artêmio, que era canoeiro....pegava as coisa Lá em Santa Leopoldina naquele rio, e trazia até Vitória, até Santo Antonio. Então quando nós vinha de Lá com aquelas canoa, chegava no Porto de Queimado”...

A – o Porto de Queimado era o Porto do Una?

M – não , o Porto do Una fica lá mais pra baixo de Queimado⁶⁴...



MAPA 12. Localização do Porto do Una Relativa ao Distrito e Vila de Queimado

A – ah, ta tem outro porto então...

M – tem outro porto que a canoa parava. Então o que acontece. A gente parava né, era ponto de parada né? aqui nos temos a rodoviária e lá era...o Porto.

A – e onde era o Porto?

M- agora eu não sei te informar, mas eu levo você no Porto de Queimado, que agora só tem poquinha água....era muito movimento. Morava ali perto do Porto o seu José Nascimento,

⁶⁴ Quando se lê “Pra baixo”, deve se interpretar: “mais longe” da Vila de Queimado. Neste caso à montante do Rio Santa Maria da Vitória. Ver mapa (12). Dado constatado em campo.

José Maria, Véio Antério, seu Anordino, gente antiga de lá...aí foi escassando, meu padrasto foi, a gente foi crescendo e trabalhando....aí, o Carlos Larica, que já morreu também, mas os filho tão vivo..... Carlos Larica foi comprando, comprando, aí.... Se me desculpa, se desliga um pouquinho(o gravador).... “*Mas pobre e preto não tem vez*” isso é a realidade.

A – o Larica é Branco?

M – dos olhos azul. Ele morreu de desastre, e deixou essa fazenda pros filho. Esse queimado é tudo dele, Queimado, Una Grande, Tapera...é tudo dos Larica.

- Abandono da Vila e destino dos que saíram

A – e esse pessoal que saiu de lá ia pra onde?

M- foram pra Santo Antonio, Serra, foram pra Cidade...

A – hum muita gente foi para Santo Antonio...

M- lá em Santo Antonio tem muita gente de Queimado.

A - Isso na década de 50 né⁶⁵.

M- é, daí pra frente.

A – nessa época da década de 50, já tinha pouca gente lá?

M – não, já aí vinha diminuindo, ai foi acabando assim derrepente, mas ai o pouco que tinha, tinha assim umas cem pessoas..... entre Queimado, Una Grande, Tapera, Itaiobaia⁶⁶.

A - Contando as famílias, quantas famílias tinham lá nessa época?

M – mais ou menos eu faço o calculo de umas quarenta famílias, que tinha muito filho né.

A – e tinha mais negro ou mais branco?

M – mais branco

A – branco, é porque a Dona Ormi disse que na época em que ela viveu lá.....

⁶⁵ No resgate da memória, o tempo individual constantemente se projeta às experiências de terceiros, familiares, evoluindo para eventos não necessariamente vividos pelo entrevistado. Neste sentido a memória individual sempre recorrerá à memória coletiva (HALBWACHS, 2004) Portanto, o tempo narrado por Marilda, refere-se ao tempo de sua família, das histórias que presenciou ou apenas ouviu.

⁶⁶ Como a primeira entrevistada, a referência territorial que Marilda possui de Queimado remete à antiga região, e não ao Distrito.

M - ...era branco, mas da cor do Teodorico ali (pele morena)risos. mas antigamente se fazia muita ladainha, procissão...nessa época antiga minha mãe dizia que a maioria era negra, aí depois eles foram saindo e foram ficando as pessoas mais claras que tem sempre alguma coisa, entendeu? E minha mãe, isso eu já não lembro, mas ela contou de uma rebelião de escravos lá, que muitos fugiram, e muito não puderam voltar, muitos morreram, e o pessoal que morava se apropriaram.

Momento em que o mapa é apresentado para reconhecimento dos lugares comuns a memória.

- Rio Santa Maria desaguando no mangue

M – esse mangue aqui, a gente passava dentro dele, eu e meu padastro seu Artêmio, nós remando de Canoa, eu tinha dez anos... Aí ele vendia essas coisa tudinho, lenha, inhame, vendia saco de inhame, batata, tempo de manga colhia um saco de manga naqueles jacá, e levava pra Santo Antonio e ele ia vendendo, as pessoas encostavam ali no Porto de Santo Antonio⁶⁷, que era tipo assim um porto que a gente encostava a canoa né? aí vendia tudo, eu ia catando o dinheiro e colocava na sacolinha....limpava manjuba o dia inteirinho pra ele e ele vendia pros outros.

- Limites de Queimado

M - Mororom era Queimado, a divisa de Queimado era a fazenda São Jorge, pra Serra né, depois Calogi, Santa Leopoldina e Cariacica.

A – e onde fica o Porto de Una? (MAPA 12)

M- o porto ta pra cima aqui do rio, pro lado de Santa Leopoldina, Fazenda de Alcury, já é do outro lado, fazenda de outro ricaço o Alfredo Alcury, ficava pro lado de Calogi. Minha mãe trabalhava na fazenda dos Alcury.

A – e as casas se espalhavam pro lado do rio?

⁶⁷ Antigo Porto que segundo a entrevistada não existe mais.

M- perto do rio,

A – e pra longe do rio?

M – tinha não , era um brejo puro...só dava arroz lá

A – nos morros....

M- nos morros eram onde tinha as casas, era tudo “*morrado mesmo*”.⁶⁸ Eu só vou conseguir te explicar indo lá mesmo....

A – você falou que plantavam arroz na vargem, e nos morros, o que que plantavam lá?

M – nos morros é mandioca, capim, fazia muita chácara, nos morros....

A – tinha muito café lá?

M – plantava muito café, dava café lá, direto. Eu to meio alejada de tanto plantar arroz....

A – a senhora falou que depois da década de 50 foi escasseando....

M- eu fui uma das últimas pessoas a sair de lá, e quando sai, já não tinha quase ninguém.

A – vocês conheceram os últimos moradores de lá?

C- eu nasci lá, saí de lá eu tinha 7 anos, isso foi em 78. Tenho 38 anos hoje, e tinha umas familiarzinha =, bem pouco, pouco mesmo. Naquela época até chegar na igreja, naquela ladeirazinha tinha 6 padaria meu pai falava. Atrás do cemitério ali tinha a casa de minha vó, a mãe dela. A minha família de pai e mãe é tudo de lá.

12 Conclusão e Apontamentos

Reunindo as informações coletadas nessas duas entrevistas, a primeira que trata de Queimado no período entre 30 e 50, e a segunda a partir da década de 50 até o final da década de 70, pode-se perceber que as concepções de ambos os entrevistados expressos em suas respectivas memórias, trazem o sentido de um lugar que, embora em decadência e passando por transformações, ainda mantém parte da identidade que o formou.

⁶⁸ Estas informações constam no mapa (13) conjectural da Vila de Queimado.

Assim, os pontos comerciais lembrados, as fazendas e sobrenomes que representavam referências de poder na região e antigos lugares onde foram desempenhadas as atividades diárias compõem experiências e pontos de vista que fundamentam Queimado enquanto lugar(ABREU, 1998) e que portanto, mantém ancoradas no tempo as formas que não mais existem naquele espaço.

Buscando resgatar parte deste tempo narrado pelos entrevistados, que trata de meados do século passado, foi realizado um campo no qual se tentou identificar as principais informações relatadas para montagem de um mapa conjectural (MAPA 13).

Os resultados obtidos no trabalho com o Sítio Histórico de Queimado apontam para novas possibilidades de abordagem na busca pelo resgate dos lugares no passado.

Estas possibilidades são reconhecidas pela própria forma como o trabalho foi conduzido, em meio a todo tipo de adversidades, entre elas a própria imaturidade epistemológica do pesquisador, vivenciada em muitos momentos da pretensa pesquisa.

Por isso, há que se reconhecer inicialmente que os dados levantados neste trabalho se revelam apenas como indicativos para investigações mais estruturadas, que venham somar na busca de outros resgates igualmente importantes.

Quanto ao trabalho em si, considera-se que os questionamentos inicialmente colocados, buscando entender fenômenos como a lógica de ocupação, particulares traços do desenvolvimento econômico de Queimado, bem como seus desdobramentos na dinâmica social, puderam ser devidamente expostos e discutidos ou ao menos, minimamente caracterizados junto às suas respectivas análises espaciais.

Esta constitui uma das principais premissas da metodologia proposta, compreender os processos de formação do território de Queimado em sincronia com suas diversas temporalidades.

Quanto ao atual Distrito de Queimado, visando realçar a relevância da memória de Queimado, cabe mencionar que no decorrer de mais de um ano e meio pesquisando o sítio, foram acompanhadas as últimas transformações do tempo em suas estruturas. Foi tempo o bastante para entender que o senso de pertencimento cultural e, portanto simbólico lembrado a cada aniversário da Insurreição do Queimado pelo poder público, não é o bastante para que se proceda pela Salva guarda do Patrimônio Cultural deste sítio histórico.

O novo e lamentável evento promovido pelo poder público, demonstra o quanto se encontra em perigo as estruturas que restam naquele espaço. A construção de um presídio modelo dentro do distrito de Queimado representa a real preocupação do poder público para com o Lugar.

Diante da especulação imobiliária gerada pelos projetos industriais⁶⁹ do Governo do Estado, juntamente com o pouco conhecimento e conseqüente descaso das autarquias municipais e estaduais a respeito da História do Distrito de Queimado, Investigar a memória social ainda recente dos descendentes deste espaço pode significar a mais acessível forma de se manter este território como parte legítima e irrefutável da identidade capixaba.

Um pouco do que resta



Foto 3 Igreja de Queimado em 1938
Fonte: BARROS, 2002

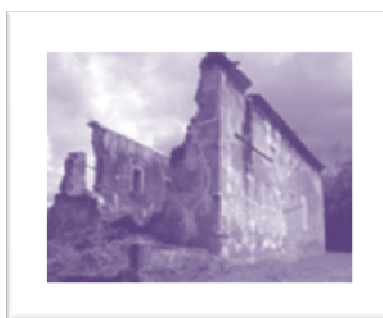
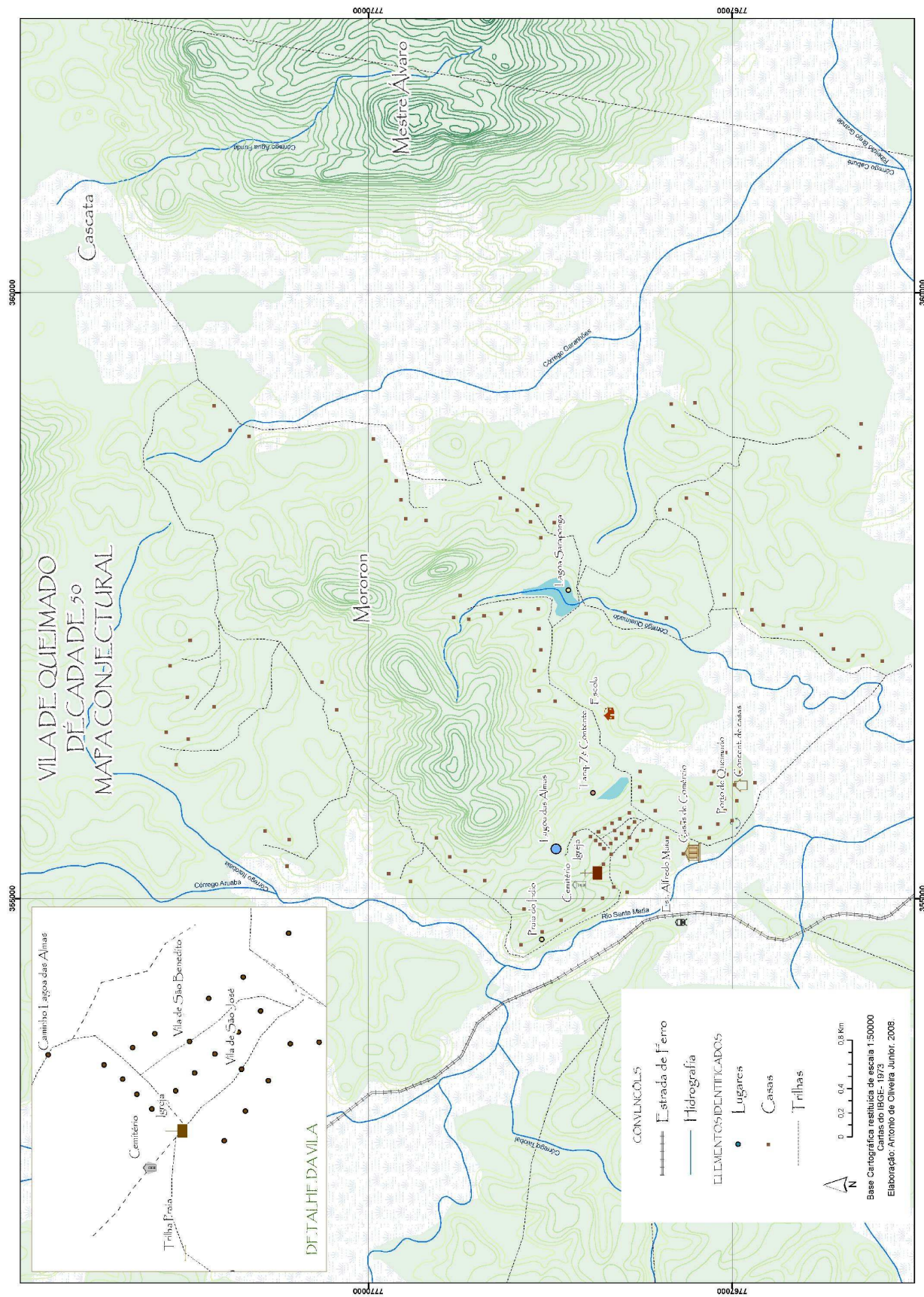


Foto 4 Ruínas da Igreja no Final da década de 1990
Fonte: BORGES, 2003



Foto 5 Ruínas da Igreja em 2007
Fonte: Acervo Pessoal

⁶⁹ Sobre o tema, encontra-se disponível no núcleo de estudos do Curso de Geografia da UFES, um estudo minucioso a respeito dos Impactos Causados por estes Projetos na Região Ocidental da Serra (SARTÓRIO, 2007)



Mapa 13. Vila de Queimado Década de 50 Mapa Conjectural
 Elaboração: Antonio de Oliveira Junior

13 REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de A. **Reencontrando a primitiva cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro no século XVI**. 2006. (Palestra).

ABREU, Mauricio de A. Sobre a Memória das Cidades. In: **Território/LAGET, UFRJ**.- Rio de Janeiro: Garamond. Ano III, nº 4 (jan./jun), 1998, p.5-26.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. **Escravidão e transição: O Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. **A Escravidão na história econômica-social do Espírito Santo**, Instituto de Ciências Humanas/UFF. Rio de Janeiro, 1981.

BARROS, Paulo de. **Memória fotográfica da Serra: imagens de um município brasileiro**. Vitória: Ed. do autor, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril- portuário**. Vitória: Multiplicidade. 2006

BOA MORTE, Teodorico. **Insurreição do Queimado em Poesia. Edição especial dos 450 anos da Serra**. Graf Christiani LTDA. 1999.

BOURDELAIS, P.; LEPETIT, B. *Histoire et temps. Espaces, Jeux e Enjeux*. Paris. Fayard-Foundation Diderot, 1986. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 21-22.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. 2. ed. rev. e atual. - [S.l.: s.n.], 2003. 242 p.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In:____. **História e Ciências Sociais**. 2ª edição. Lisboa: Presença,1976, p. 7-70.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 294 p.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**: Florecultura, 2002.

CAMPOS, Murillo de. **Interior do Brasil. Notas medicas e ethnographicas**. Rio de Janeiro, 1936. p. 182-189.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Tempo e História**.

CARVALHO, José Antonio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In:____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.

COSTA, João Ribas da. **Canoeiros do rio Santa Maria**. Santa Leopoldina, FCAA/UFES, 2 ed, 1982.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Vitória, Tipografia espírito santense. 1879.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992, p. 250.

DI MAURO, Joubert; SILVA, Fernando A.P. **[Pequeno] Dicionário tupi-português**. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s/tupi/tupi1.htm>> Acesso em: nov.2007.

FREIRE, Mario Aristides, 1886 – 1968. **A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores**. 2 ed, Fernando Achiamé; Reinaldo Santos Neves Org. Vitória: Florecultura: Cultural – ES, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **Respuesta a mis críticos**. El País (Madrid). 24 de setembro de 1989, p. 10-1.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Territorialidade**. In: Anais do ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. (Artigo apresentado). EGAL. São Paulo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 220 p.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I, Livro III, Ed: Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938-1950.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução R. E. Frias. São Paulo, Editora Moraes. 1991, 145 p.

LE GOFF, Jacques: **História e memória**. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze: Um artista fotógrafo alemão no Brasil do século XIX** Vitória: Grafica e editora A1, 2003.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário Histórico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. 248p.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. V. 1.

MERLO, P. M. S. . Laços de família: uma análise sobre as relações parentais entre os cativos em Vitória. In: I Encontro Regional de História, 2002, Ilhéus. Anais do I Encontro Regional de História. Ilhéus : UESC, 2002. 75 p.

MIRANDA, Naly, Encarnação. Comentários históricos da Serra, Serra, n/d.

MORAES, Cícero. **Geografia do Espírito Santo**. Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974. Capítulos III, IV, V, XII, XIII, XIV e XVII.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo; a epopéia das tropas e tropeiros**. Vitória: IGHEs, 2Ed, 1989.

MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo: história de suas lutas e conquistas**. 3. ed. - Vitória: Artgraf, 2004. 311 p.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo: Fundo Editorial do Espírito Santo. 1968.**

OLIVEIRA, José Teixeira de, **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo. 2 ED. 1975

PENNA, Misael Ferreira. **História da província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. de Moreira e Nascimento, 1898.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia, São Paulo: Brasiliense, 23ª edição, 1994.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO; VAINFRAS (Org.). **Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pion, 1976. 156 p.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura: Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779 - 1853. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Tradução de Milton Amado. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A Trilha Sagrada: anatomia histórica das estradas: compêndio História e Monografia**. Vitória: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, L. M. T. **Parahiba, uma cidade Esquecida no Império do Brasil 1822-1859**, Tese de doutoramento em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1971.

TORREZÃO, Alberto de Noronha. Vocabulário puri. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LII, parte II, Rio de Janeiro, 1889, p. 511-3.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar. São Paulo. 1983, Ed. Difel, 250 p.

VIOTTI, Helio Abranches, S.I.. **Anchieta o Apóstolo do Brasil na Capitania do Espírito Santo**. Edições Loyola, SãoPaulo, 1966